

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE HOTELARIA E TURISMO  
CURSO DE TURISMO

**TICIANA ARAÚJO NOLETO**

**AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A PRÁTICA DO  
TURISMO SUSTENTÁVEL NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO  
MARACANÃ**

São Luís  
2008

**TICIANA ARAÚJO NOLETO**

**AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A PRÁTICA DO  
TURISMO SUSTENTÁVEL NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO  
MARACANÃ**

Monografia apresentado ao Curso de Turismo  
da Universidade Federal do Maranhão, para  
obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Saulo Ribeiro dos Santos.

São Luís  
2008

NOLETO, Ticianara Araújo.

As contribuições da educação ambiental para a prática do turismo sustentável na área de proteção ambiental do Maracanã/ Ticianara Araújo Noletto. - São Luís, 2008.

122 f.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientador: Saulo Ribeiro dos Santos

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Turismo, 2008.

1. Turismo – Educação ambiental – São Luís – MA 2. Desenvolvimento sustentável I. Título.

CDU 379.851:37:504 (812.1)

**TICIANA ARAÚJO NOLETO**

**AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A PRÁTICA DO  
TURISMO SUSTENTÁVEL NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO  
MARACANÃ**

Monografia apresentado ao Curso de Turismo  
da Universidade Federal do Maranhão, para  
obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Aprovada em / /

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>o</sup> Saulo Ribeiro dos Santos (Orientador)  
Mestre em Administração e Desenvolvimento Empresarial.

---

Prof<sup>a</sup> Josilene Bárbara Ribeiro Campos  
Prof<sup>a</sup>. Especialista em Educação Ambiental

---

Prof<sup>o</sup> Marcelo José Lima Furtado  
Prof<sup>o</sup> Especialista em Didática Universitária

Dedico este trabalho aos meus pais, irmãos e meu noivo pelo amor incondicional e infinito, compreensão, e estímulo em todos os momentos da minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Eu não conseguiria chegar aqui sozinha! Muitas pessoas são responsáveis por esta conquista. Desta forma, gostaria de agradecer a todos que me apoiaram e compartilharam esses momentos, enriquecendo de uma forma ou de outra esse estudo.

A Deus (acima de tudo), pelas oportunidades que me concede, pela força e coragem para realizar tudo o que desejo em minha vida.

Aos meus pais, Telma e Ribamar, por todo incentivo para o meu sucesso profissional e por estarem sempre ao meu lado para me ajudar.

Aos meus irmãos, Tássio e Taisa, pela torcida, alegria e amor.

Ao meu noivo, Aluizio Barros, pelo companheirismo e apoio durante essa longa jornada e que juntos vencemos.

As minhas amigas, Rayza e Tássia, pelos atos, palavras e atitudes que se solidificam no tempo e não se apagam mais.

A todos os amigos de turma, em especial Priscila Rúbia, César Castro, Kelly Marques, Adriana Nicolly, Estefânia Miranda e Ariel Marques, pelas angústias compartilhadas, além de Antonia Caroline, Diana Barros, enfim, todas as meninas do “clube da luluzinha” por estarem presentes nos melhores momentos da minha vida acadêmica, auxiliando-me a crer que tudo é possível quando há um objetivo.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Prof<sup>o</sup>. Saulo Ribeiro dos Santos, pela presença amiga, que com sua competência e humanismo, soube compreender as minhas dificuldades, que me incentivou e acompanhou. Sou muito grata por ter convivido com você!

Aos agentes ambientais do bairro Maracanã, Leila, Rosana e em especial ao Adriano Algarves, pelo apoio e companheirismo na coleta de dados que possibilitou a concretização desse estudo.

Obrigada pela contribuição de todos, sem vocês nada disso seria possível.

A vontade de crescer faz cada luta valer à pena!

“O que hoje fazemos na Amazônia é, provavelmente, a maior das imbecilidades da história da humanidade. O mais triste neste erro é que ele é tão desnecessário e suas conseqüências são tão irreversíveis. Mais uma vez, os beneficiados são saqueadores externos à região, pouco importa que se trate de firmas multinacionais ou indivíduos ou entidades paulistas, gaúchas ou de outras regiões brasileiras. Aos amazônidas sobrarão a devastação, os desequilíbrios hídricos e climáticos, a marginalização e a fome. Mas tudo isto é ‘desenvolvimento’”.

J. Lutzenberger

## RESUMO

A educação ambiental é uma forma de consolidação para uma consciência ecológica e uma prática efetiva do turismo sustentável em áreas de proteção ambiental do Maracanã. Além disso, as questões ambientais vêm ganhando respaldo nos discursos político e acadêmico, bem como no seio da sociedade civil e vêm também contribuindo para a construção de um novo paradigma permeado pelos princípios da sustentabilidade, tendo a educação ambiental como uma ferramenta no alcance de tais princípios. Enfatiza-se também o ecoturismo como sendo capaz de desenvolver áreas de proteção em aspectos ambientais e sociais, não só por se constituir numa modalidade de turismo sustentável, mas também por se configurar num exemplo de educação ambiental não-formal que vem sendo estimulada e praticada em unidades de conservação. Portanto, objetiva-se analisar como a educação ambiental junto a comunidade pode contribuir para o desenvolvimento de uma prática do turismo sustentável na Área de Proteção Ambiental do Maracanã. A metodologia é respaldada por pesquisa bibliográfica, documental e empírica, com análise quantitativa e qualitativa. Os resultados apontam para a importância da educação ambiental em unidades de conservação, como a do Maracanã. Conclui-se que o turismo sustentável em áreas de proteção pode ser um auxiliador no processo de desenvolvimento equilibrado, a partir de práticas educacionais de cunho ambiental, no que tange a APA do Maracanã.

Palavras-chave: Educação ambiental. Turismo sustentável. Área de proteção ambiental do Maracanã.

## ABSTRACT

The environmental education is a kind of consolidation for an ecological conscientiousness and an effective practice for sustainable tourism in areas of environmental protection in Maracanã. Moreover, the environmental questions are gaining approval in the academic and political discourses, as well as among society in general. It has also been contributing to the construction of a new paradigm permeated by the sustainability principles, having the environmental education as a tool for reaching such principles. It also emphasizes that ecotourism is being capable of developing areas of protection in social and environmental aspects, not only for constituting itself a modality of sustainable tourism, but also for setting an example of non-formal environmental education that has been stimulated and practiced in conservation units. Therefore, the aim is to analyse how the environmental education together with the community can contribute for the development of a practice for a sustainable tourism in the Environmental Protected Area in Maracanã. The results point to the importance of environmental education in conservation units as the ones in Maracanã. It is concluded that the sustainable tourism in areas of protection can be a helper in the process in a balanced development, starting from educational practices of environmental orientation, regarding the EPA in Maracanã.

**Key Words** – Environmental education. Sustainable tourism. Environmental Protected Area in Maracanã.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O PARADIGMA AMBIENTAL</b>	<b>13</b>
<b>2.1</b>	<b>O desenvolvimento sustentável</b>	<b>13</b>
<b>2.2</b>	<b>A participação da sociedade na construção do paradigma ambiental</b>	<b>26</b>
<b>2.3</b>	<b>A legislação ambiental brasileira</b>	<b>29</b>
<b>3</b>	<b>A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O MEIO AMBIENTE</b>	<b>34</b>
<b>3.1</b>	<b>Conceituando a educação ambiental e o meio ambiente</b>	<b>34</b>
<b>3.2</b>	<b>Modalidades da educação ambiental</b>	<b>41</b>
3.2.1	Formal	42
3.2.2	Não-formal	43
<b>4</b>	<b>TURISMO SUSTENTÁVEL</b>	<b>45</b>
<b>4.1</b>	<b>Definindo o turismo sustentável</b>	<b>45</b>
<b>4.2</b>	<b>Definindo o ecoturismo</b>	<b>48</b>
<b>4.2.1</b>	<b>Ecoturismo e educação ambiental</b>	<b>54</b>
<b>5</b>	<b>UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</b>	<b>58</b>
<b>5.1</b>	<b>Classificação das unidades de conservação</b>	<b>58</b>
<b>5.2</b>	<b>Ecoturismo em unidades de conservação</b>	<b>69</b>
<b>6</b>	<b>ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO MARACANÃ</b>	<b>76</b>
<b>6.1</b>	<b>Características da APA do Maracanã</b>	<b>76</b>
6.1.1	Aspectos naturais	77
6.1.2	Aspectos econômicos	81
<b>6.2</b>	<b>Situação dos recursos turísticos da APA do Maracanã</b>	<b>82</b>
<b>6.3</b>	<b>Projetos de educação ambiental desenvolvidos na APA do Maracanã</b>	<b>84</b>
<b>7</b>	<b>Metodologia</b>	<b>88</b>
<b>7.1</b>	<b>Tipo de pesquisa</b>	<b>88</b>
<b>7.2</b>	<b>Local de pesquisa</b>	<b>88</b>
<b>7.3</b>	<b>Universidade da pesquisa</b>	<b>88</b>
<b>7.4</b>	<b>Instrumentos de coleta de dados</b>	<b>89</b>
<b>7.5</b>	<b>Limitações da pesquisa</b>	<b>89</b>

<b>7.6</b>	<b>Análise de dados</b>	<b>89</b>
<b>8</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>103</b>
	REFERÊNCIA	106
	APÊNDICE	114
	ANEXOS	117

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, um dos assuntos que mais ocupam a mídia de um modo geral e a questão ambiental, pois a preservação do meio ambiente tornou-se necessidade tanto a nível social como econômico. O crescimento da consciência ecológica por parte da população, fez surgir inúmeros debates a respeito do tema e passou também a fazer parte das inquietações políticas na busca de um desenvolvimento que fosse harmonioso com o meio ambiente e inerente a qualidade de vida da população, começou-se então a busca pelo desenvolvimento sustentável.

Para que se possa alcançar esse tipo de desenvolvimento faz-se necessário incentivar o cidadão a assumir posturas mais críticas para poder questionar de forma concreta a falta de iniciativas por parte de alguns governos para implementar políticas voltadas para a conservação do meio ambiente não deixando de lado a inclusão da população. Com isso a Educação Ambiental tem sido vista como uma ferramenta essencial para a consolidação dessas atitudes na medida em que educa o cidadão através de programas e projetos exequíveis, onde são envolvidos todos os níveis (faixa etária, renda, etc.) da comunidade local.

O turismo surge então, como uma atividade catalisadora capaz de aliar sustentabilidade ao desenvolvimento, a partir do momento em que a atividade quando bem planejada e incentivada, passa a trabalhar e executar os princípios da sustentabilidade visando minimizar os impactos que a atividade exerce sobre o local, especialmente quando o local é uma APA – Área de Proteção Ambiental, que apresenta um ecossistema frágil e característico daquela região.

O Maracanã, que faz parte da APA de mesmo nome, apresenta uma enorme diversificação da fauna e flora, como as reservas de buriti e juçara que são Patrimônios Naturais do Maranhão; festejos culturais como a Festa da Juçara, de bumba-meu-boi, etc.; trilhas ecológicas, onde se podem observar constantes visitas ao longo do ano.

A partir do exposto estabeleceu-se o objetivo geral deste trabalho: analisar como a Educação Ambiental junto a comunidade pode contribuir para o desenvolvimento de uma prática do turismo sustentável na Área de Proteção Ambiental do Maracanã.

Como objetivos específicos têm-se: conceituar Educação Ambiental, definir Desenvolvimento Sustentável e Turismo Sustentável, compreender os aspectos positivos do Turismo Sustentável, caracterizar a APA do Maracanã, descrever a comunidade do Maracanã,

conhecer os projetos de Educação Ambiental realizados no Maracanã, Identificar as contribuições da Educação Ambiental para a prática do Turismo Sustentável no Maracanã.

Partindo dessas premissas, considera-se relevante a realização deste trabalho, visto que o Maracanã é um bairro que se caracteriza por uma grande diversidade de atrativos ambientais, culturais e histórico, fazendo parte de uma APA e que muitas vezes se encontra ameaçado pela falta de infra-estrutura, apoio por parte de alguns órgãos públicos e vive a mercê do Parque Industrial de São Luis que se encontra a poucos quilômetros do bairro.

Para tanto buscou-se autores relacionados ao Turismo, Meio Ambiente e Educação Ambiental, como Swarbrooke, Reinaldo Dias, Patrícia Cortes, Genebaldo Freire Dias, Sonia Kinker, Juliana Santilli, entre outros não menos importantes. Além da pesquisa de campo (através de conversas informais com agente ambientais e a aplicação de questionários com moradores).

Para um melhor esclarecimento a pesquisa foi dividida em oito capítulos, sendo o primeiro a Introdução onde se expõe uma contextualização da pesquisa bem como os objetivos gerais e específicos justificativa e seus processos metodológicos.

O segundo capítulo traz as bases conceituais do meio ambiente e Educação Ambiental, abordando alguns aspectos históricos e políticos no Brasil e no mundo, como a mesma vem sendo desenvolvida, destacando suas finalidades e objetivos.

No capítulo três, retrata o Desenvolvimento Sustentável como um novo paradigma a ser seguido diante da problemática ambiental que aflige o nosso planeta.

No capítulo seguinte, é definido o Turismo Sustentável, destacando seus princípios, que devem ser adotados. Será apontado sua importância para o meio ambiente, através de uma modalidade que vem crescendo muito ultimamente: o Ecoturismo.

O quinto capítulo aborda as Unidades de Conservação como um meio de proteger áreas com uma grande diversidade biológica e recursos genéticos; assinalando sua utilidade com atividades ecoturísticas, com atenção especial as APAs (Áreas de Proteção Ambiental).

O próximo capítulo aborda a APA do Maracanã, com suas delimitações, aspectos históricos e geográficos, características da comunidade local, projetos de Educação Ambiental; entre outros.

O capítulo sete apresentara a metodologia utilizada na pesquisa, o universo da amostra, bem como as análises dos dados apresentados.

No oitavo e ultimo capitulo será apresentado as considerações finais, apontando a Educação Ambiental como um instrumento de mudança da consciência ambiental e conseqüentemente para uma implantação efetiva do Turismo Sustentável.

## **2 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O PARADIGMA AMBIENTAL**

O conceito de Desenvolvimento sustentável está diretamente vinculado a uma nova consciência ambiental que emergiu a partir dos anos 60 e trouxe a ribalta uma série de denúncias que exortaram em inúmeros eventos, no qual, serve hoje de base para a implantação de um novo paradigma, o paradigma ambiental.

### **2.1 Desenvolvimento sustentável**

Vive-se em uma sociedade onde o consumo exacerbado tem instigado um novo modelo de desenvolvimento, no qual tem agravado as desigualdades sociais e a degradação ambiental e está sendo há muito tempo fomentado pelos países, principalmente os do hemisfério Sul, que vêm na industrialização a “solução” para os problemas que assolam seus territórios, tais como a pobreza, o analfabetismo, as desigualdades sociais, saneamento básico, entre outros.

Sendo assim, conservação ambiental e desenvolvimento econômico freqüentemente têm sido vistos como interesses antagônicos. Aliá-los não tem sido uma tarefa fácil, as tentativas decorrem de séculos atrás, mas ainda é grande o número de pessoas que, por falta de informação ou desinteresse, não compreendem que a conservação ambiental leva a uma melhoria da qualidade de vida.

Entretanto, influenciados pelo movimento ambientalista que emergiu nos anos 70 e diante de catástrofes que vem ocorrendo, tais como furacões, enchentes, grandes secas, além de destruição de ecossistemas, aquecimento global, aumento do nível do mar pelo derretimento de calotas polares, etc. - cuja explicação deriva de ações antrópicas realizadas ao longo dos anos - esse pensamento tem mudado cada vez mais, visto que, tais catástrofes podem resultar em uma falência da humanidade.

Segundo Dias (2003), até o ano de 1962, os problemas derivados da relação homem x natureza foram abordados de forma superficial; até que, nesse mesmo ano Rachel Carson publicou o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), onde a autora não só expunha

os perigos causados pelo pesticida DDT<sup>1</sup>, como também reunia uma série de narrativas sobre acontecimentos nefastos ao meio ambiente, que estavam acontecendo em todo o mundo, devido o modelo de desenvolvimento capitalista adotado. O livro causou bastante polêmica, não só por mostrar os efeitos nocivos do pesticida, mas também por instigar na população uma consciência crítica em relação ao progresso tecnológico.

Ainda nos anos 60, o debate sobre a crise ecológica global teve um grande impulso com o Clube de Roma (1968), que foi uma reunião realizada por trinta especialistas de diversas áreas, tais como humanistas, industriais, economistas, pedagogos etc., para discutir e analisar os limites do crescimento econômico levando em conta o uso crescente dos recursos naturais pelo crescimento exponencial da população. As conclusões do Clube de Roma, segundo Reigota (2001, p.13) “deixam clara a necessidade urgente de se buscar meios para a conservação dos recursos naturais e controlar o crescimento da população, além de se investir numa mudança radical na mentalidade de consumo e procriação”. Por ter chamado atenção do mundo com suas observações, essa reunião se tornou um marco do debate mundial sobre a problemática do meio ambiente e seu caráter global. Pois constataram que o aumento populacional, a escassez de alimentos e o progresso tecnológico eram os grandes responsáveis pela crise ambiental.

Com isso, dessa reunião, surge o livro *Limites do Crescimento* que denunciava a busca descomedida do crescimento a qualquer custo e “a meta de se tornar cada vez maior, mais rica e poderosa, sem levar em conta o custo final desse crescimento” (DIAS, 2004, p.35). Ou seja, colocava em pauta que a irracionalidade do modelo de desenvolvimento capitalista adotado pela sociedade estava levando à exaustão dos recursos naturais.

Apesar das conclusões emitidas por essa reunião serem consideradas por muitos como “alarmista”, pois foi fundamentada na Teoria Neomalthusiana<sup>2</sup>, é patente que o aumento populacional provoca mudanças no meio ambiente, visto que se necessita de mais infra-estrutura e alimentos para suprir a quantidade crescente de pessoas e na maioria das vezes essas mudanças não seguem planejamento algum, causando “inchaço” nas cidades e impacto no meio ambiente natural, tais como aumento do lixo, poluição dos rios,

---

<sup>1</sup> DDT (veneno – muito utilizado em inseticidas na agricultura), estava causando esterilidade nos pássaros, promovendo assim uma primavera silenciosa. (CHAO, 2005, p. 54)

<sup>2</sup> A Teoria Neomalthusiana, é uma reedição da teoria de Thomas Malthus (1766-1834). Via no crescimento populacional a escassez de alimentos e conseqüentemente de recursos naturais, além disso emitiu um alerta para o crescimento populacional decorrente dos países subdesenvolvidos, onde tal crescimento levaria ao agravamento da pobreza e do desemprego (FREITAS, 2008).

desmatamento na busca de mais espaço, favelização, etc., impondo, cada vez mais, pessoas a viverem em condições subumanas, principalmente as mais pobres que, desprovidas de condições financeiras, não têm possibilidade de escolher para viver nos espaços urbanos que apresentam melhores condições de moradia.

Porém, o problema não está na quantidade de pessoas, mas, na relação entre esse número e os recursos disponíveis. Assim, para resolver o “problema populacional”, serão necessários esforços para eliminar a pobreza, a fim de que seja garantido o acesso equitativo aos recursos naturais e através da educação, incentivar nessas pessoas um potencial capaz de gerir os recursos naturais (COMISSÃO..., 1991).

Sendo assim, é preciso desenvolver uma consciência ecológica na sociedade que seja capaz de cobrar de forma concreta, ações por parte dos governos que sejam capazes de acabar com a pobreza e ao mesmo tempo, educar os cidadãos para serem agentes multiplicadores da conservação ambiental.

Todavia, as propostas adotadas por essa reunião eram tidas como inaceitáveis e se tornaram alvo de muitas críticas de políticos que interpretaram que era necessário controlar o crescimento populacional dos países do 3º mundo para conservar o padrão de vida dos países do 1º mundo (REIGOTA, 2001), ou seja, condenavam os países mais pobres, que ainda não haviam experimentado o patamar de industrializados, a resolver impasses ecológicos resultantes do desenvolvimento dos países mais ricos.

Com isso,

a visão neomalthusiana que predomina na atualidade é atraente, porque, além de conter um elemento fundamental de verdade, reduz essa questão complexa a uma causalidade unidimensional e sugere uma solução relativamente indolor, o controle populacional, que não ameaça as estruturas, os privilégios e os interesses dominantes. (MARTINE et al., 1993 apud SAN SOLO; CAVALHEIRO, 2006, p. 123).

Essa teoria estabelecia o “crescimento zero” a fim de instituir um equilíbrio no consumo dos recursos naturais, porém, apesar de rejeições por parte de tais políticos, causou respaldo enorme nos debates que estariam por vir, inclusive a conferência que se realizaria na Suécia em 1972.

A Conferência de Estocolmo, como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – não por acaso realizada na Suécia que havia sofrido sérios danos em milhares de seus lagos, em consequência de chuvas ácidas resultantes da forte poluição atmosférica na Europa Ocidental – colocou o meio ambiente no foco das preocupações internacionais. Essa conferência gerou a Declaração sobre o Ambiente

Humano, uma lista de Princípios e um Plano de Ação Mundial. Esse plano teve como objetivo “orientar a preservação e a melhoria no ambiente humano” (DIAS, 2003, p. 33-34). Outro fato importante dessa conferência foi a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA), que tem por objetivo unir as Nações para que enfrentem os problemas comuns, buscando o equilíbrio entre interesses nacionais e o bem estar global (O QUE É O PNUMA?, 2008). Haja vista, o desequilíbrio ambiental e social em que se encontravam os países, refletindo assim, um mundo desigual e predatório.

Desse modo, na busca de um modelo de desenvolvimento mais harmônico, surgiu nessa conferência o termo “ecodesenvolvimento”, que mais tarde seria ampliado e amadurecido por Ignacy Sachs e posteriormente, aprimorado e renomeado como “Desenvolvimento Sustentável” (ANDRADE, 2001a, v.3).

Apesar da Conferência de Estocolmo ter lançado as bases do desenvolvimento sustentável, ele só veio ganhar respaldo em abril de 1987, no documento denominado Nosso Futuro Comum. Nesse Relatório foi anunciado pela primeira vez o conceito de desenvolvimento sustentável, que é utilizado até hoje, sendo definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.” (COMISSÃO..., 1991, p. 46).

De acordo com Dias (2004), esse documento foi elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD)<sup>3</sup>, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e presidida pela primeira-ministra da Noruega *Gro Brundtland*, razão pela qual o documento ficou conhecido como Relatório Brundtland.

Para Dias (2003, p. 35), esse relatório,

[...] pode ser considerado um dos mais importantes documentos sobre a questão ambiental e o desenvolvimento dos últimos anos. Vincula estreitamente economia e ecologia e estabelece com muita precisão o eixo em torno do qual se deve discutir o desenvolvimento, formalizando o conceito de desenvolvimento sustentável e estabelecendo os parâmetros a que os Estados, independente da forma de governo, deveriam se pautar, assumindo a responsabilidade não só pelos danos ambientais como também pelas políticas que causam esses danos.

Ou seja, esse relatório procurou estabelecer metas a serem atingidas em nível planetário apontando a forma insustentável com que os países estão gerindo seus recursos, devendo os mesmos incorporar a sustentabilidade em todos os aspectos políticos na busca de

---

<sup>3</sup> A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), tinha como objetivo “examinar as relações entre meio ambiente e o desenvolvimento e apresentar propostas viáveis” (DIAS, 2003, p. 35).

um modelo de desenvolvimento que consiga aliar conservação ambiental e avanço tecnológico.

Segundo Santilli (2005), o Relatório Brundtland, incorporava não só o componente ambiental como também o social, ao conceito de desenvolvimento sustentável, demonstrando que o mesmo deve ser viável para os três componentes (Figura 1) que norteiam seu conceito, que são a equidade social (desenvolvimento social), a proteção ambiental (preservação ambiental) e o crescimento econômico (desenvolvimento econômico).

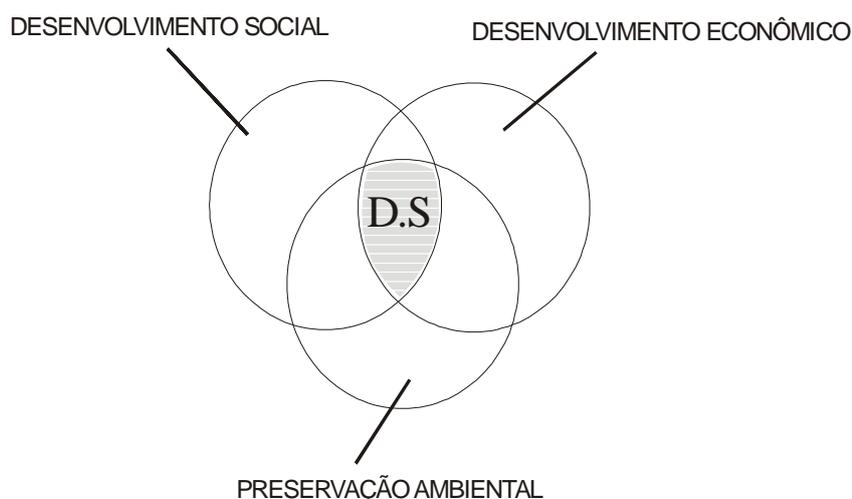


Figura 1: O que é desenvolvimento sustentável  
Fonte – Dias (2004, p. 120)

Assim, o relatório buscava conciliar ao avanço tecnológico, não só a conservação ambiental como também a integridade social quando afirmava que para haver um desenvolvimento sustentável, deve-se primeiramente atender as necessidades básicas da população tais como alimentação, moradia, saneamento etc.; para depois dar oportunidades de realizar suas aspirações a uma vida melhor, pois uma sociedade onde a pobreza é patente estará sempre sujeita a todo tipo de catástrofe, seja ela ecológica ou não (COMISSÃO..., 1991, p. 9-10).

Não obstante, o Relatório *Brundtland* ter anunciado uma definição de desenvolvimento sustentável e esse conceito ser adotado em atividades de planejamento, como o do turismo sustentável, ele não é entendido de maneira unânime. Segundo Dias (2003), o relatório já previa que iriam ocorrer diversas interpretações do conceito de desenvolvimento sustentável, mas que em todas as definições as características seriam as mesmas, ou seja, “consenso a respeito do conceito básico e quanto a uma série de estratégias necessárias para que sejam atingidos seus objetivos” (DIAS, 2003, p.47).

Apesar do conceito de desenvolvimento sustentável ter se efetivado somente quinze anos após a Conferência de Estocolmo, esta se consolidou por ter sido um marco importante na discussão ambiental e ter chamado atenção do mundo quanto às questões de desenvolvimento e meio ambiente, porém gerou muita polêmica entre representantes de diversas nações. Segundo Dias (2004), os países em desenvolvimento (como o Brasil que vivia naquela época “milagres econômicos”<sup>4</sup>) acusavam os países industrializados de se aproveitar das políticas de controle de poluição para limitar seus programas de desenvolvimento, inibindo assim, sua capacidade de competição no mercado internacional.

Ainda segundo Dias, representantes do Brasil pedem poluição, dizendo que o país não se importaria em pagar o preço da degradação ambiental desde que o resultado fosse o aumento do Produto Nacional Bruto (PNB). Complementando, tem-se:

Bem-vindos a poluição, estamos abertos para ela. O Brasil é um país que não tem restrições. Temos várias cidades que receberiam de braços abertos a sua poluição, porque o que nós queremos são empregos, são dólares para o nosso desenvolvimento. A Iniciativa fora autorizada pelo General Costa Cavalcante, então Ministro do Interior (CUSTÓDIO, 1989 apud SANSOLO; CAVALHEIRO, 2006, p. 117).

Percebe-se a atitude imediatista do Brasil, pois, na medida em que surgiam denúncias contra as agressões ambientais e uma consciência ecológica cada vez mais forte, o país vislumbrava o poderio econômico, estimulando a vinda de indústrias poluidoras dos países industrializados, devido à condescendência de sua legislação ambiental.

O Brasil então, se caracterizava naquela época pela busca desmedida em relação ao progresso econômico, pois tinha a pobreza como maior sintoma da poluição e a visão de que esta, só seria resolvida com o aumento tecnológico, mesmo que fosse às custas do meio ambiente.

Com isso, a Conferência Estocolmo, foi marcada pela polêmica entre os defensores do “desenvolvimento zero”, basicamente representantes dos países industrializados, e os defensores do “desenvolvimento a qualquer custo”, representantes dos países não industrializados.

Mais tarde, o Brasil viria a sentir as conseqüências dessa atitude impensada, onde em Cubatão – município do estado de São Paulo, na Região Metropolitana da Baixada

---

<sup>4</sup> O "milagre econômico" é a denominação dada à época de excepcional crescimento econômico ocorrido durante a ditadura militar, especialmente entre 1969 e 1973, no governo Médici. Nesse período houve um crescimento acelerado da indústria e paradoxalmente, o aumento da concentração de renda e da pobreza. Esse forte crescimento econômico do Brasil contribuiu, para agravar ainda mais sua desigualdade sócio-econômica (NOGUEIRA, 2008).

Santista – devido à grande concentração de poluição química, crianças nasceram acéfalas. Contudo, em 1992, depois de uma união entre indústrias, comunidade e governo, a cidade conseguiu controlar 92% das suas fontes poluidoras, recebendo da ONU o título de “Cidade Símbolo da Recuperação Ambiental”.

Foi também em 1992, que o Brasil presidiu a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como Cúpula da Terra, Rio-92 e Eco-92. Segundo Mininni-Medina (2001a, v.4., p. 37), nessa conferência foi firmado “o mais ambicioso programa de ações conjuntas com o objetivo de promover, em escala planetária, um novo estilo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável”. Foram aprovados cinco acordos oficiais internacionais, sendo:

1. Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (conhecida também como a Carta da Terra): contém 27 princípios que segundo Santilli (2005) orientam e fundamentam toda a legislação ambiental. Destacando-se:

- a) princípio do desenvolvimento sustentável tal, como já desenvolvido no Relatório Brundtland, e do direito intergeracional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado;
- b) princípio da precaução, segundo o qual a ausência de certeza científica absoluta não pode servir de pretexto para procrastinar a adoção de medidas que visam evitar danos ambientais.
- c) princípio de poluidor-pagador, segundo o qual o poluidor deve, em princípio, assumir o custo da poluição;
- d) princípio da participação social na gestão ambiental e do acesso à informação ambiental;
- e) princípio da obrigatoriedade da intervenção estatal, que atribui ao poder público a obrigação de defender o meio ambiente (LEME 1994 apud SANTILLI, 2005, p. 43-44).

Ou seja, esclarece que os recursos naturais devem ser utilizados de tal modo que não haja riscos de serem exauridos, orientando para a necessidade de protegê-lo e preservá-lo, responsabilizando aquele que possa vir a causar lesão. Devendo a população estar sempre bem informada, conhecendo seus direitos para junto com o poder público fiscalizar o meio ambiente.

Esse princípios buscam estabelecer uma nova e justa parceria global por meio do estabelecimento de novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores chave da sociedade e os indivíduos, através de acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global do meio ambiente e desenvolvimento (DANIELLEB, 2003)

2. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)<sup>5</sup>: estabeleceu regras para o uso dos recursos naturais de cada país signatário adotando o princípio da soberania dos Estados sobre seus recursos biológicos e genéticos, revertendo assim, a idéia de que os recursos naturais devessem ser “patrimônio da humanidade (A QUEM PERTENCE a biodiversidade?, 2003). Vale ressaltar, que os Estados Unidos e o Japão, até hoje, não ratificaram a convenção, pois, de acordo com Santilli (2005), dotados de biotecnologia, esses países disputam o livre acesso a tais recursos, o que contesta os interesses dos países da chamada megadiversidade: Brasil, México, China, Colômbia, Indonésia, Quênia, Peru, Venezuela, Equador, Índia, Costa Rica e África do Sul, que, juntos, representam 70% da diversidade biológica do mundo. Vale ressaltar que, o Brasil, foi o primeiro a assinar a convenção na qual posteriormente foi ratificada pelo Congresso Nacional em maio de 1994. Essa convenção, também confere proteção aos conhecimentos, inovações e práticas de comunidades tradicionais (indígenas, seringueiros, ribeirinhos, quilombolas etc.), consideradas relevantes e úteis à conservação da diversidade biológica.

3. Declaração de Princípios para um Consenso Global sobre Manejo, Conservação e Desenvolvimento Sustentável de Todos os Tipos de Florestas, conhecido como Declaração de Princípios das Florestas, reúne um conjunto “de quinze princípios relacionados ao manejo e conservação das florestas e foi o primeiro documento que tratou da questão florestal de maneira universal” (SANTILLI, 2005, p. 45).

4. Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas. Teve como objetivo final a estabilização da concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera, ou pelo menos que as emissões ocorressem de forma lenta permitindo a adaptação dos ecossistemas, atribuindo aos países desenvolvidos, os primeiros compromissos de redução de emissões, pois, além de historicamente serem os grandes emissores, eles apresentam maior capacidade econômica para suportar os custos (SANTILLI, 2005).

---

<sup>5</sup> Para Juliana Ferraz Santilli, promotora de justiça no Prodepa (Segunda Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural, do Ministério Público Federal), os princípios da CDB estão sendo implementados. "Muitos países já aprovaram leis que regulamentam o uso da biodiversidade existente em seus territórios, como a Costa Rica, o Peru, a Índia e o Equador", diz Santilli. "Isso prova que existe a preocupação em proteger recursos biológicos e genéticos", conclui (A QUEM PERTENCE a biodiversidade?, 2003) .

Em 1997 foi firmado o Protocolo de Kyoto<sup>6</sup>, que fixou a meta de redução de 5,2% sobre os níveis de emissões de 1990, a ser atingida entre 2008 e 2012 pelos países industrializados (O PROTOCOLO de Kyoto, 2008).

Atualmente, vimos atuação da Noruega, que para se aproximar das metas estipuladas pelo Protocolo de Kyoto, vai investir 1 bilhão para o Fundo da Amazônia<sup>7</sup> até 2015. De início a doação efetiva será de US\$ 130 milhões em 2009. O restante, que será desembolsado gradualmente, dependerá dos resultados comprovados da política brasileira de redução do desmatamento da Amazônia. E segundo o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, além da Noruega, o Japão, Suécia, Alemanha, Coreia e a Suíça, também demonstraram interesse em investir no Fundo da Amazônia (MARIN; CASSIA, 2008).

Vale ressaltar que o desmatamento da Amazônia, juntamente com as queimadas no cerrado, respondem por mais de 75% das emissões brasileiras de CO<sub>2</sub>, colocando o país entre os dez maiores emissores de gases de efeito estufa para a atmosfera. Porém, em relação ao setor de produção de energia, o Brasil contribui pouco para as emissões em relação aos países industrializados, pois possui uma matriz energética baseada na geração hidráulica (hidrelétricas) e com uso de biomassa (lenha, biocombustíveis). (IBGE, 2008)

Por outro lado, segundo uma reportagem da Agência Brasil, por Luana Lorenço, pesquisas feitas a partir da década de 90 começaram a questionar o “impacto zero” das hidrelétricas para as mudanças climáticas. O relatório *Emissões de Dióxido de Carbono e de Metano pelos Reservatórios Hidrelétricos Brasileiros*, publicado em 2006 pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima conclui que, apesar das comprovadas emissões de gases de efeito estufa, principalmente dióxido de carbono e metano, as hidrelétricas, ainda constituem em uma solução viável de redução das emissões na geração de energia. Mas adverte que a energia hidrelétrica “não é uma fonte isenta de emissões atmosféricas, tal qual se afirmava em estudos ambientais da década de 70 e 80” (LOURENÇO, 2007).

---

<sup>6</sup> Apesar do Protocolo de Kyoto ter sido firmado desde o ano de 1997, ele só entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005, depois que a Rússia o ratificou em Novembro de 2004. Pois, segundo Santilli (2005) precisava ser confirmado por países que representassem pelo menos 55% das emissões totais de CO<sub>2</sub> (dióxido de carbono). Apesar dos EUA serem responsáveis por 35% das emissões, até hoje não assinaram o protocolo.

<sup>7</sup> Fundo da Amazônia, criado pelo governo para fomentar políticas que reduzam o desmatamento. (MARIN; CASSIA).

Há também propostas feitas por um grupo de pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), para capturar o metano (CH<sub>4</sub>)<sup>8</sup> acumulado no fundo dos reservatórios de usinas hidrelétricas e transformá-lo em energia. No Brasil, as maiores concentrações desse gás de efeito estufa são encontradas em hidrelétricas localizadas em regiões quentes ou em áreas de florestas inundadas. Como por exemplo a de Tucuruí I, no Estado do Pará, que libera entre 700 mil e 1,2 milhão de toneladas de metano por ano (BARBOSA, 2008).

Apesar de existirem pesquisas comprovadas por cientistas, a respeito dos problemas ambientais, ainda são poucas as pessoas que tomam alguma atitude em relação ao meio ambiente. Segundo um levantamento feito pela *MTV Brasil* com 2.579 jovens entre 12 e 30 anos de nove capitais brasileiras, apenas um em cada seis diz conhecer e valorizar as causas ambientais e pôr em prática ações construtivas. Para os demais o aquecimento global é um problema para as gerações futuras (PADILHA, 2008).

5. Agenda 21: é um plano de ação para o século XXI. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a agenda deve ser implementada a nível global, nacional e local, em todas as ações antrópicas que causem impactos no meio ambiente e em conjunto com os governos e a sociedade civil, buscando conciliar a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Já que a mesma “propõe ser o texto-chave para guiar governos e sociedades nas próximas décadas rumo ao estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento” (MININNI-MEDINA, 2001b, v.4, p. 37). Segundo Dias (2004) os seus 40 capítulos tratam de: dimensões econômicas e sociais; conservação e manejo de recursos naturais; fortalecimento da comunidade; meios de implementação. A Agenda 21 brasileira iniciou sua fase de implementação em 2003 e se tornou um programa do Plano Plurianual, PPA 2004-2007, pois,

como programa, ela adquire mais força política e institucional, passando a ser instrumento fundamental para a construção do Brasil Sustentável, estando coadunada com as diretrizes da política ambiental do Governo, transversalidade, desenvolvimento sustentável, fortalecimento do Sisnama<sup>9</sup> e participação social e adotando referenciais importantes como a Carta da Terra (AGENDA 21 BRASILEIRA, 2008).

---

<sup>8</sup> O CH<sub>4</sub> é produzido nos reservatórios principalmente por bactérias que se aproveitam das condições anaeróbicas (sem oxigênio) e reproduzem o gás poluente que permanece dissolvido na água. “O metano escapa para a atmosfera quando passa pelas turbinas e pelos vertedouros das usinas. O efeito é parecido com abrir uma garrafa de refrigerante, a água das represas é subitamente despressurizada e libera o gás”, explica Fernando Manuel Ramos, do Centro de Tecnologias Especiais – Laboratório Associado de Computação e Matemática Aplicada do Inpe, autor do projeto com Luis Antônio Waak Bambace e Ivan Bergier Tavares de Lima (BARBOSA, 2008).

<sup>9</sup> Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama).

A aprovação da Agenda 21 propiciou a criação da Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável (CDS) em dezembro de 1992, com o objetivo de assegurar a continuidade das propostas apresentadas na Eco-92, cooperando para que cada país elabore e implante a sua Agenda.

De acordo com Tapia e Toharia (apud PEDRINI et al., 2002, p. 32-33), a Agenda 21 se contradiz na medida em que não considera as diferenças existentes entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, como o Brasil, quando afirma “d) nas suas 800 páginas, visava um mundo: Próspero; Justo; Habitável; Fértil; Compartilhado; Limpo; Povoado; e) propunha soluções para tudo [...]”.

Porém, Mininni-Medina (2001b, v.4) esclarece que, apesar do foco da Agenda 21 ser voltado para os países em desenvolvimento, a Agenda presume ações relevantes para os países desenvolvidos, ao recomendar mudanças nos padrões de consumo e responsabilizando-os pelas políticas e ações de controle da chamada crise ambiental.

Complementa ainda que, a Agenda 21 deixa claro o papel dos países desenvolvidos que “deverão cumprir tanto como financiadores de parte dos custos do novo modelo, quanto promotores do intercâmbio de conhecimento e tecnologias de suporte aos países em desenvolvimento” (MININNI-MEDINA, 2001b, v.4, p.37).

Vale ressaltar ainda, que, paralelamente à Eco-92, acontecia o Fórum Global, promovido pelas organizações não-governamentais (ONGs), onde foram aprovadas deliberações importantes apresentando o ponto de vista das organizações que estavam reunidas nesse evento paralelo, pois:

Este evento assinala o avanço da sociedade civil organizada e sua preocupação com as questões ambientais, marcando uma ampla participação de diferentes entidades (ONGs, universidades, organizações sindicais, entre outras) do mundo, que defendem seu direito de ter voz nas decisões governamentais, que implicam na construção do futuro da humanidade (MININNI-MEDINA, 2001b, v.4, p. 54).

Nesse evento, os cidadãos puderam apresentar seu ponto de vista em relação à crise ecológica e propor alternativas para um estilo de vida sustentável. Dos diversos tratados aprovados, um merece especial atenção: O tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que será abordado no próximo capítulo.

Pode-se observar, que a Rio 92, buscou incorporar em suas ações não só a sustentabilidade ambiental como também a social, na medida em que objetivava “construir uma civilização onde a distribuição de renda e riqueza seja mais equitativa, assim como aumentar substancialmente os direitos das grandes massas populacionais e reduzir a distância

existente entre os padrões de vida dos que têm e dos que não têm” (ALMEIDA et al., 2008, p. 44). Para só assim se chegar a uma melhoria de qualidade de vida.

Essa Conferência estabeleceu metas que deveriam ser cumpridas pelos governos e que a agenda fosse revisada a cada cinco anos. A Rio+5, como ficou conhecido esse primeiro encontro internacional (não-oficial) no Rio de Janeiro, identificou uma miríade de lacunas que não conseguiram ser preenchidas, haja vista a mudança radical imposta pela conferência do Rio de Janeiro, mudança esta que indubitavelmente não seria implementada em tão pouco tempo, tendo em vista as proporções dos problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento. Paralelamente a essa reunião não-oficial estava acontecendo uma oficial em Nova York, com o mesmo objetivo (ENTENDA a Rio + 10, 2008).

Cinco anos depois ocorreu a Rio+10 (Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável) em Joanesburgo, na África do Sul. Foram debatidos temas como: energia, mudança climática, água, biodiversidade, pesca, agricultura e ajuda ao desenvolvimento (SAIBA o que a Rio +10 conseguiu decidir, 2002).

O levantamento feito “mostrou que desde a Rio 92 até então, a pobreza e a degradação ambiental aumentaram, sendo definido um sentido de urgência nos compromissos, ações e parcerias para se atingir resultados palpáveis” (CHAO, 2005, p. 23).

E no ano de 2007, foi realizada a Rio+15, onde discutiu-se que os países em desenvolvimentos também têm que assumir compromissos de redução de emissões de gases do efeito estufa<sup>10</sup>. Nesse encontro debateu-se a necessidade de novos compromissos e foram destacados os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL)<sup>11</sup> como um dos principais frutos da Cúpula.

Seguindo as recomendações da Rio-92, o IBGE, lançou em 2002 o Indicador de Desenvolvimento Sustentável (IDS), que coloca à disposição da sociedade um conjunto de informações sobre a realidade brasileira, em suas dimensões ambiental, social, econômica e institucional. A edição de 2008 apresenta 60 indicadores que se sedimentam como uma contribuição aos tomadores de decisões ao apresentar, periodicamente, um panorama

---

<sup>10</sup> Atualmente são seis os gases considerados como causadores do efeito estufa: Dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), Metano (CH<sub>4</sub>), Óxido nitroso (N<sub>2</sub>O), Clorofluorcarbonetos (CFCs), Hidrofluorcarbonetos (HFCs), e Hexafluoreto de enxofre (SF<sub>6</sub>). Segundo o Painel Intergovernamental de mudanças do Clima, o CO<sub>2</sub> é o principal 'culpado' pelo aquecimento global, sendo o gás mais emitido (aproximadamente 77%) pelas atividades humanas (GASES do efeito estufa, 2008).

<sup>11</sup> MDL: é um dispositivo do Protocolo de Quioto que permite aos países desenvolvidos compensarem suas emissões de gases causadores do efeito estufa por meio de um projeto de energia limpa instalado em países em desenvolvimento (PEDROZO 2007).

abrangente dos principais temas relacionados ao desenvolvimento sustentável no Brasil. (IBGE 2008).

Diversas conferências, seminários, congressos, encontros de todos os tipos, surgiram no mundo. No Brasil, muitos têm focado a implementação das medidas adotadas pela Agenda 21, buscando incorporar a Agenda 21 local, como um meio de alcance da sustentabilidade, como por exemplo, a III Reunião Plenária de Desenvolvimento Sustentável, realizada em São Luís em março de 2008, que teve início no ano de 2006, com o objetivo de construir a cada ano bases para um planejamento estratégico visando o desenvolvimento sustentável da cidade. Para a assessoria de Comunicação da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN), “este Planejamento Estratégico projeta a cidade que desejamos para os próximos anos e propõe como um marco referencial as comemorações dos 400 anos de São Luís” (PLANEJAMENTO..., 2008).

Sendo assim, a Agenda 21 local é um importante instrumento para o alcance da sustentabilidade de uma cidade, na medida em que, visa à resolução de problemas a nível local que se somarão para depois se chegar a um alcance global. E a sociedade civil tem um papel decisivo nesse processo, pois Medina (2001b) afirma que, para implementar um desenvolvimento sustentável com justiça social tal como foi postulado na Rio-92, serão necessários esforços tanto por parte dos governos quanto pela população. Sendo assim, faz-se necessário unir esforços de todos os atores sociais (comunidade, governo, instituições privadas, ONGs), para a implementação desse tipo de desenvolvimento, pois, os mesmos estão inseridos no processo por diversos motivos, seja por interesse, ou necessidades ou até mesmo, porquê ocupam o mesmo território.

Dias (2004), corrobora com essa afirmação quando diz que, o desenvolvimento sustentado não é centrado na produção, mas, sim, nas pessoas, através da participação, da organização e da educação. Ou seja, não deve ter por finalidade a obtenção de riquezas materiais, mas sim a distribuição igualitária dos recursos, de modo a garantir uma melhor qualidade de vida para a população levando em consideração a sustentabilidade ambiental em nível global.

Visto que, o modelo de desenvolvimento capitalista vigente, não está conseguindo solucionar os problemas básicos da população como miséria, fome, analfabetismo, saneamento etc., e, além disso, deteriora o meio ambiente, é preciso buscar um modelo de desenvolvimento baseado na sustentabilidade.

Contudo, para que seja alcançada essa sustentabilidade é necessário:

[...] o desenvolvimento de uma nova geração de valores e de conceitos, de metodologia e instrumentos, todos eles congruentes entre si, para conformar um paradigma emergente em relação ao tradicional, que sacrifica a sustentabilidade aos rendimentos econômicos e financeiros, sobre a base de uma tecnologia que não é apropriada para o meio ambiente (MOLINA, 2001, p. 180).

Sendo assim, esse novo paradigma que vem sendo preconizado para que seja alcançada a sustentabilidade tem sido denominado como paradigma ambiental.

## **2.2 A participação da sociedade na construção do paradigma ambiental**

Durante muitos anos, o pensamento ambiental foi influenciado por correntes filosóficas-científicas da época moderna (século XVII), como por exemplo, o racionalismo cartesiano, de René Descartes (1596-1650)<sup>12</sup>, que via a natureza de forma utilitária, onde se tinha por objetivo “conhecê-la para dela usufruir, controlar e dominar” (CHAUÍ, 1997 apud ANDRADE, 2001b, v.3, p. 75), estabelecendo o poder da razão sobre a mesma, rejeitando assim, qualquer forma de intervenção sentimental.

Essa doutrina compreendia a natureza de forma mecânica, sem nenhuma finalidade, despojada de dinamismo, sensibilidade, onde a mesma deveria ser trabalhada através do método de raciocínio dedutivo de Descartes, que consiste em fragmentar as partes para serem estudadas de forma isolada para se chegar à compreensão do todo, funcionando de acordo com as leis mecânicas e matemáticas. Ou seja, “a natureza passa a ser só um objeto criado, inteiramente a mercê da exploração humana” (JAPIASSU, 1991 apud ANDRADE, 2001b, v.3, p. 76).

A partir desse modelo de visão reducionista, que via a natureza como um mero objeto a ser dominado pela razão humana, estabeleceu-se na sociedade uma ética antropocêntrica, onde o homem é o centro de todas as coisas, justificando assim seus atos em relação à natureza, explorando-a e transformando-a em bens e serviços a mercê da sociedade, que por muito tempo a via de forma inesgotável.

O método de raciocínio dedutivo levou, então, à fragmentação do pensamento e das disciplinas acadêmicas. De acordo com Andrade (2001b, v.3), até hoje, por exemplo, os

---

<sup>12</sup> Filósofo francês, considerado um dos pensadores mais influentes da história humana é por vezes chamado de o fundador da filosofia moderna e o pai da matemática moderna (RENÉ DESCARTES, 2008).

conceitos e pensamentos dominantes em Biologia, tem como base a fragmentação, onde os organismos bióticos (vivos) são estudados de forma separada dos abióticos (temperatura, radiação solar, solo, etc.).

Atualmente, é perceptível que essa fragmentação não conseguiu resolver e muito menos compreender a complexidade dos problemas ambientais, visto que, estão atrelados aos sociais, necessitando assim, de uma visão holística para estudar a realidade, trabalhando e correlacionando os diversos componentes que interagem entre si.

Todavia, o questionamento dessa visão utilitarista da natureza não é recente, e deixou de ser preocupação de pequenos grupos da sociedade para ganhar respaldo no seio da sociedade civil, principalmente no final dos anos 60, onde os problemas ambientais começaram a tomar proporções gigantescas, especialmente na Europa, epicentro da Revolução Industrial, e tendo uma guinada na década de 70, sobretudo depois da Conferência de Estocolmo, onde segundo Mc Cormick, 1992 (apud ANDRADE, 2001b, v.3), o pensamento ambiental evoluiu de uma visão conservacionista para uma visão sistêmica e deixou de ser preocupação apenas dos países industrializados passando a fazer parte de inquietações políticas em nível global.

Os movimentos ambientais passam também a defender valores universais, como “a paz, a não-violência, a justiça social e a solidariedade com as gerações futuras” Viola (1987 apud ANDRADE, 2001a, v.3, p. 35). Objetivando a redução das disparidades sociais existentes, uma mudança nos costumes, comportamentos e questionando o modelo de desenvolvimento vigente por um menos predatório.

Surgiram então, ao redor do mundo, diversas manifestações sociais, como a liberação feminina e a revolução estudantil de maio de 1968 na França. E no Brasil, “multiplicavam-se as manifestações contra a repressão, pelas liberdades democráticas, pela anistia, contra os baixos salários e as condições de vida deterioradas” Campos (1999, p. 291-292). Além de reivindicações por educação, moradia e voto direto. Tendo a mídia como um veículo fundamental para a divulgação e consolidação das propostas, principalmente quando eram feitas em forma de passeatas, reivindicações em praça pública, etc., dando às questões um caráter universal. As temáticas eram muitas, porém, todas buscavam um equilíbrio entre justiça e igualdade, como ainda hoje são.

A inclusão dos movimentos sociais aos ambientais data, segundo Santilli (2005), a partir da segunda metade dos anos 80, passando então, o movimento a ser chamado de socioambientalista, que passou a preconizar um outro paradigma, sendo desenvolvido com

base na concepção de que, em um país pobre com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade puramente ambiental – baseada na natureza, mas também a social, ou seja, contribuindo também para a redução da pobreza e das desigualdades sociais e promoção de valores como justiça social e equidade. Deve objetivar também “promover e valorizar a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no país, com ampla participação social na gestão ambiental (GUIMARÃES 2001 apud SANTILLI 2005, p. 34).

Por instigar uma nova concepção de valores, antagônicos aos adotados pelo desenvolvimento econômico capitalista, esse movimento provoca uma “ruptura na história do pensamento e do senso comum do Ocidente, constituindo-se em um novo paradigma” (VIOLA 1987 apud ANDRADE , 2001b, v.3, p. 35), que vem sendo chamado de paradigma ambiental.

O objetivo desse novo paradigma deve ser a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais, a concretização da dignidade do ser humano e a sustentabilidade do planeta Terra, ou seja, a busca e efetivação dos objetivos do desenvolvimento sustentável, onde o mesmo deve ser arquitetado, segundo Andrade (2001b, v.3) com base em “uma nova racionalidade – A Racionalidade Ambiental – e em uma nova ética – A Ética Multidimensional (ou Ambiental), onde explica que, essa racionalidade opõe-se à difundida por René Descartes, que via a natureza de forma mecânica e sem nenhuma finalidade, passando assim, a criar uma forma salutar de relacionamento entre o trinômio homem-sociedade-natureza, criando também, novas estruturas que seriam formadas por novos valores éticos – a ética multidimensional, que propõe uma:

visão sistêmica do universo e do meio ambiente, e não mais fragmentada, baseada em inter-relações e interdependências; desenvolvimento de tecnologias que sejam compatíveis com o novo sistema de valores, menos consumidoras de recursos, ecológicas e socialmente corretas, e adaptadas aos ecossistemas e às eco-regiões onde são utilizadas; economia que contemple os custos sócio-ambientais, além de lucros; uma distribuição de renda e riqueza mais equitativa; mudanças nos focos dos interesses sociais, políticos e econômicos; desenvolvimento sustentável, que envolva uma gestão ambiental participativa e; educação ambiental para a sustentabilidade (ANDRADE, 2001b, v.3, p. 95-96).

Ou seja, uma ética que se sobrepõe à antropocêntrica, que seja consciente da capacidade de uso dos recursos naturais, introduza um novo comportamento ambiental, mudanças culturais e uma aprendizagem mais abrangente e concreta em relação ao meio ambiente.

Vale ressaltar ainda, que o movimento ambientalista é composto por parcelas diferentes da sociedade e não apenas de organizações não governamentais (ONGs), ou seja, fazem parte também, grupos universitários, organizações ambientais nacionais e internacionais, empresas, enfim, toda a sociedade civil organizada, preocupada com as questões ambientais. E se caracterizou pelos movimentos de denúncia da deterioração do meio ambiente nas cidades e nos meios rurais e os movimentos das populações urbanas e rurais na busca de uma melhor qualidade de vida (VIOLA 1987 apud ANDRADE, 2001<sup>a</sup>, v.3).

Os movimentos sociais denunciam assim, problemas reais pelo qual um país está passando e se constitui numa forma democrática e fortalecedora da sociedade civil, que passa a questionar a legislação e política ambiental exigindo assim, o cumprimento das leis.

No Brasil, esses ideais ecológicos acabaram influenciando também na legislação ambiental brasileira, segundo Grün (1996) com o retorno dos exilados políticos, depois da anistia, vieram também muitas idéias sobre o meio ambiente, que foram adquiridas por esses militantes de esquerda na Europa e nos Estados Unidos nos anos 70. “Isso acabou fazendo do ambientalismo brasileiro um ambientalismo rico, complexo, multifacetado e plurilocalizado” (GRÜN, 1996, p. 18).

O movimento socioambientalista fortaleceu nos anos 90, adquirindo maior visibilidade após a Rio-92, “quando os conceitos socioambientais passaram a influenciar a edição de normas legais” Santilli (2005, p. 31). Passando então, a legislação brasileira a abarcar os anelos da sociedade.

### **2.3 A legislação ambiental brasileira (ou a trajetória da legislação ambiental brasileira)**

Apesar do Brasil ter assumido uma postura infame na Conferência de Estocolmo, um ano depois, sob a presidência de Geisel, criou-se o primeiro órgão brasileiro de meio ambiente, a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior. Segundo Monteiro (1981 apud ANDRADE 2001a, v.3, p. 49), a SEMA “tinha duas linhas básicas de ação: conservação do meio ambiente, no que diz respeito a racionalidade dos recursos naturais e preservação, no sentido de intocabilidade”. Porém, o objetivo inicial era cumprir exigências de algumas instituições internacionais para liberar empréstimos reservados

a grandes obras públicas (VIOLA 1981 apud ANDRADE, 2001a, v.3, p. 49). Entretanto, de acordo com Dias (2004) apesar da SEMA ter sido originada como uma agência de controle de poluição, ela deixou bases para as leis ambientais no que diz respeito às Áreas Naturais Protegidas, pois segundo Drummond (1998, p. 141 apud VIANA; GANEM 2005, p. 6), a SEMA “[...] vinha, entre outras atividades, criando desde o fim da década de 1970 suas próprias unidades de proteção ambiental, chamadas estações ecológicas e áreas de proteção ambiental (APA)”.

Em 1981, outro passo é dado em relação à legislação ambiental, que foi a promulgação da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), objetivando a preservação, a recuperação e a melhoria da qualidade ambiental, assegurando no país, condições de desenvolvimento sociais e econômicos que atendam aos interesses da segurança nacional e a proteção e dignidade da vida humana (BRASIL, 1981).

A Política Nacional de Meio Ambiente traz em seu art. 6º, o Sistema Nacional do meio ambiente (SISNAMA), que é constituído por órgãos e entidades das três esferas do poder, além das fundações instituídas pelo Poder Público e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)<sup>13</sup> em seu artigo 8º, com a finalidade de “integrar e coordenar a política nacional e compatibilizar a atuação municipal, estadual e federal”. Andrade (2001a, v.3, p. 51).

Embora o Brasil se encontrasse em plena ditadura militar, a promulgação dessa lei “constituiu-se num importante instrumento de amadurecimento, implantação e consolidação da política ambiental no Brasil” Dias (2004, p. 84), fazendo assim, com que o meio ambiente começasse a ser tratado de forma sistêmica, pois, até então, segundo Santilli (2005), cada recurso ambiental era regulado em um instrumento jurídico separado: Código de Águas, Código Florestal, Lei de Proteção à Fauna, etc. E que, somente a partir da promulgação da Política Nacional de Meio Ambiente é que se tornam legalmente obrigatórios a avaliação de impacto ambiental e o licenciamento de atividades poluidoras.

Ainda, segundo essa autora, nos anos 80, são editadas outras leis ambientais importantes, como a Lei nº 6.803/80, que dispõe sobre o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição (inspirada em Cubatão); a Lei nº 6.902/81, que dispõe sobre a criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental (APA), entre outras.

---

<sup>13</sup> é o órgão consultivo e deliberativo do Sisnama. Sua finalidade é assessorar o Governo Federal na formulação da política ambiental brasileira e deliberar sobre normas e padrões ambientais (CHAO, 2005).

Outro passo importantíssimo da legislação ambiental foi a promulgação da Constituição de 1988, que além de dedicar um capítulo inteiro ao meio ambiente, se consolidou como um marco da redemocratização do país, na medida em que, trouxe em seu artigo 5º, inciso LXXIII, a Ação Popular Ambiental, que se constitui num importante instrumento jurídico voltado à intensificação da participação popular ao permitir que qualquer pessoa possa denunciar agressões ao meio ambiente.

Um ano após a promulgação da Carta Magna, é criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)<sup>14</sup>, pelo então presidente José Sarney, a partir da fusão da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (SUDEHVA) e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), “com a finalidade de formular, coordenar e executar a política nacional de meio ambiente” Dias (2004, p. 88) e segundo Andrade (2001a, v.3) dentro dele é criada a Divisão de Educação Ambiental.

Em 1990, sob o governo Collor, é criada a Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República, onde, mais tarde, em 1992 foi transformada em Ministério do Meio Ambiente, ampliando assim, suas responsabilidades (HISTÓRICO institucional, 2008).

Seabra (2001), esclarece que, o Ministério do Meio Ambiente é, política e administrativamente, a maior autoridade ambiental no Brasil; porém, do ponto de vista jurídico, o Conama, presidido pelo Ministro do Meio Ambiente é o órgão com competência decisória.

Em decorrência da nova Constituição, em 1998, é aprovada a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605 de 12/02/1988), que “dispõe sobre instrumentos de cumprimento das normas de proteção ambiental – em especial sanções administrativas, civis e penais aos responsáveis por práticas lesivas ao meio ambiente” (OLIVA; MUHRINGER, 2001, v.2, p. 81).

Em 1999, é criada a Lei 9.795, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, onde, envolve em sua esfera de ação, além de órgãos e entidades integrantes do Sisnama, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental (BRASIL, 1999).

---

<sup>14</sup> O Ibama ( Lei 7.735 de 22 de fevereiro de 1989.) é o órgãos executor do sisnama, com a finalidade de executar a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente (SEABRA 2001, p. 60).

E, somente no ano 2000, é que é criada a da Lei nº 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e a gestão das Unidades de Conservação (UCs).

De acordo com Seabra (2001, p. 53) “em termos de legislação ambiental, o Brasil encontra-se entre os países do mundo que criaram a melhor jurisprudência para controle e preservação dos recursos naturais”. Porém é patente, que essa legislação está longe de resolver os impasses ecológicos enfrentados pelo Brasil, devido a brandura do ponto de vista penal, além disso, “as leis não foram acompanhadas de mecanismos eficientes que garantam a integridade do bem comum, representado pelo meio ambiente saudável” (SEABRA, 2001, p. 53).

No Maranhão, o Sistema Estadual de Meio Ambiente foi criado em 1979, comandado pela Secretaria de Recursos Naturais, Tecnologia e Meio Ambiente (SERNAT), transformada em 1987 na Secretaria das Minas, Energia e Meio Ambiente (SMEMA); foi reorganizada em 1991 sob a forma de Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Turismo (SEMATUR); em 1993, denominada Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) e após reforma administrativa em fevereiro de 1995 na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (MARANHÃO, 2008).

No final de 1998, o Estado do Maranhão lidou com mais uma reforma administrativa, passando, assim a SEMA a unir-se com a Secretaria de Saúde e Saneamento na Gerência de Qualidade de Vida, passando cada uma a ter o status de Gerência Adjunta (a relativa ao Meio Ambiente passou a se denominar Gerência Adjunta de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (GAMA) e teve o quadro funcional reduzido em 50%). Em 19 de abril de 2002, através da Lei nº 7.734, o Governo do Estado empreendeu uma nova reforma administrativa que reconduziu o Órgão Ambiental ao primeiro escalão de Governo ao criar a Gerência de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (GEMA).

A partir da Lei nº 8.153, de 08 de julho de 2004, dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado que passou a denominar-se Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA).

Na capital, São Luís, a Política Municipal de Meio Ambiente foi instituída em novembro de 2006 pela Lei nº 4738/06 e é orientada por XII princípios, dentre os quais pode-se destacar: I – promoção do desenvolvimento sustentável de interesse socioambiental; VIII – educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente; IX – combate à

miséria e a ocupação irregular nas Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanente; X – participação social na formulação das políticas públicas ambientais (SÃO LUÍS, 2006).

Já a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM), foi criada somente em 2007, pela Lei nº. 4.872 de 21 de novembro. Dentre suas atribuições legais, destacam-se: V– planejar as políticas públicas socioambientais com vistas ao desenvolvimento sustentável do Município de São Luis; VIII– promover a educação ambiental em todos os níveis; XI– propor a criação e gerenciar as unidades de conservação, implementando os planos de manejo; dentre outros (Lei nº. 4.872/11/2007).

Diante do exposto, percebe-se que o município de São Luís apresenta então, uma legislação que busca implementar os princípios da sustentabilidade, enfocando a educação ambiental como um meio viável de alcance desse princípios, buscando a melhoria da qualidade de vida da população e a conservação das áreas protegidas legalmente, porém não é exatamente o que se observa na prática, visto que há casos de puro desinteresse de alguns órgão públicos em implementar tais objetivos.

Sendo assim, é possível concluir que, apesar da existência de diversas leis e de ações processuais, tais como a Ação Civil Pública (Lei 7.347 de 24/07/1985) e a Ação Popular Ambiental, que dão oportunidade à população de fazer denúncias contra agressões ambientais, ainda há casos de crimes contra o meio ambiente que não são denunciados, ou por falta de conhecimento, ou por interesses individuais que se sobressaem em relação aos coletivos.

Visto que, uma população bem informada e consciente de seus atos, se torna um instrumento eficaz de proteção ambiental, na medida em que pode fazer uso de tais instrumentos jurídicos, é premente a introdução de uma educação respaldada pelo conceito de Desenvolvimento Sustentável, que seja capaz de instigar na população, um conhecimento maior sobre seus direitos e deveres e consolidar uma consciência ecológica, crítica e complacente, capaz de fazer uso dos recursos naturais de maneira justa e equitativa. Essa educação, capaz de transformar a sociedade, é denominada de educação ambiental.

### **3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O MEIO AMBIENTE**

Este capítulo traz as bases conceituais da educação ambiental e suas vertentes, com um breve histórico no mundo e no Brasil, destacando os objetivos e intenções, apontando sua importância no processo de mudança de hábitos, posturas, condutas e atos diante do meio ambiente. Abordar-se-á também a evolução do conceito de meio ambiente visto que está diretamente vinculado ao conceito de educação ambiental.

#### **3.1 Conceituando a educação ambiental e o meio ambiente**

Conforme abordado no capítulo anterior, o racionalismo cartesiano via a natureza como um objeto a ser dominado pela razão humana, devendo ser trabalhada de forma fragmentada, ou seja, estudando suas partes de forma isolada para se chegar à compreensão do todo. Esse pensamento mecanicista influenciou por muito tempo a definição de meio ambiente e a compreensão e alocação da educação ambiental.

Desse modo, as primeiras definições de meio ambiente tinham um caráter excessivamente naturalista, não incluindo o homem como seu componente. Reigota (2001) assevera que o distanciamento do homem da natureza, sempre se considerando como um ser a parte e explorador da mesma, explica suas atitudes tidas como racionais.

A própria Política Nacional de Meio Ambiente, sofreu influência dessa fragmentação, pois no seu artigo 3º, Parágrafo I, define meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (Lei Federal 6.938/81, art. 3º, inciso I). Percebe-se assim, nessa definição, um caráter extremamente biológico, se referindo basicamente ao meio ambiente natural. Portanto, não será tomada como base nessa pesquisa, em virtude das questões ambientais não tratarem somente do aspecto natural, mas também do social.

Dessa forma, a definição de meio ambiente não deve estar restrita somente ao sistema ecológico, como poluição do ar, das águas, reciclagem, etc. Ele deve ser conceituado

de forma ampla, tendo em vista a dimensão da complexidade dos problemas ambientais e dos impactos dos mesmos nos sistemas naturais e sociais.

Partindo desse pressuposto, há a necessidade de incorporar o sistema social nos estudos, planejamento e ações ecológicas, por parte do poder público e dos educadores. Assim, entende-se meio ambiente como “a biosfera<sup>15</sup>, isto é, as rochas, a água e o ar que envolvem a Terra, juntamente com os ecossistemas<sup>16</sup> que eles mantêm (HOLDER, 1991, p. 279 apud RUSCHMANN, 1997, p.19). Sendo que:

Esses ecossistemas são constituídos de comunidades de indivíduos de diferentes populações (bióticos), que vivem numa área juntamente com seu meio não-vivente (abiótico) e se caracterizam por suas inter-relações, sejam elas simples ou mais complexas. Essa definição inclui também os recursos construídos pelo homem, tais como casas, cidades, monumentos históricos, sítios arqueológicos, e os padrões comportamentais das populações – folclore, vestuário, comidas e o modo de vida em geral – ,que as diferenciam de outras comunidades. (RUSCHMANN, 1997, p. 19).

Ou seja, o meio ambiente deve ser visto como um conjunto dos fatores bióticos (flora, fauna) e abióticos (água, ar, solo, energia, etc.), que interagem com a cultura humana (seus valores morais, filosóficos, artísticos, políticos, econômicos, etc.), buscando uma relação dinâmica e equilibrada. Essa interação “busca assumir uma concepção unitária do ambiente compreensiva dos recursos naturais e culturais” (SILVA, 1995, p. 2 apud SANTILLI, 2005, p. 71), para só assim ser desenvolvido uma relação harmônica entre o homem e a natureza.

De acordo com Dias (2004), essa concepção de meio ambiente incluindo a cultura humana foi influenciada pela Conferência de Estocolmo, onde o meio ambiente é definido como “o sistema físico e biológico global em que vivem o homem e outros organismos – um todo complexo com muitos componentes interagindo em seu interior”. (MARGULIS, 1996, p.13).

Percebe-se assim, que a partir da Conferência de Estocolmo, a definição de meio ambiente passa a abranger o homem e suas relações, deixando de lado a visão reducionista que abrangia somente o meio natural.

Foi também, nessa Conferência que a educação ambiental (EA) passou a ganhar respaldo a nível planetário, sendo reconhecida pela primeira vez como essencial para solucionar a crise ambiental internacional. Pois, se tornou necessário a implementação de uma

---

<sup>15</sup>Tudo o que vive no ar, no solo, no subsolo e no mar formam a biosfera (DICIONÁRIO ambiental, 2008).

<sup>16</sup> Sistema ecológico formado pelo conjunto de relações mútuas entre seres vivos e fatores físico-químicos de seu respectivo ambiente. São ecossistemas: floresta, campo, cerrado, caatinga, manguezal, restinga (SOLDATELI, 2005).

educação que instigasse nos indivíduos a capacidade de responder aos desafios impostos pelo modelo de desenvolvimento vigente.

Tendo em vista que educar significa gerar no indivíduo uma consciência crítica em relação aos seus direitos e deveres, preparando-o para viver em sociedade e capacitando-o para compreender adequadamente o meio em que está inserido, o princípio nº 19 dessa Conferência assinala que:

É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais dirigido tanto às gerações jovens como aos adultos, e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiada, para ampliar as bases de um opinião bem informada e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e da coletividade, inspirada no sentido de sua responsabilidade quanto à proteção e melhoramento do meio em toda sua dimensão humana (MININNI-MEDINA 2001b, v.4, p. 19).

Ou seja, uma educação que abarque todos os setores da sociedade, de diferentes idades, principalmente os de classe social mais baixa, pois geralmente são os que têm menos acesso aos recursos, propiciando um conhecimento a cerca da realidade política, social e econômica a nível global, gerando assim, no indivíduo um atitude crítica em relação às políticas públicas ambientais e atitudes responsáveis diante do meio ambiente.

Percebendo então, a complexidade e a urgência da situação, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), seguindo as recomendações da Conferência de Estocolmo, promoveu três Conferências internacionais ao longo dos anos 70 e 80. Sendo:

- a) Conferência de Belgrado (na ex-Iugoslavia) em 1975, que reuniu especialistas de 65 países, resultando na formulação dos princípios e orientações para um Programa Internacional de Educação Ambiental<sup>17</sup>, onde a mesma deve ser contínua, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais.

Esse encontro gerou a Carta de Belgrado, que preconizou, a premente necessidade de uma nova ética planetária para promover a erradicação da pobreza, do analfabetismo, da fome, da poluição e da exploração e dominação humanas. Censurava o desenvolvimento de uma nação às custas de outra, buscando meios para um consenso internacional (PEDRINI, 2002).

---

<sup>17</sup> O Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) foi fundado em 1975, com sede no Chile. Hoje, encontra-se desativado, haja vista o enfoque pedagógico tecnicista que era atribuído ao programa, impedindo-o de alcançar maiores avanços com relação à integração dos aspectos sociais nas questões ambientais (MININNI-MEDINA 2001b, v.4).

Essa carta definiu, seis objetivos que devem ser alcançados quando se implementam educação ambiental, sendo:

- a) Consciência: adquirir maior sensibilidade e consciência do meio ambiente em geral, e dos problemas decorrentes;
- b) Conhecimento: adquirir uma compreensão básica do meio ambiente, em sua totalidade, dos problemas conexos, e da presença e função da humanidade nele, o que justifica uma responsabilidade crítica;
- c) Atitudes: adquirir valores sociais, um profundo interesse pelo meio ambiente, e a vontade de participar ativamente em sua proteção e melhoramento;
- d) Aptidões: adquirir aptidões necessárias para resolver os problemas ambientais;
- e) Capacidade de avaliação: avaliar as medidas e os programas de Educação Ambiental em função dos fatores ecológicos, políticos, econômicos, sociais, estéticos e educacionais.
- f) Participação: desenvolver seu sentimento de responsabilidade e tomar consciência da urgente necessidade de prestar atenção aos problemas do meio ambiente, para assegurar que se adotem medidas adequadas (MININNI-MEDINA, 2001b, v.4, p. 24).

Sendo assim, esses objetivos integram, resumidamente, as intenções da educação ambiental, na medida em que, quando executada de maneira correta, oferece o desenvolvimento de um conhecimento a cerca do meio ambiente e dos problemas de uma maneira global, fazendo com que a população passe a conhecer melhor seu entorno, adquirindo assim, sensibilidade quanto à preservação e valorização do meio em que está inserida e se torna apta para atuar de maneira significativa e crítica em projetos que estão sendo desenvolvidos. Devendo, esses objetivos, estarem em de acordo com a realidade social, econômica, ambiental e política de cada localidade.

b) A segunda foi a Conferência de Tbilisi, (na antiga União Soviética) em 1977, foi organizada pela UNESCO em cooperação com o Pnuma. Para muitos autores, especialistas da área e afins, essa Conferência foi a mais marcante de todas, pois, segundo Pedrini (2002), embora governamental vários participantes não oficiais interferiram e foram internalizadas estratégias e pressupostos pedagógicos à sua declaração. Assim, pode-se ressaltar alguns pontos marcantes desse documento, como por exemplo, a educação ambiental deveria basear-se:

na ciência e tecnologia para a consciência e adequada apreensão dos problemas ambientais, fomentando uma mudança de conduta quanto à utilização dos recursos ambientais. Deveria se dirigir tanto pela educação formal como informal a pessoas de todas as idades. E, também, despertar o indivíduo a participar ativamente na solução de problemas ambientais do seu cotidiano. Teria que ser permanente, global e sustentada numa base interdisciplinar, demonstrando a dependência entre as comunidades nacionais, estimulando a solidariedade entre os povos da Terra. Foram formuladas 41 recomendações que primam para o bem comum, tendo a EA como fator primordial para que a riqueza e o desenvolvimento dos países sejam atingidos mais igualmente (PEDRINI, 2002, p. 28).

Ou seja, pela internacionalidade dos problemas ambientais, a responsabilidade recai sobre cada um, devendo todos estarem bem informados e atualizados sobre as questões, para que de diversas maneiras (formais ou não) possam cumprir sua parcela de responsabilidade, devendo adotar a educação ambiental, de forma permanente, como um meio de alcance dessas mudanças.

Uma das recomendações dessa conferência de grande relevância destaca que a educação ambiental deve provocar uma conexão mais estreita entre os processos educativos e a realidade, estruturando suas atividades em torno dos problemas concretos que se impõe à comunidade; e focalizar a análise de tais problemas, através de uma perspectiva interdisciplinar e globalizadora, que permita uma compreensão adequada dos problemas ambientais (DIAS, 2004).

c) A terceira foi a Conferência de Moscou em 1987. Reuniu cerca de trezentos especialistas de cem países, objetivando analisar as mudanças e os progressos alcançados pelas nações desde a Conferência de Tbilisi. Porém foi constatado que apesar de decorridos dez anos, não foram encontrados sinais de que a crise ambiental houvesse diminuído. Sendo assim, esse encontro reforçou as medidas adotadas em Tbilisi.

As prioridades dessa Conferência tinham como meta apontar um plano de ação para a década de 90. Tais como:

a) desenvolvimento de um modelo curricular; [...] e) capacitar docentes e licenciados em EA; f) capacitar alunos de cursos profissionalizantes, priorizando o de turismo pela sua característica internacional; g) melhorar a qualidade das mensagens ambientais veiculadas pela mídia ao grande público; [...] k) utilizar unidades de conservação ambiental na capacitação regional de especialistas; m) informar sobre a legislação ambiental; dentre outras medidas não menos importantes (PEDRINI, 2002, p. 29-30).

Ou seja, corroborou com as medidas adotadas em Tbilisi, enfocando além de uma educação ambiental na formulação de uma consciência ecológica, aspectos pedagógicos e de formação técnica e profissionalizante, exigindo assim, uma reorientação do processo educacional.

Apesar da Conferência de Moscou ter consolidado as recomendações das duas conferências anteriores da UNESCO, a Organização das Nações Unidas (ONU), reconhecendo que havia ainda muito que fazer, decidiu promover uma segunda conferência nacional (a primeira foi a de Estocolmo), onde o Brasil se ofereceu para sediá-la, que foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ou Rio 92, como ficou conhecida. Segundo Medina (2001b), o papel da educação ambiental na

promoção do desenvolvimento sustentável, é tratado principalmente no Capítulo 36 da Seção IV, designado como “Promovendo a Conscientização Ambiental”, onde as organizações internacionais, assim como os países, escolas e/ou instituições adequadas, devem empreender dois esforços principais, o primeiro retrata a universalização da educação básica como meta de diminuição do analfabetismo, bem como capacitação e desenvolvimento de habilidades para o trabalho e aperfeiçoamento técnico. O segundo, direciona-se mais precisamente para a educação ambiental, recomendando que esta, seja ensinada para as pessoas desde a infância até a fase adulta, integrando os conceitos de meio ambiente e desenvolvimento, enfatizando a discussão a respeito dos problemas ambientais locais. Vale ressaltar que, a educação ambiental não está presente somente na Seção IV, mas em quase todos os 39 capítulos da Agenda, prevendo ações até o século XXI.

Paralelamente à Rio-92, acontecia a Jornada Internacional de Educação Ambiental (ou Fórum Global), onde foi aprovado o Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. De acordo com Mininni-Medina (2001b, v.4), esse tratado aponta os princípios e características da educação ambiental para o desenvolvimento sustentável, com destaque nas ações não formais (ANEXO A). Sustenta em sua introdução que “esse Tratado, assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve, portanto propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação [...]” (p. 54).

Após essa conferência, foram realizadas outras importantes sobre educação ambiental no Brasil, como por exemplo, a I Conferência Nacional de Educação Ambiental, em Brasília, no ano de 1997. Mininni-Medina (2001b, v.4) esclarece que o objetivo geral dessa Conferência, era refletir sobre as práticas da educação ambiental no Brasil, avaliando suas tendências e identificando as perspectivas e estratégias futuras. Foi lançado o documento “Declaração de Brasília”, que consolida as sugestões de diretrizes políticas para a educação ambiental no Brasil.

Dois anos mais tarde, foi promulgada da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99), que define em seu art. 1º, a educação ambiental como:

os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (art. 1º).

Percebe-se com essa definição que a educação ambiental se constitui numa forma abrangente de educação onde o objetivo é promover nos cidadãos novas formas de conduta e

um maior conhecimento do meio em que está inserido, tornando-o apto para agir na busca de soluções para os problemas ambientais e conseqüentemente para uma melhoria na qualidade de vida.

Dias (2004, p. 100), esquematiza (figura 2) bem as intenções da EA:

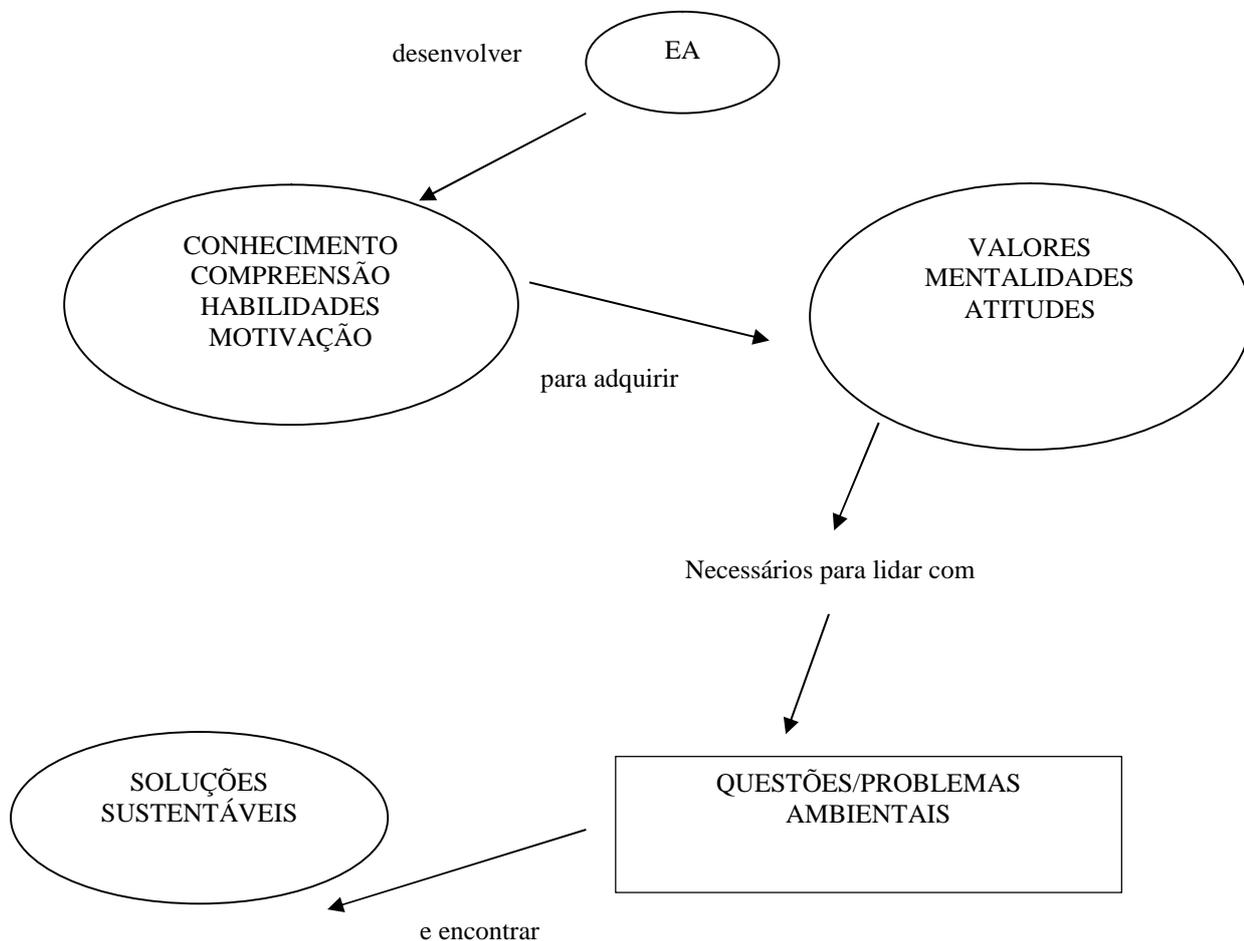


Figura 2: No fundo o que a EA pretende é  
Fonte - Dias (2004).

A educação ambiental deve então, contribuir para que os cidadãos desenvolvam conhecimento a respeito dos problemas ambientais, atualizando-os com informações importantes que estão sendo discutidas em todo o mundo pelos cientistas, humanistas, educadores, etc., para então, adquirir capacidade de julgar a qualidade dos serviços públicos implementados, desenvolvendo assim, habilidades para atuar como agente transformador participando de forma responsável e eficaz na proteção do meio ambiente, objetivando então, construir um mundo mais humano e sustentável.

Sendo assim, o conceito de educação ambiental incorpora os sistemas social, na medida em que é uma importante ferramenta de inclusão e mobilização social; ambiental, pois é direcionada ao meio ambiente, objetivando a conservação e preservação; econômico, pois não objetiva a intocabilidade e sim, o desenvolvimento da localidade na busca de melhoria de condição de vida para a população local; político, pois, prepara a população para o exercício da cidadania, fazendo conhecer seus direitos e como colocá-los em prática; cultural, na medida em que contribui para fortalecer a identidade local, através de meios educativos que levam a um maior conhecimento da região e assim sucessivamente a uma maior valorização.

É imprescindível então, que se reconheça a EA como catalisadora na mudança de atitudes e na consolidação de uma consciência ecológica, pois, a mesma se constitui no modo mais adequado para “promover uma educação mais ajustada à realidade, às necessidades, aos problemas e aspirações dos indivíduos e das sociedades no mundo atual” (DIAS, 2004, p 11). Ou seja, deve instigar a população a resolver impasses do cotidiano auferindo uma melhoria na qualidade de vida.

Desse modo, para que esse modelo de educação consiga atingir pessoas de diferentes idades e classe social, a mesma pode ser transmitida através de duas modalidades: formal e não-formal.

### **3.2 Modalidades da educação ambiental**

Para a prática da educação ambiental é imprescindível salientar que a mesma não deve ser reduzida a uma disciplina específica, visto que, presume o conhecimento de várias disciplinas, como a biologia, geografia, entre outros. Ou seja, deve ser considerada como:

saber construído socialmente e caracteristicamente multidisciplinar na estrutura, interdisciplinar na linguagem e transdisciplinar na ação, não pode ser área profissional específica de nenhuma especialidade do conhecimento humano. Deve, de fato, ser instrumentalizada em bases pedagógicas, por ser uma dimensão da educação, mas propugnar pela transformação de pessoas e grupos sociais. Portanto, deve buscar a participação de todos os seus agentes. Deve ter por fim o questionamento, a modificação/aquisição por parte dos educandos de hábitos, posturas, condutas e atos que estejam permanentemente em aperfeiçoamento, buscando o progresso de suas comunidades identificadas com os objetivos mais legítimos de suas nações. (PEDRINI et al., 2002 p. 15-16).

Assim sendo, a Educação Ambiental deve ser vista como um processo permanente de aprendizagem em conjunto com toda a sociedade, objetivando induzir a uma nova concepção de atitudes e comportamentos.

### 3.2.1 Formal

É a modalidade desenvolvida no âmbito do sistema escolar. O modelo vigente de educação ainda é respaldado pelas correntes filosóficas que surgiram na época moderna (século XVII), como o já abordado racionalismo cartesiano, que fragmentou as disciplinas causando assim, obstáculos para a implementação da educação ambiental, que se caracteriza pela transversalidade e interdisciplinaridade, ou seja, se trata de uma área do conhecimento que envolve diversas disciplinas e deve ser perpassa por todas elas. Necessitando assim, de profissionais de áreas distintas, como educação, biologia, geografia, administração, etc.

Porém, não só as disciplinas foram influenciadas por esses paradigmas filosóficos, como também a própria formação dos professores. Dias (2004), retrata o descaso das Secretarias de Educação estaduais e principalmente municipais, quanto à qualificação desses profissionais, quando diz que na esfera estadual há um grande problema com a gestão devido oscilações de políticos e conseqüentemente descontinuação das tarefas e na esfera municipal retrata que o caso é ainda pior devido aos baixos salários, desmotivação, desqualificação dos profissionais, infra-estrutura escolar precária, etc. Em suma, “uma mistura explosiva que colocam a educação ambiental fora de plano” (DIAS, 2004, p. 18).

Sendo assim, o currículo escolar atual aborda vários temas específicos da ecologia e biologia que, se constituíram importantes bases para o entendimento do meio ambiente natural, porém sem levar em conta o sistema social e como os mesmos se relacionam, deixando de lado assim, a sensibilização quantos aos problemas ambientais.

Essa situação é corroborada por Pedrini (1997) quando afirma que, segundo estudos realizado pelo Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) da UFRJ, dentre os objetivos da EA, os que estão conseguindo ser atingidos com mais eficácia estão restritos somente à conscientização e difusão em escolas, unidades de

conservação e comunidades. Não aparentando como objetivo principal uma guinada nos hábitos, posturas e condutas da sociedade.

### 3.2.2 Não-formal

É a modalidade realizada fora da sala de aula e dirigida à comunidade como um todo. A política Nacional de Educação Ambiental a define como “as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”. (Seção III, art. 13). Essa modalidade pode se desenvolver por meio de eventos educativos, cartilhas, caminhadas interpretativas em trilhas ecológicas, além de medidas que incitam o ser humano a viver de forma harmoniosa e equilibrada com o meio ambiente, como a coleta seletiva e reciclagem do lixo, economia de energia, de água, redução de desperdício de matéria-prima, entre outros.

Rosa (2001, v.1), acrescenta mais uma modalidade, a EA informal, e a define como aquela que é transmitida “por veículos de comunicação e que, embora sejam meios coletivos, agem em cada um dos indivíduos de uma forma muito particular [...]. Tendo a televisão, o rádio, o jornal, os *outdoors*, as janelas traseiras de ônibus, como os meios mais comuns de divulgação. Complementa ainda, que a educação ambiental pode se utilizar desse processo, desde que desenvolva um senso crítico a respeito das matérias divulgadas pela mídia.

De fato, os meios de comunicação se constituem como importantes instrumentos educacionais para a preservação e conservação do meio ambiente, na medida em que atinge diversas pessoas, de diferentes maneiras, estimulando a formação de opiniões, ao mostrar vários pontos de vista e intercâmbio de experiências. Porém a EA informal é vista como um exemplo de prática-não formal, daí muitos autores não a considerarem dissociada dessa modalidade. Sendo assim, nessa pesquisa, essas duas modalidades serão abordadas como uma só, EA não-formal.

É patente a contribuição da educação ambiental formal e não-formal na transmissão de informações para o alcance de uma consciência ecológica. Contudo, nessa pesquisa, o enfoque será direcionado para a educação ambiental não-formal, haja vista sua contribuição no processo de melhoria da qualidade de vida da população, na medida em que,

proporciona a participação da comunidade nas atividades, fazendo com que a mesma, adquira um conhecimento maior a respeito de seu local de moradia, além de descobrir fontes alternativas de renda.

A Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99) incumbe, em parágrafo único, ao poder público em níveis federal, estadual e municipal, o incentivo a educação ambiental não-formal, por meio de:

- I - difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;
- II - ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;
- III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;
- IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;
- V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;
- VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;
- VII - o ecoturismo (seção III, art. 13).

Sendo assim, compete ao Poder Público, incentivar ações educacionais que melhorem a qualidade do meio ambiente, através da participação da comunidade local em atividades de educação ambiental não-formal objetivando a transformação e construção de uma conduta na sociedade em relação aos recursos naturais, além do desenvolvimento da localidade seguindo os princípios do desenvolvimento sustentável.

Diante desse fato, o turismo sustentável, mais precisamente o ecoturismo, vem sendo desenvolvido como uma modalidade da educação ambiental não-formal que através dos princípios da sustentabilidade, conserva o meio o ambiente visitado, incorpora a comunidade local na atividade e desenvolve economicamente a região através dos empregos e renda gerados.

Ou seja, é uma atividade que por sua multi e interdisciplinaridade se constitui como propulsora da EA.

## **4 TURISMO SUSTENTÁVEL**

Este capítulo aborda o turismo sustentável como um modelo de atividade decorrente da nova consciência ecológica que surgia, enfatizando o ecoturismo como modalidade preferencial na busca do contato com a natureza conservada e a cultura autêntica bem como a efetivação deste para a conservação dos recursos de áreas naturais protegidas.

### **4.1. Definindo o turismo sustentável**

De acordo com Seabra (2005), a Revolução Industrial, que ocorreu no século XVIII, na Inglaterra, implementou inúmeras indústrias que proporcionaram o surgimento das primeiras excursões organizadas pelos agentes de viagens, dando início assim, ao chamado turismo moderno, que utilizava o trem, para viagens nacionais e o navio para viagens internacionais. Sendo assim, Barreto (1998 apud SEABRA, 2005) afirma que o aumento do tempo livre decorrente do avanço tecnológico transformou o turismo em fenômeno mundial de massa, pois um número crescente de pessoas passou a ver nas viagens de lazer uma forma de evasão do cotidiano e de recuperação do estresse causado pela rotina do trabalho.

Sendo assim, o turismo de massa representava o estilo de vida proporcionado pelo avanço tecnológico, altamente consumista dos recursos naturais e sem a preocupação com a sua finitude.

Esse tipo de turismo é caracterizado por Ruschmann (1997), pelo “grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano” (p. 110). E que, a infra-estrutura exigida para o incremento da atividade, tem causado danos às paisagens e destruindo ecossistemas, sendo considerado então, como o maior agressor dos espaços naturais.

Ou seja, o turismo de massa, é aquele que é feito por uma grande quantidade de pessoas que tem os mesmos lugares como destino final. Por ser uma atividade decorrente da Revolução Industrial, possui as mesmas características de degradação ambiental e sociocultural que as outras e também contribuiu por muito tempo, para a ampliação dos problemas ambientais que a humanidade vinha passando, tais como exposto no capítulo 2,

pois, sua massificação sempre demandou infra-estrutura para o deslocamento e acomodação do turista, modificando assim, a paisagem e o estilo de vida da população receptora.

Porém, a forma predatória com que essa atividade vinha utilizando os recursos naturais, foi questionada pela nova consciência ecológica que surgia no final da década de 60 e início de 70, resultando, segundo Dias (2003), na procura por alternativas a essa forma de turismo, principalmente no anos 80 como o crescimento do movimento ambientalista.

Com isso, essa atividade começou a ser influenciada pelas conferências, encontros e debates que estavam acontecendo no mundo, principalmente depois da popularização da definição de desenvolvimento sustentável pelo relatório Nosso Futuro Comum (ou relatório *Brundtland*), em 1987. Sendo assim, foi realizado em 1995, a Conferência Mundial de Turismo Sustentável em Lanzarote, Ilhas Canárias, Espanha, onde segundo Dias (2003) objetivava suprir a necessidade de incorporar os princípios estabelecidos pela Eco-92, além das recomendações da Agenda 21, que já tratava do assunto, porém, de forma superficial em três capítulos, 11, 13 e 14.

O autor elucida que o primeiro artigo dentre os dezoito que foram estabelecidos nessa conferência, deixa claro que o desenvolvimento turístico deve fundamentar-se em critérios de sustentabilidade (Figura 3), quando afirma que a atividade “deverá ser suportável ecologicamente a longo prazo, viável economicamente e equitativo desde uma perspectiva ética e social para as comunidades locais” (DIAS, 2003, p. 60).



Figura 3: Tripé do desenvolvimento sustentável  
Fonte: Tripé (2008).

Desse modo, o turismo deve adotar o tripé do desenvolvimento sustentável, haja vista a importância dessa atividade na promoção e no estabelecimento dos princípios que norteiam esse modelo de desenvolvimento.

Essa relação é esclarecida por Swarbrooke (2000), na medida em que afirma ser o turismo sustentável parte do conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável e que consiste numa ferramenta importante no auxílio à realização deste.

Diante dessa analogia, a Organização Mundial do Turismo (OMT) baseando-se no relatório Brundtland, estabelece a definição da atividade turística sustentável como aquela que,

atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade ecológica e dos sistemas que garantem a vida (OMT, 2003).

Sendo assim, o turismo sustentável é uma maneira de praticar o turismo levando em conta as necessidades da localidade e dos turistas, de maneira que não comprometa a qualidade de vida da população, compreendendo os sistemas sociais, culturais e econômicos e protegendo o meio ambiente para as próximas gerações.

De acordo com Dias (2003), o turismo sustentável compreende todas as modalidades e destinos, podendo este, ser natural ou não, sendo que todos os segmentos devem incorporar em sua prática os eixos básicos do desenvolvimento sustentável: ecologicamente equilibrado, economicamente viável e socialmente equitativo. E esclarece, que o novo tipo de turismo que surgia em busca de atividades na natureza se configurou como turismo alternativo<sup>18</sup>, pois buscava uma opção ao até então predominante “sol e praia” que foi difundido pelo turismo de massa.

Esse novo tipo de turismo que surgia na década de 80 era resultado de uma mudança de hábitos e valores, devido à nova consciência ecológica que emergiu no final da década de 60 e tinha como resultado uma busca pela melhoria da qualidade de vida.

Com isso, Dias (2003, p. 16) esclarece que o turismo alternativo, pode ser considerado como uma “fuga da padronização da oferta e dos serviços e da impessoalidade no

---

<sup>18</sup> Segundo Dias (2003), no turismo alternativo de destacam as atividades que são realizadas na natureza, como por exemplo, ecoturismo, turismo de aventura, montanhismo, etc.

tratamento dos visitantes, que se traduzia em perda da qualidade e do valor das férias oferecidas pelo turismo convencional”.

Sendo assim, surgia uma demanda cada vez mais exigente e disposta a buscar autenticidade nos novos destinos, visando um maior contato com a natureza conservada e com a cultura da população local, principalmente após a universalização das questões ambientais pelas Conferências realizadas na área e a busca pela melhoria da qualidade de vida que se encontrava em xeque nas grandes cidades. Desse modo, a paisagem bucólica passou a fazer parte dos anseios da sociedade, principalmente com a declaração dada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no final dos anos 90, onde, segundo Dias (2004), era anunciado que o estresse tinha se tornado epidemia global e era a doença que mais matava pessoas no mundo. Com isso, intensificou-se cada vez mais a procura por viagens que incluísse em seus roteiros paisagens naturais. Dias (2003), afirma que, dentre as modalidades que fazem parte do chamado turismo alternativo, a que mais se desenvolveu nos últimos anos foi o ecoturismo, e na esfera econômica do turismo, é o setor que mais cresce em relação a todos os outros segmentos.

## **4.2. Definindo ecoturismo**

De acordo com o Ministério do Turismo, o termo Ecoturismo, foi introduzido no Brasil no final dos anos 80, por ocasião da tendência mundial de valorização do meio ambiente. Porém, foi somente com a Eco-92 que esse segmento ganhou visibilidade no mercado turístico, devido a necessidade de incorporar os princípios sustentáveis na atividade (BRASIL, 2008).

A partir de então, o termo ecoturismo, passa a introduzir em seu conceito características do turismo sustentável e pode ser definido como:

um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR/ IBAMA 1994 apud SOLDATELI 2005, p. 517).

Ou seja, o ecoturismo não se configura apenas como uma atividade turística praticada na natureza, mas, uma atividade que busca a conservação dos recursos naturais, a melhoria da qualidade de vida e a valorização dos aspectos culturais da população anfitriã, além da sensibilização dos turistas quanto às questões ambientais.

O alcance desses objetivos é possível na medida em que a atividade possui um grande aliado, o ecoturista. Este, segundo Salvati (2008), na maioria das vezes contribui de forma positiva nas localidades que visita, não só se preocupando com a qualidade de vida da população e o meio ambiente, mas também, interagindo ou consumindo os produtos locais. Segundo ele, há exemplos, na Europa, de visitantes que retornam ao local visitado para praticar atos voluntários em benefício da comunidade.

Essa sensibilização dos ecoturistas é explicada por Salvati, devido à atenção que as pessoas têm dado às mudanças ambientais que vem ocorrendo no planeta, tornando-os preocupados em contribuir com sua parte na conservação dos recursos naturais e na manutenção do equilíbrio do mesmo. Complementa ainda, que o acesso à informação, tem também atraído cada vez mais pessoas interessadas em ambientes e culturas diferentes, induzindo-o a conhecê-los antes que “acabem”. Daí também a necessidade do ambiente visitado estar conservado e possuir uma exuberância de paisagens (foto 1).



Foto 1: Baía dos Porcos.  
Fonte: Fernando de Noronha, 2008.

Sendo assim, define-se o perfil do ecoturista como:

- a) Oriundos de grandes centros urbanos, vivendo cotidianos agitados, estressantes e isento de contato com a natureza;

- b) São ávidos por um contato positivo com o meio ambiente e atividades de relaxamento, contemplação e lazer;
- c) Procuram acesso à informações sobre o meio ambiente e sobre problemas ambientais;
- d) Procuram ambientes e culturas diferentes, incomuns e até exóticos, inclusive sobre o pretexto do "antes que acabem";
- e) Possuem bom nível cultural e educacional (maioria possui nível superior) e financeiro;
- f) Estão situados na faixa etária de 25 a 40 anos;
- g) Possuem consciência de que pagam mais caro por programas culturalmente e ambientalmente corretos;
- h) São preocupados com a qualidade do ambiente e com a qualidade de vida da comunidade local;
- i) Alguns postam-se a contribuir, interagindo ou consumindo na comunidade (ECOSFERA ,2001 apud SALVATI, 2008).

Deste modo, uma localidade que se configura de fato como um destino ecoturístico, além de se beneficiar com os aspectos positivos que essa modalidade pode gerar, ainda consegue construir na comunidade uma consciência e um orgulho maior a respeito de seu local de moradia e aumentar o grau de instrução desta, pois os ecoturistas são ávidos por informações a respeito do meio que visitam como seus aspectos geográficos e históricos, assim, a população deve aliar os conhecimentos familiares do meio com o aprofundamento em livros e cursos. Sendo assim, uma população instruída, passa a valorizar mais seu meio e saber lidar com os problemas sociais e ambientais que a comunidade possa vir ou já está enfrentando. Para tanto, Honey (1999 apud KINKER, 2002), estabelece alguns princípios e critérios que devem ser seguidos por qualquer atividade que deseja ser reconhecida como ecoturística, (ANEXO B).

O ecoturismo então, se configura como uma atividade que utiliza os recursos de forma sustentável, incentiva sua conservação e ainda promove uma consciência ambiental na população e nos visitantes através de um contato maior com a natureza e uma interpretação da mesma.

Porém apesar dessas características, vale ressaltar que, à semelhança do que ocorre com o conceito de desenvolvimento sustentável, de educação ambiental e de turismo sustentável, o ecoturismo não apresenta uma única definição, com isso, nessa pesquisa será tomado por base a definição já citada acima dada pela Embratur (1994), pois incorpora os três eixos do desenvolvimento sustentável.

É imprescindível enfatizar que o termo ecoturismo não é sinônimo de turismo de natureza e sim um de seus subsegmentos, porém com características peculiares de sustentabilidade, já que, segundo Dias (2003), o turismo de natureza se caracteriza por desfrutar dos atrativos naturais de uma localidade, porém, não se configura necessariamente,

como atitude particular dos turistas, podendo se caracterizar como insustentável. Sendo assim, um sinônimo para ecoturismo é dado por Pires (2005) \_como Turismo Ecológico.

Contudo, apesar do ecoturismo seguir os princípios do desenvolvimento sustentável, quando mal planejada essa atividade pode gerar mais prejuízos que benefícios causando sérios danos ao meio ambiente como um todo. Kinker (2002) esclarece que sem o devido planejamento, esse segmento pode gerar mais impactos do que qualquer outro segmento da atividade turística, pois normalmente o ecoturismo é praticado em áreas ecologicamente frágeis.

Antes de listar esses impactos, faz-se necessário a compreensão primeira do que vem a ser impacto ambiental, que para o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), é:

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais (Resolução 001/86, art. 1º, apud SOLDATELI, 2005, p. 520).

Ou seja, são alterações causadas ao meio ambiente natural, cultural e social resultante de ações antrópicas. Dentre os impactos positivos e negativos potenciais do ecoturismo, destaca-se:

1) Positivos

- a) geração de emprego e de renda tanto indireta (impostos), como direta (taxas, ingressos), nesse caso, pode se dar através de visitas em áreas naturais protegidas, museus, entre outros. Além de diversificação da economia, ampliando o campo de trabalho da comunidade, como por exemplo, venda de produtos locais. Dias (2003), afirma que as rendas geradas com a cobrança de taxas podem ser utilizadas especificamente para pagar o gerenciamento e a proteção das áreas mais ameaçadas do ponto de vista ambiental;
- b) baixo impacto ambiental. De acordo com Kinker (2002), o ecoturismo não demanda estruturas de grande fausto, até porquê o que impressiona os turistas dessa modalidade não são as grandes construções, mas a natureza preservada. Dias (2003), afirma que, as pessoas que praticam essa atividade normalmente estão de fato interessados na natureza e dispostos a causar o menor impacto possível;

- c) conservação da biodiversidade. De acordo com Dias (2003), o ecoturismo contribui para chamar atenção sobre espécies em perigo de extinção e estimular sua conservação. Um exemplo disso, segundo o autor, é o trabalho educativo desenvolvido pelo projeto Tamar de proteção à tartaruga marinha, onde os visitantes (em número limitado) conhecem o projeto e divulgam o conhecimento que adquiriram sobre as tartarugas marinhas, fomentando e valorizando sua preservação;
- d) criação de programas educativos visando à preservação das áreas naturais. O ecoturismo pode favorecer a conservação da natureza através de projetos educacionais desenvolvidos para a comunidade e para os turistas, principalmente em áreas naturais protegidas, devido às variedades de fauna e flora encontradas nessas áreas;
- e) valorização sociocultural: de acordo com Kinker (2002), o turista tem o potencial de aumentar a auto-estima da comunidade receptora, na medida em que ao valorizar os aspectos culturais da localidade, gera uma maior preocupação por parte desta em relação à preservação do meio ambiente;
- f) infra-estrutura básica e turística. A atividade ecoturística, assim como qualquer outra modalidade do turismo, exige o mínimo de infra-estrutura possível, que muitas vezes são construídas intencionalmente para a atividade, porém acaba beneficiando também a comunidade;
- g) promoção da educação ambiental. O ecoturismo lida com atividades educacionais durante sua prática, além de comportar uma demanda normalmente bem informada e preocupada com as questões ambientais. Mendonça (2005) afirma que, por serem educativas, essas visitas à natureza são naturalmente associadas aos processos da educação ambiental, já que são realizadas em áreas naturais relevantes para a proteção dos ecossistemas e eficazes no resgate do equilíbrio das relações ambientais.

## 2) Negativos

- a) abandono de atividades tradicionais. De acordo com Kinker (2002), a alta dependência em relação à atividade ecoturística pode levar à renúncia de práticas tradicionais de sobrevivência;

- b) ansiedade pelos benefícios a curto prazo. Segundo Kinker (2002), normalmente os destinos visados pelos praticantes do ecoturismo possuem infra-estrutura elementar e poucas coisas para vender, a não ser, segundo ela, experiências, gerando assim, frustração por parte da população envolvida que passa a pensar que para tornar a atividade economicamente viável, tem que torná-la em turismo de massa;
- c) infra-estrutura inadequada. Muitas vezes, visando o lucro imediato, deixa-se de lado estudos de impacto ambiental antes de construir a infra-estrutura turística, causando assim, degradação ao meio ambiente;
- d) descaracterização das tradições e costumes da população local. Pode se dar através de mudanças nos hábitos e pela banalização da cultura, transformando-a em “show para turista ver”;
- e) desequilíbrio ecológico das áreas naturais. Através da poluição do ar, sonora e visual, acúmulo de lixo nas margens de rio, nos caminhos das trilhas, perturbação da fauna etc.

Diante do exposto, é perceptível que toda atividade turística, independente da modalidade executada, gera algum tipo de impacto no meio ambiente como um todo. No entanto, quando planejado, tende a desenvolver uma relação de simbiose com os recursos naturais, culturais e físicos, sendo então encarado como indispensável para o desenvolvimento sustentável da atividade.

Dias (2003), esclarece que o importante, na relação turismo e natureza, é a compreensão de que essa atividade quando bem planejada tem como resultado impactos positivos superiores aos negativos e contribuem decisivamente para a preservação da localidade.

Sendo assim, é cada vez mais reconhecido o significado do turismo para a preservação do meio ambiente, ampliando então, a preocupação de tornar essa atividade cada vez mais bem administrada. E por isso, a relação turismo e meio ambiente deve ser intermediada por um trabalho intenso de educação ambiental, para que não se cometa os mesmos erros do passado, quando os recursos eram tidos cada vez mais como inesgotáveis (DIAS, 2003).

A educação ambiental é vista então, como um procedimento positivo para minimizar os efeitos negativos que o ecoturismo possa vir a causar, devendo ser desenvolvida através de programas de prevenção desses impactos e que leve em conta as diferenças

culturais existentes entre a comunidade receptora e os turistas, que garanta um retorno financeiro para a localidade e que preserve seus recursos naturais e culturais, levando em conta a realidade de cada lugar.

#### 4.2.1 Ecoturismo e educação ambiental

Conforme abordado no capítulo anterior, a educação ambiental se constitui numa forma de educação capaz de promover mudanças de atitudes em relação ao meio ambiente, criando uma nova consciência ecológica, sendo então imprescindível para a obtenção do turismo sustentável, já que a mesma foi cogitada como uma forma de alcançar mudanças de paradigma por permear os princípios da sustentabilidade.

Vale ressaltar que a sustentabilidade se constitui num processo a longo prazo, necessitando assim, de um bom planejamento das atividades a serem desenvolvidas e treinamento da população anfitriã para poder conviver com essa nova realidade e não desenvolver relações hostis com o turista.

Entretanto, esse planejamento e treinamento não são tarefas fáceis de serem implementadas, pois requer o envolvimento e compreensão dos diversos atores envolvidos com a atividade, como o poder público, os profissionais do turismo, a comunidade autóctone, os turistas, o terceiro setor, etc. Além de um conhecimento aprofundado das características e necessidades da região receptora para adequar as técnicas de planejamento às reais necessidades enfrentadas por esta.

A dificuldade reside no fato de que o poder público geralmente implementa ações de curto prazo; os profissionais do turismo normalmente, segundo Ruschmann (1997), não se julgam responsáveis pelos danos ambientais que a atividade causa, pois estão voltados integralmente para a venda dos produtos e no seu entendimento já arcam com os custos promocionais; os turistas também não se sentem responsáveis pelos danos pois, de acordo com Ruschmann (1997), a falta de “cultura turística”, faz com que se comportem de forma alienada em relação à localidade que estão visitando e se acham no direito de usufruir da maneira que bem quiserem por um produto que estão pagando e principalmente que seu tempo é curto demais para causar alguma lesão ao meio visitado; e a comunidade, que muitas vezes se encontra alheia às causas, na medida em que, quando não trabalha diretamente com o

setor, não se sente parte daquele processo, se sentindo muitas vezes incomodada com a presença da atividade em seu local de moradia.

Percebe-se então, a importância de se desenvolver um programa de educação ambiental, que afete primeiramente a comunidade, para que esta compreenda a necessidade de valorizar o meio em que vive e assim, cobrar do poder público e dos profissionais de turismo, projetos sustentáveis na localidade, onde estes devem incorporar a população, dando-lhes oportunidade de emprego, treinamento para um melhor desenvolvimento do artesanato local e de práticas das atividades que os mesmos poderão desenvolver na localidade, como por exemplo, guia de trilhas ecológicas e até mesmo de como se portarem diante dos turistas e de como tirar proveito dessa atividade.

Logo depois, um programa de educação ambiental que afete o poder público e os profissionais do turismo, para conscientizá-los de que a proteção dos recursos naturais e a autenticidade da cultura local se constituem as bases de sucesso da atividade turística e o descaso com algum poderá levar à falência da atividade.

E por último, os turistas, que deverão ser conscientizados da importância de respeitar as diferenças culturais, de não degradar o meio ambiente, etc. Para este, Ruschmann (1997), esclarece que o trabalho de educação ambiental deve ser feito de modo que o mesmo atue de forma consciente não só no ambiente visitado como também no seu local de origem.

Diante do exposto, é perceptível que o planejamento, acompanhado da implementação de uma educação ambiental, é de fundamental importância para a consolidação da sustentabilidade e continuidade da atividade turística, na medida em que, busca satisfazer as necessidades da comunidade e os anseios dos turistas e evita danos à principal matéria-prima da atividade, que é o meio ambiente natural.

Sendo assim, há a necessidade de implantação de programas de educação ambiental, principalmente no ecoturismo, pois se caracteriza por atividades realizadas na natureza, normalmente em ambientes de acentuada importância, sendo imprescindível a adoção de medidas que regulem a atividade, pois o valor da qualidade do meio ambiente, em especial o natural dada a sua fragilidade, se constitui num fator decisório para a sobrevivência dessa modalidade.

Desse modo, é imprescindível um trabalho de educação ambiental que desenvolva uma consciência ecológica em todos os atores envolvidos com a atividade, já que a mesma ocupa um lugar de destaque na implantação de atividades ecoturísticas, na medida em que

busca interagir com todos os elementos que compõe essa atividade, servindo como um meio eficaz de desenvolvimento da economia local aliado à conservação dos recursos.

Para facilitar o conhecimento e uma maior sensibilização do ecoturista em relação ao meio visitado, especialmente se for uma área natural protegida, Kinker (2002) sugere que durante a prática, a atividade seja enriquecida com informações sobre o meio ambiente onde se encontra o turista, normalmente sob a forma de interpretação da natureza<sup>19</sup>, que consiste numa estratégia de educação ambiental, proporcionando o entendimento das relações existentes no meio, contribuindo assim, para agregar valor à visita e superar as expectativas do turista.

Essas visitas se constituem então num processo de aprendizado, pois, segundo Kinker (2002), a maioria das pessoas que visitam áreas naturais protegidas tem pouca ou nenhuma noção do que seja conservação da natureza e qual sua importância.

Só assim, é que se dará início ao processo de sensibilização e valorização sobre o meio ambiente e será buscado pelo turista soluções sustentáveis para uma melhor qualidade de vida do seu local de moradia, através de uma reflexão e participação maior na proteção do meio ambiente, seja na sua residência, no seu local de trabalho ou através de ONGs que lutam por causas ambientais.

Sendo assim, a sustentabilidade deve estar presente em todas as formas de atividade econômica ou não podendo ser desenvolvida por qualquer pessoa. E no turismo não é diferente pois, segundo Dias (2003), os princípios da sustentabilidade – crescimento econômico, conservação ambiental e equidade social – devem constituir o objetivo de qualquer modalidade turística, independentemente de seu estágio evolutivo, incluindo assim o turismo de massa e não somente o ecoturismo ou turismo rural, pois, não se deve confundir o turista consciente da sustentabilidade com o turista ecológico ou qualquer outra modalidade de turismo realizado em ambiente natural.

Sendo assim Murphy (2001 apud DIAS, 2003, p. 69), explicita que:

[...] Para que o turismo sustentado tenha o grau de apoio do consumidor de que necessita, é preciso expandir seu apelo e relevância além dos ecoturistas. Crescem as evidências de que o turista de massa, tão freqüentemente menosprezado, está demonstrando um interesse cada vez maior pelo meio ambiente local e pelos costumes socioculturais de seus destinos.

---

<sup>19</sup> A interpretação da natureza consiste numa atividade educacional que “acontece rapidamente durante a visita do turista, sendo uma oportunidade única de envolvê-lo. [...] é mais do que simplesmente comunicar fatos: mexe com os sentidos, com a capacidade de sentir, tocar, ver, escutar, cheirar etc.” (KINKER, 2002, p. 76-77).

Com isso, fica claro, o caráter holístico e sistêmico da educação ambiental e seu grau de abrangência, devendo contemplar não somente o turista que visita áreas naturais, em grupos pequenos, aparentemente inócuos, que geralmente se caracterizam como um grupo elitista, mas também aquele grupo formado por diversas pessoas, que visitam lugares massificados pelo turismo, independentemente de serem áreas naturais.

Porém, vale ressaltar a importância que tem as visitas a ambientes naturais no processo de construção de uma nova consciência ambiental, por isso o ecoturismo tem sido amplamente estimulado como um meio de preservar, conservar, e valorizar essas áreas principalmente as áreas naturais protegidas, mais precisamente as Unidades de Conservação (UCs), dada a fragilidade e excepcionalidade de seu ecossistema.

Essas áreas são consideradas ideais para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas, pois apresentam uma variedade de espécies de fauna e flora, constituindo assim, numa grande atração tanto para os turistas como para a comunidade local.

Portanto, no próximo capítulo aborda-se a relação unidades de conservação, ecoturismo e educação ambiental, dado o aumento de fluxo de visitantes em áreas protegidas em todo o mundo (BOO 1995 apud KINKER, 2002).

## **5 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

As Unidades de Conservação (UCs), fazem parte do sistema maior de Área Naturais Protegidas, que segundo o MMA/IBAMA (1999 apud Dias, 2003) incluem, além das UCs, as áreas de Proteção Permanente, as Reservas Legais e as Reservas Indígenas. Todas elas contribuem de forma peculiar para a conservação e/ou preservação dos recursos naturais. Porém o objetivo desse trabalho é para com as Unidades de Conservação, pelo reconhecimento que esta possui para a realização de atividades educacionais, de recreação e lazer em contato direto com a natureza. Sendo assim, será apresentado neste capítulo a sua definição e classificação. Serão abordados também os benefícios que a atividade ecoturística pode gerar nessas unidades, quando bem planejado e aliado a programas de educação ambiental.

### **5.1 Classificação das unidades de conservação**

Como resultado da nova consciência ecológica que surgia, o Brasil, passou a buscar meios de proteção de seus recursos naturais contra as ações antrópicas, que por muito tempo, desde a chegada dos portugueses, foram responsáveis por danos ao meio ambiente, causando extinção de espécies da fauna e flora como o pau-brasil, que de acordo com Dias (2004), foi extinto em 1920 e de destruição de partes de biomas<sup>20</sup> como por exemplo, a Mata Atlântica, que segundo o mesmo autor, dos 200 mil quilômetros originais, restam hoje, apenas 7%, que continuam ainda ameaçados. De acordo com a Fundação SOS MATA ATLÂNTICA (2008), esse bioma é identificado como uma das cinco áreas mais ameaçadas e rica em espécies endêmicas do planeta.

Porém, antes dessa nova consciência emergir, arriscava-se algumas medidas de proteção do meio ambiente, algumas em vão, como por exemplo, segundo Dias (2004), a de

---

<sup>20</sup> É um amplo conjunto de ecossistemas. O Brasil possui sete biomas: Mata Atlântica, Amazônia, Cerrado, Caatinga, Campos Sulinos, Costeiro e Pantanal. Os biomas caracterizam-se por formas de plantas consistentes e são encontrados em grandes áreas climáticas (O QUE significa bioma?, 2008).

D. Pedro II, onde, em 1850 editou a lei 601, coibindo a exploração florestal em terras descobertas, não causando efeito, e então foi verificada, uma grande devastação das florestas, principalmente por queimadas, para instalação da monocultura.

Outras, contudo, tiveram sucesso, como por exemplo a criação da primeira Unidade de Conservação do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone (Foto 2), nos Estados Unidos, em 1872, onde de acordo com Melo (2003), exploradores da área pressionaram o governo para protegê-la devido à sua riqueza natural e estética.

A paisagem natural, de montanhas com picos que ultrapassam os 3 mil metros de altura, fontes termais, vulcões, cachoeiras, pântanos, além de sua principal atração, os gêiseres, fizeram com que a área fosse a primeira ser beneficiada com uma lei de preservação ambiental (COSTA, 2002).



Foto 2: *Morning Glory Pool*.  
Fonte: Parque Yellowstone (2008)

A autora corrobora ainda que devido à criação do “*Yellowstone National Park*”, diversos países se apressaram para criar Parques visando a conservação de suas áreas naturais, como por exemplo, o Parque Nacional Royal, na Austrália em 1879, o Parque Nacional Banff, no Canadá em 1885, o Parque Nacional Egmont, na Nova Zelândia em 1900, o Parque Nacional de Itatiaia, no Brasil em 1937, entre outros. Este último foi embasado no Código Florestal de 1934, que estabeleceu os primeiros conceitos para Parques Nacionais, Florestas Nacionais e Florestas Protetoras.

Melo (2003) afirma que a criação do Parque de Itatiaia (Foto 3), teve como objetivo, impulsionar pesquisas científicas e oferecer lazer às populações urbanas.

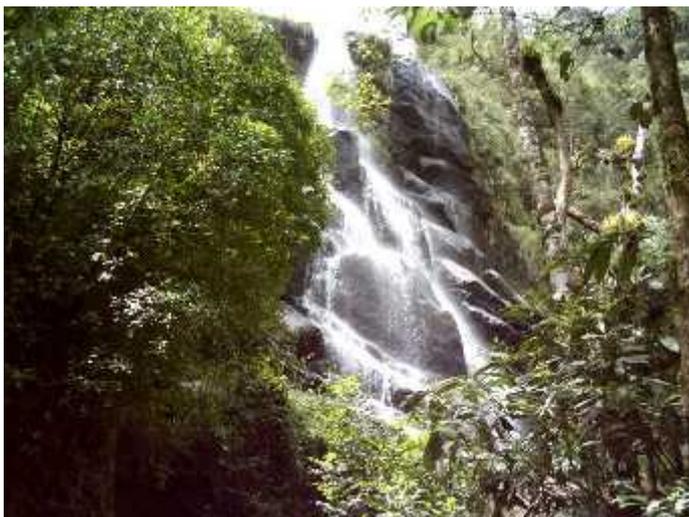


Foto 3: Véu das Noivas  
Fonte: Parque Nacional do Itatiaia

Vale ressaltar que antes da criação do Parque Nacional de Yellowstone, o Brasil possuía algumas áreas protegidas em função da chegada da família real portuguesa, pois, preservaram-se áreas naturais protegidas como Hortos e jardins botânicos, porém levava-se em conta, classificações anteriores às de Unidades de Conservação (UCs), contudo, com objetivos similares aos de algumas categorias que compõe o sistema brasileiro de UCs, que é abordado mais adiante (COSTA, 2002)

Sendo assim, em 1808, foi criado o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, por D. João VI, com o objetivo de aclimatar as especiarias vindas das Índias Orientais. O jardim foi aberto à visitação pública após 1822 e teve muitos visitantes ilustres tais como Einstein e a Rainha Elisabeth II do Reino Unido (HISTÓRICO, 2008).

Nos anos seguintes à criação do Parque Nacional de Itatiaia, principalmente nas décadas de 60 e 70, foram feitos grandes avanços na criação de novas áreas no país em resposta à degradação dos ecossistemas e devido à pressões de ambientalistas, porém, nos anos 80, averiguou-se que essas áreas eram pequenas em quantidade e extensão, não suprimindo assim, as necessidades de preservação da biodiversidade e das belezas cênicas. Sendo assim, durante a Eco-92, houve uma série de discussões a respeito da legislação das Unidades de Conservação, que culminaram na elaboração do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (ALMEIDA, et al. 2008). Esse sistema compreende as Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais.

Kinker (2002) afirma que a referida lei foi regulamentada pelo decreto nº 4.430, de 22 de agosto de 2002, consolidando assim, a estrutura normativa relativa às Unidades de

Conservação no Brasil, bem como os instrumentos e normas existentes até então, “este sistema estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UCs” (p. 35).

Vale ressaltar que, segundo Almeida et al. (2004), o referido decreto, menciona que as Unidades de Conservação e as Áreas Naturais Protegidas<sup>21</sup> criadas em data anterior à Lei nº 9.985/00 e que não pertençam às categorias nela previstas, deverão ser reavaliadas pelo IBAMA, objetivando reajustá-las, dando-lhes sua nova definição de acordo com a referida Lei, devendo levar em consideração a categoria e a função para as quais foram criadas.

O SNUC (Lei nº 9.985/00, capítulo I, art. 2, inciso I, define Unidade de Conservação como:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2008).

Ou seja, é uma área geográfica, incluindo águas territoriais, destinada especialmente para a conservação dos recursos naturais, devendo ser regulada por meios legais.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é dever do Poder Público definir em todos os Estados Brasileiros as Unidades de Conservação, sendo proibido alterações que cause dano ao meio protegido (Constituição Federal de 1988).

É preciso esclarecer que, de acordo com Arruda (1999), o modelo de unidades de conservação adotado no Brasil, bem como no terceiro mundo de uma forma geral, seguiu a concepção de áreas protegidas, instituída no século XIX pelos Estados Unidos, objetivando a proteção da vida selvagem ameaçada pelo avanço da civilização urbano-industrial. Sendo assim, as primeiras áreas protegidas foram chamadas de uma maneira genérica de “Unidades de Conservação”. Vale ressaltar que a definição de área protegida<sup>22</sup> estipulada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)<sup>23</sup>, segundo Santilli (2005), corresponde ao conceito brasileiro de unidade de conservação e que de acordo com Costa (2002), as áreas naturais protegidas apresentam-se enquadradas em sistemas com características variadas no

---

<sup>21</sup> Segundo Almeida et al. (2008), atualmente, as Áreas Naturais Protegidas englobam todas as categorias de proteção legal instituídas pelo governo federal, estados e municípios, que algumas vezes não coincidentes com as categorias pertencentes ao SNUC, tais como Tombamento de Bens Naturais, Áreas de Preservação Permanente, Parques Públicos Urbanos, entre outros.

<sup>22</sup> A IUCN, considera área protegida como uma “área de terra ou de mar definida especificamente para a proteção e a manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, e gerida por meio legais ou outros que sejam efetivos” (apud SANTILLI, 2005, p. 108).

<sup>23</sup> Em inglês, International Union for Conservation of Nature.

diversos países, como por exemplo, no Japão, o conceito atribuído aos parques nacionais mais se assemelham às Áreas de Proteção Ambiental no Brasil.

Segundo Brandon (1998 apud RYLANDS; BRANDON, 2005) o fato de o Brasil estar na lista dos países da megadiversidade, lhe confere uma responsabilidade global na proteção de três grandes regiões naturais – a Amazônia, o Pantanal, e a Caatinga – e dois *hotspots*<sup>24</sup> de biodiversidade – a Mata Atlântica e o Cerrado. Sendo assim, a criação de unidades de conservação, servem como um meio de proteger os recursos naturais restantes.

A Lei nº 9.985, traz em seu capítulo III, artigo 7º, as categorias de Unidades de Conservação, divididas em dois grupos com características específicas, chamadas pelos especialistas de categoria de manejo, sendo:

- a) Unidades de Proteção Integral: têm como objetivo principal preservar<sup>25</sup> a natureza, admitindo somente o uso indireto<sup>26</sup> de seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei (§ 1º). É composto pelas seguintes categorias de Unidade de Conservação:

-Estação Ecológica (EE): de acordo com Costa (2002), é uma área destinada à preservação da natureza e à realização de pesquisa científica, sendo proibida a visitação pública, exceto em casos com objetivos educacionais. Porém, deixa claro que não há impedimento legal quanto à visitação turística, mas sim restrições, haja vista a proibição de implantação de infra-estrutura para o recebimento destes. Esclarece também que toda Estação Ecológica é de posse e domínio públicos, devendo ser desapropriadas as áreas particulares incluídas em seus limites.

-Reserva Biológica (REBIO): segundo Dias (2003), tem como objetivo a preservação integral da biota<sup>27</sup> e demais características naturais existentes em seus limites, não admitindo interferência humana direta ou modificações ambientais, exceto, segundo Costa (2002), medidas de recuperação de seus

---

<sup>24</sup> é toda área com prioridade para conservação, pois possui uma rica diversidade biológica e se encontra ameaçada no mais alto grau. Sendo assim, é considerada hotspot uma área com pelo menos 1.500 espécies endêmicas de plantas e que tenha sofrido perda de mais de ¾ de sua vegetação original (O QUE significa hotspot?, 2008).

<sup>25</sup> Conjunto de métodos que objetivam a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo o aplanamento dos sistemas naturais (Lei nº 9.985, capítulo I, art. 2, inciso V).

<sup>26</sup> Aquela que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais (Lei nº 9.985/00, capítulo I, art. 2º, Inciso IX).

<sup>27</sup> é o conjunto de seres vivos, flora e fauna, que habitam ou habitavam um determinado ambiente geológico (GLOSSÁRIO..., 2008).

ecossistemas alterados. A autora, esclarece também que as Reservas são, conforme as EE, de posse e domínio públicos e não admitem visitação, exceto em caso educacional, de acordo com o regulamento específico da Reserva.

-Parque Nacional (PARNA): de acordo com Kinker (2002), tem como principal objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica, cênica, cultural, científica, educativa e recreativa, sendo proibida qualquer interferência humana direta<sup>28</sup>, exceto, as ações de manejo<sup>29</sup> necessárias para sua administração. Dias (2003), esclarece então, que são permitidas atividades de educação e interpretação ambiental, além do turismo ecológico, porém apesar de permitida a visitação pública, esta, está sujeita às normas estabelecidas no Plano de Manejo da unidade. O autor elucida que o Parna é de posse e domínio do poder público e que as unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão nomeadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

-Monumento Natural: segundo a Lei nº 9.985/00, tem como principal objetivo, preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar as finalidades da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. É permitida a visitação pública, porém deve estar de acordo com as restrições e condições estabelecidas pelo Plano de Manejo da unidade.

-Refúgio de Vida Silvestre: segundo Dias (2003), tem como principal objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Pode ser constituído por áreas particulares desde que haja a possibilidade de compatibilizar os objetivos da unidade com os dos proprietários. Também, como nas categorias anteriores, é permitida a visitação pública desde que seja atendidas as restrições e condições previstas no Plano de Manejo da unidade.

---

<sup>28</sup> aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais (Lei nº 9.985/00).

<sup>29</sup> Segundo Ceballos-Lascuráin (1996 apud KINKER 2002), manejo é um conjunto de ações que lidam com operações do cotidiano, necessárias para alcançar os objetivos de um plano. Sendo assim, esclarece que, manejo de uma área protegida significa lidar adequadamente com todos os recursos existentes nela, tanto biofísicos como humanos.

b) Unidades de Uso Sustentável: têm como principal objetivo, compatibilizar a conservação<sup>30</sup> da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (§ 2º). É composto por sete categorias de Unidade de Conservação, sendo:

-Área de Proteção Ambiental (APA): Segundo Costa (2002), é uma área, geralmente extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais importantes para o bem-estar e a qualidade de vida da população humana e tem como objetivo principal proteger a biodiversidade, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Afirma ainda que, a APA, pode ser constituída por terras públicas e privadas e deve dispor de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente.

-Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE): Segundo Seabra (2001), é uma área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais consideradas extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e que tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso dessas áreas para que seja mantido os objetivos de conservação da natureza.

-Floresta Nacional (FLONA): é uma área com cobertura florestal de espécies endêmicas, tendo como objetivo principal o uso sustentável dos recursos naturais e a pesquisa científica, enfatizando os métodos para exploração sustentável de floresta nativa. É de posse e domínio públicos, devendo ser desapropriada as áreas particulares incluídas nos seus limites, porém, admite a permanência de populações tradicionais<sup>31</sup> que a habitavam quando de sua

---

<sup>30</sup> Conservação da natureza é definida pela Lei nº 9.985/00 como o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, manutenção, utilização sustentável, restauração e recuperação do ambiente natural, para que possa gerar benefícios para as atuais e manter seu potencial para as futuras gerações, garantindo assim, a sobrevivência dos seres vivos em geral.

<sup>31</sup> São aquelas populações que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais de maneira sustentável, voltado principalmente para a subsistência, utilizando mão de obra familiar e com fraca articulação com o mercado, são exemplos desse tipo de população, os caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes - em geral ocupam a região há muito tempo definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente (ARRUDA, 1999).

criação. É permitida a visitação pública, que estará sujeita às condições e restrições estabelecidas previamente no Plano de Manejo (DIAS, 2003).

-Reserva Extrativista (RESEX): segundo Costa (2002), é uma área utilizada por populações tradicionais, cuja atividade se baseia no extrativismo, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, tendo como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, bem como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais. É permitida a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o previsto no Plano de Manejo. Segundo Santilli (2005), essa Unidade de Conservação representa o resultado da luta e do trabalho das populações seringueiras da Amazônia, tendo Chico Mendes<sup>32</sup> como líder de expressão maior.

-Reserva de Fauna: é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos. Sendo proibido o exercício da caça amadorística ou profissional. A área é de posse e domínio públicos. A visitação é permitida, desde que compatível com o manejo da unidade (DIAS 2003).

-Reserva de Desenvolvimento Sustentável: segundo Costa (2002), compreende uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. É de domínio público e são permitidas visitas públicas, desde que compatíveis com os interesses locais e de acordo com o previsto no Plano de Manejo. De acordo com Dias (2003), nestas áreas é permitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis.

---

<sup>32</sup> Ganhador do Prêmio Global 500, outorgado pelo PNUMA a pessoas que se destacam na defesa do meio ambiente. Seu assassinato em dezembro de 1988 contribuiu para desencadear uma onda de protestos, com visibilidade internacional, a respeito do desmatamento da floresta amazônica (DIAS, 2004).

-Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN): Segundo Costa (2002), é uma área particular, de caráter perpétuo, com o objetivo de conservação da biodiversidade. Uma área pode vir a se tornar uma RPPN por iniciativa de seu proprietário mediante reconhecimento do Poder Público (em nível federal, pois requer a aprovação do Ibama), se constatada a relevância da biodiversidade, aspecto paisagístico ou por características ambientais que justifiquem ações de recuperação. A autora corrobora ainda, que o proprietário deve cumprir uma série de requisitos, fazendo então, com que a área tenha restrições de uso, onde normalmente a melhor opção para a sua exploração é a visitação turística de forma branda, visando os ecoturistas, devido as suas características sustentáveis. O dono da Reserva, passa a ter algumas vantagens para manutenção dessas áreas, como isenção de Imposto Territorial Rural (ITR), entre outros. Vale ressaltar que, devido o caráter de perpetuidade, mesmo que a propriedade seja vendida, os novos donos deverão manter a área como está, pois não há como revogar o título de reconhecimento da reserva (PERGUNTAS..., 2006).

Diante do exposto, percebe-se que as Unidades de Conservação, possuem regras próprias de uso e de manejo, e objetivos de preservar ou conservar, de acordo com a categoria em que se enquadra, os recursos naturais e culturais da localidade.

O quadro 1 explicita as unidades de conservação existentes no Brasil.

Unidades de Conservação

Unidades de Proteção Integral	Total 126	Unidades de Uso Sustentável	Total 602
Estação Ecológica	32	Área de Proteção Ambiental	31
Reserva Biológica	29	Área de Relevante Interesse Ecológico	17
Parque Nacional	62	Floresta Nacional	74
Monumento Natural	-	Reserva Extrativista	50
Refúgio de Vida Silvestre	3	Reserva de Fauna	-
-	-	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1
-	-	Reserva Particular do Patrimônio	429

(cont.)

		Natural	
--	--	---------	--

Quadro 1 - LISTA das Unidades de Conservação Federais  
 Fonte: IBAMA, 2006. Adaptado pela autora.

Sendo assim, fica claro que, as unidades de conservação de proteção integral, não admitem a exploração de seus recursos naturais, sendo permitidas então atividades de uso indireto, como por exemplo, a visitação para educação ambiental, turismo ecológico e pesquisas científicas.

Já as unidades de conservação de uso sustentável, admitem além da visitação e pesquisa científica, a exploração de seus recursos naturais, desde que seja de maneira sustentável, obedecendo então, o plano de manejo da unidade.

É importante esclarecer que a criação e a manutenção dessas unidades são atribuições do Governo Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Em nível federal, cabe ao Ibama, realizar estudos para a criação, monitoramento e gestão das áreas e nos níveis estaduais e municipais, essas atribuições cabem às Secretarias de Estado e Município (ALMEIDA et al., 2008).

A gestão dessas áreas pode se dar por meio de alguns itens, tais como:

- a) Plano de manejo: de acordo com o MMA (2000 apud KINKER, 2002), consiste num processo dinâmico, que através de técnicas de planejamento ecológico, determina o zoneamento da unidade de conservação, caracterizando cada uma de suas zonas, identificando quais são adequadas para receber visitantes, propõe também seu desenvolvimento físico, além de estabelecer diretrizes para o manejo da unidade. O plano, segundo a autora, é essencial para a sustentabilidade dos recursos e conseqüentemente para a atividade ecoturística, constituindo assim, no instrumento oficial de planejamento das UCs. Deve abranger também a comunidade objetivando a inclusão desta nos aspectos econômicos e sociais.

A importância da elaboração do plano de manejo é corroborada por Costa (2002, p. 40-41 apud SANTOS, 2006, p. 40).

A não existência do plano de manejo dificulta a gestão da área e, conseqüentemente, o correto desenvolvimento do turismo. Esse documento é fruto de um intenso trabalho de pesquisa e abarca múltiplas áreas de conhecimento científico – geografia, botânica, história, direito, geologia, zoologia, engenharia, medicina, entre outras – aliada ao saber das populações diretamente envolvidas com a UC estudada. [...] A ausência histórica de investimentos públicos nas unidades de conservação – em todos os níveis – é constatada pela pequena quantidade de UCs que possuem planos de manejo, sendo menos ainda o número destas que o conseguiram implementar.

Sendo assim, é pertinente a adoção de políticas públicas que garantam o cumprimento da elaboração desse plano, que segundo Kinker (2002), deve ser elaborado no prazo máximo de cinco anos e atualizado também a cada cinco anos, haja vista as pressões causadas por atividade humanas como por exemplo o turismo nessas localidades.

b) Licenciamento ambiental: é um procedimento pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades que se utilizam de recursos ambientais, e que possam ser consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental (O QUE É licenciamento ambiental?, 2008). Como documentos essenciais ao licenciamento ambiental, destaca-se o EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental), são exigidos para empreendimentos e atividades com grande capacidade impactante, que servem como instrumento de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), parte integrante do processo de licenciamento ambiental.

Vale ressaltar também como um meio de proteção dos recursos naturais, a participação da população, pois esta se configura como imprescindível na busca de redução de impactos ambientais. Segundo Kinker (2002), a participação da população local no processo, vai muito além da simples divisão de benefícios sociais e econômicos, pois abrange a capacitação de pessoas, incentivando-os para que sejam “atores sociais em vez de passivos beneficiários” (p. 45), afirma ainda que esse processo estimula a autoconfiança da comunidade.

Porém, é preciso esclarecer, que segundo o Ministério do Turismo (2008) o Estado, vem sofrendo pressões do setor privado, de organizações não-governamentais e de próprios grupos do poder público para tornar as unidades de conservação lucrativas e geradoras de mais receitas do que despesas.

Apesar do reconhecimento de que essas áreas necessitam de proteção e gestão diferenciadas, elas não necessariamente precisam manter atividades geradoras de renda, porém, tais atividades podem ser além de um estímulo para a conservação da unidade um meio da população local ser incluída no processo, pois, normalmente o fato da não aceitabilidade de tais restrições de uso de deve ao fato de boa parte da população tirar seu sustento de atividades que fazem uso dos recursos naturais da unidade.

Com isso, é preciso ressaltar que só a criação de uma unidade de conservação não é suficiente para que seja garantido a proteção dos recursos naturais e culturais (KINKER, 2002). Pois para a efetiva manutenção da diversidade biológica é necessário o desenvolvimento de projetos específicos para o local que trabalhem a diversidade do ser humano e invistam em mudança de comportamento. Porém para que isso aconteça é necessário incentivar a participação da população em projetos que visem a conservação do meio ambiente (WELLS; BRANDON, 1992 apud KINKER, 2002). E que esta passe a entender a importância da unidade de conservação para o quesito econômico e social da comunidade.

Santilli (2005) elucida que se boa parte da população brasileira, não está informada, conscientizada e convencida da importância das unidades de conservação deve-se ao fato da maioria dessas unidades não terem sido concebidas e manejadas com a finalidade, de contribuir para promoção social, cultural e econômica da população, em especial as que vivem no interior ou nos arredores de áreas protegidas.

Para tanto, o desenvolvimento do ecoturismo aliado a projetos de educação ambiental, tornam-se ferramenta essencial para a divulgação dos benefícios dessas áreas, bem como um meio de envolver a comunidade e buscar assim, a manutenção do equilíbrio ecológico da área protegida, ao aliar a conservação dos recursos com o desenvolvimento sustentável da localidade.

A prática do ecoturismo é corroborada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, pois, este traz dentre seu objetivos “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (Capítulo II, art. 4º, inciso XII, ANEXO C). Para tanto, estabelece as condições para a prática dessas atividades e em quais Unidades de Conservação estas podem ser realizadas.

## **5.2. Ecoturismo em unidades de conservação**

Segundo Boo (1995 apud KINKER, 2002), as áreas protegidas de todo o mundo têm recebido cada vez mais um fluxo maior de visitantes. Esse aumento da demanda é

explicado por Kinker (2002), pelo fato da mídia escrita e falada divulgar lugares paradisíacos e de natureza preservada. Pois, conforme já abordado, as áreas naturais se constituem um chamariz, dentro do modelo de vida adotado pela sociedade capitalista.

Sendo assim, o turismo se constitui numa atividade que aproxima os moradores de regiões de centros urbanos, admiradores da natureza, estudiosos, pesquisadores, e turistas de um modo geral, para apreciar e desfrutar de áreas conservadas, onde os mesmos além de contemplar a exuberância das paisagens podem participar de atividades em contato direto com o meio ambiente natural.

Com isso, a modalidade que mais se encaixa como ideal para o desfrute da natureza em áreas protegidas é o ecoturismo devido às suas características e aos seus princípios, conforme abordado no capítulo anterior. Dias (2003) corrobora, quando afirma que tem-se o ecoturismo como segmento da atividade turística como preferencial na atuação de áreas naturais, pois é o que oferece melhor perspectivas de manejo, pelas seguintes características:

- a) Constitui um subsegmento do turismo de natureza, e entre esses, o que se constituiu nos marcos do turismo sustentável;
- b) Os que praticam o ecoturismo preferem áreas naturais não contaminadas pela expansão urbana ou pouco alteradas como o objetivo de admirar, interpretar ou estudar os diversos componentes do ecossistema;
- c) Um dos princípios do ecoturismo é a busca de autenticidade na experiência, o que torna implícita a necessidade de haver educação ambiental;
- d) Ainda em termos de Educação Ambiental, constitui um fator importante para a tomada de consciência da população residente e dos visitantes;
- e) Implica um manejo planejado por parte da região ou país receptor;
- f) Contribui para a geração de emprego e financiamento direto para a conservação do local;
- g) Enquadra-se dentro dos parâmetros do conceito de desenvolvimento sustentável;
- h) O ecoturismo pode ocorrer em áreas com ou sem proteção;
- i) Constitui uma ferramenta para o desenvolvimento de lugares que sem estar posicionados, atualmente, no mercado possuem uma potencialidade elevada (p. 152).

Sendo assim, as unidades de conservação, são espaços propícios para a prática do ecoturismo na medida em que se destacam por agruparem áreas naturais com relevante beleza cênica, diversidade de espécies da fauna e flora, além de promoverem o contato maior do visitante com a área protegida em função de programas educativos.

Os programas de educação ambiental devem estar inclusos no processo de planejamento e gestão do turismo na localidade, na medida em que contribui para a formação de uma consciência dos visitantes e moradores, estes em especial devem ser estimulados a participarem de todos os programas e treinamento, visto que se constituem alicerce para a

continuação da atividade, dada a falta de estímulo, pelo qual vem passando certos moradores de áreas com potencialidade ecoturísticas, como o Maracanã, este fato será abordado mais adiante.

Em diversos países, essa modalidade é reconhecida como essencial para o desenvolvimento sustentado da área protegida, Kinker (2002), cita que no Equador, na Costa Rica e na Ruanda, quando se fala em ecoturismo associa-se logo às unidades de conservação. Porém, a autora relata que no Brasil, o caso é bem diferente, devido a falta de recursos humanos capacitados para o gerenciamento das áreas protegidas tanto a nível federal como estadual, além da carência de infra-estrutura adequada e em muitos casos não há sequer o plano de manejo elaborado, causando assim, empecilhos na implantação de programas específicos, como é o caso do uso público, comprometendo então, os objetivos de conservação da natureza, que como afirma a autora, tem no turista um aliado potencial.

Essa dependência das unidades de conservação pela atividade turística é esclarecida pela autora, pelo fato de ser a única atividade econômica que pode ser desenvolvida na categoria de Parques Nacionais, o mesmo não ocorre com as Áreas de Proteção Ambiental, objeto de estudo desse trabalho, porém, se constitui numa atividade de relevante importância, dado o crescimento exponencial da atividade ecoturística, onde segundo Melo (2003), é de cerca de 20% ao ano, superior ao crescimento da atividade como um todo, que fica em torno de 5% ao ano. Além de se constituir numa atividade que busca a conservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida, diferenciando assim de atividades como a criação de gado, a monocultura de produtos agrícolas, a indústria florestal, entre outros, que acabam por causar danos ao meio ambiente e indo contra os principais objetivos da unidade.

Porém, conforme abordado no capítulo anterior, quando mal planejado, o ecoturismo pode causar mais impactos negativos que positivos, para tanto, segundo Kinker (2002), faz-se necessário o planejamento e manejo adequado das atividades turísticas, objetivando o aumento dos benefícios e a redução dos malefícios. Além da necessidade de envolvimento de todos os atores sociais no processo, para garantir melhores resultados.

Sendo assim, Ceballos-Lascuráin (1996 apud KINKER, 2002, p. 57), define os passos para o manejo do ecoturismo em áreas protegidas, tais como, identificar com base no zoneamento<sup>33</sup> definido no plano de manejo, as atividades que podem ser realizadas dentro da

---

<sup>33</sup> Conjunto de regras para o uso racional da terra. É empregado principalmente para indicar a localização mais adequada para certas atividades (Ministério do Turismo, 2008).

unidade, tais como, passeios de barco, caminhadas, entre outros; adotar métodos de monitoramento do impacto da visitação; constituir parcerias entre administradores da área, operadores de turismo e comunidades locais; estabelecer concessões de serviços que devem ser fiscalizadas pelo órgão responsáveis pelas unidades de conservação e fazer um estudo de demanda, para assim, traçar o perfil do turista que visita a área, suas motivações, preferências de atividades, expectativas correspondidas, além de obter dados estatísticos do número de visitas durante o ano, detectando assim, o período de sazonalidade.

Com isso, Kinker (2002), corrobora que, para o manejo da visitação em áreas protegidas, não é necessário somente conhecer o recurso, mas também as características e necessidades daqueles que fazem seu uso.

Sendo assim, além da necessidade de gerenciamento da área, há também que se preocupar com as necessidades da população local, bem como, com os problemas enfrentados por esta, que devem ser abordados no planejamento e no manejo da atividade, buscando suas soluções e tomando providências necessárias para que a renda gerada pelo ecoturismo permaneça na localidade.

Deve-se então planejar a atividade para que esta busque um equilíbrio entre o desenvolvimento da atividade com a conservação dos recursos naturais, além de buscar meios educacionais que conscientizem a população e os visitantes.

Dentre os benefícios que o ecoturismo pode gerar tanto para as unidades de conservação, como para a comunidade local e os visitantes, Serrano (2001 apud SOARES, 2008, p. 4), destaca:

- a) Difusão de informação ambiental por meio de programas de educação ambiental;
- b) Integração das UCs com as comunidades locais e com a sociedade;
- c) Geração de recursos, oriundos das taxas de visitação, que podem ser importantes na manutenção e no financiamento de programas dentro das UCs;
- d) Aumento da oferta de espaços de recreação e lazer em ambientes naturais.

Diante do exposto, fica claro a importância da implementação de atividades educacionais em unidades de conservação, para divulgação de informações a respeito do local visitado, bem como de valorização da comunidade local pelo turista, que passa a ter um estímulo maior na busca de defesa do meio ambiente e a conseqüente conservação da unidade pela geração de renda em função das taxas de visitação, estas, servem tanto como fonte de renda para as pessoas envolvidas (normalmente o guia da área), como para agregar valor aos serviços, tais como melhoria de infra-estrutura e informações adequadas como também para a manutenção da qualidade dos atrativos.

Os projetos de educação ambiental então são ferramentas essenciais para a consolidação de tais benefícios, pois, segundo uma das recomendações de nº 7 da conferência de Tbilisi, a educação ambiental deve ter por finalidade a criação de uma consciência que busque conservar a biosfera, melhorar a qualidade de vida e salvaguardar valores éticos, bem como o patrimônio cultural e natural, compreendendo “[...] lugares de interesse artístico e arqueológico, o meio natural e humano, incluindo sua fauna e flora, e os assentamentos humanos” (DIAS, 2004, p. 128). Sendo assim, a educação ambiental é uma ferramenta essencial para a manutenção e conservação dos recursos naturais existentes em unidades de conservação.

Vale ressaltar, que existem alguns requisitos para que se consiga consolidar a prática do turismo em unidades de conservação, sendo assim, Costa (200, p. 41), traz uma síntese das necessidades gerais para o desenvolvimento da atividade nas categorias de unidades de conservação vistas anteriormente, sendo:

- a) Construção e implantação de um centro de atendimento aos visitantes;
- b) Criação e implantação de uma estrutura administrativa *in loco*;
- c) Contratação e treinamento de pessoal;
- d) Definição física da área da UC (mediante placas, cercas, ou quaisquer outros meios);
- e) Abertura e/ou melhoria nas condições físicas da trilhas de visitação;
- f) Desenvolvimento de um amplo e bem estruturado programa de comunicação;
- g) Implantação de sistema de sinalização (dentro e fora da UC);
- h) Cadastramento de potencialidades turísticas do entorno (patrimônio natural e cultural);
- i) Incentivo à participação de instituições e pessoas do entorno;
- j) Criação de material promocional e educativo;
- k) Promoção de estudos e desenvolvimento de pesquisas.

Ou seja, para que aconteça de fato a atividade ecoturística é preciso seguir alguns princípios e critérios (ANEXO B) e para que haja a implantação dessa atividade em áreas protegidas, faz-se necessário segundo Costa (2002), a satisfação mínima das necessidades citadas acima para garantir a eficácia da atividade turística, evitando, dessa forma, o uso inadequado dos espaços naturais.

Tendo em vista todos esses requisitos é imprescindível esclarecer que para o funcionamento adequado destes, Kinker (2002) afirma, que desde o início, os ecoturistas, devem compreender que estão sujeitos à regras, condições e parâmetros diferentes dos que se aplicam aos turistas tradicionais, por esse motivo, utiliza-se o termo visitante e não turista para os que visitam unidades de conservação.

Sendo assim, torna-se imperativa a adoção de ferramentas para a preparação, o desenvolvimento e o controle das atividades nas localidades receptoras, bem como um

programa de educação ambiental que através de simples repasses de informações como por exemplo vídeos, panfletos, além de atividades educativas ao longo da visita, conscientize o turista de seu papel diante da sustentabilidade da área protegida.

Deve-se esclarecer, que apesar da relevância dada aos Parques Nacionais, por ter sido o primeiro modelo de UC a surgir e ter influenciado a criação das demais categorias, nesse trabalho, será melhor focado, no próximo capítulo, a Área de Proteção Ambiental (APA), não só por se constituir objeto de estudo desse trabalho, mas também pela importância que esta categoria tem por conciliar atividades econômicas com a conservação do meio ambiente, assim, a APA não impede o desenvolvimento da localidade e ainda admite a permanência da população humana dentro de seus limites.

No Estado do Maranhão, são encontradas unidades de conservação públicas e particulares, distribuídas entre áreas de proteção ambiental, parques ambientais, reservas ambientais, áreas protegidas sem diploma legal e reservas indígenas (FEITOSA, 2006). Destacando-se:

- a) Parque Nacional: Parque Estadual da Lagoa da Jansen e Parque Estadual do Bacanga, em São Luís; Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses em Santo Amaro e Barreirinhas; Parque Estadual Marinho do Parcel de Manoel Luís, em Cururupu; Parque Estadual do Mirador em Mirador; Parque Nacional da Chapada das Mesas em Carolina, Riachão e Estreito;
- b) Área de Proteção Ambiental: Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense, atinge alguns municípios como Anajatuba, Arari, Penalva, S. Bento, S. Mateus, Pinheiro, entre outros; Área de Proteção Ambiental da Serra de Tabatinga em Alto Parnaíba e Ponte Alta do Tocantins (TO); Área de Proteção Ambiental da Serra das Reentrâncias Maranhenses, atinge alguns municípios como Alcântara, Cedral, Carutapera, Cururupu, Turiaçu, Guimarães, entre outros; Área de Proteção Ambiental Estadual Upaon-Açu – Miritiba – Alto do Rio Preguiças, atinge os municípios de Axixá, Barreirinhas, Morros, Humberto de Campos, entre outros; Área de Proteção Ambiental do Iatpiracó e Área de Proteção Ambiental do Maracanã (objeto de nosso estudo), em São Luís;
- c) Outras Unidades de Conservação: Estação Ecológica do Rangedor em São Luís; Reserva Biológica do Gurupi em Bom Jardim, Centro Novo do Maranhão, São João do Caru; Reserva de Recursos Naturais da Nascente do

Rio das Balsas em Alto Parnaíba e Balsas (UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2008).

## **6 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO MARACANÃ**

A criação de Áreas de Proteção Ambiental tem sido ao longo dos anos estimulada devido às características flexíveis dessa unidade de conservação, das quais pode-se destacar: a implantação sem a necessidade de desapropriação da população, permite abranger áreas rurais ou urbanas, englobar outras unidades de conservação de uso mais restrito, além da conciliação das atividades econômicas com a conservação dos recursos, entre outros (VIANA; GANEM, 2005). Esse capítulo pretende mostrar, então, as características da APA do Maracanã, tais como os motivos de sua criação, aspectos naturais e econômicos, bem como a situação atual de seus recursos turísticos, além das ameaças pela qual vem passando e os projetos que estão sendo desenvolvidos em seu interior com o objetivo de conscientizar a população e os visitantes.

### **6.1 Características da APA do Maracanã**

O Maracanã é um bairro da zona rural de São Luís, que caracteriza pela diversidade de atrativos naturais, culturais e históricos. E juntamente com parte da Vila Maranhão, Vila Esperança, Vila Sarney e Rio Grande formam a Área de Proteção Ambiental do Maracanã, que foi criada por meio de Decreto Estadual nº 12.103/1991 (MARQUES, 2005). Sua justificativa é assim explicada:

Considerando o valor cultural, histórico da Região do Maracanã onde se dá anualmente a Festa da Juçara; Considerando a necessidade da preservação desta área não só pelo aspecto paisagístico de relevantes belezas, visando à recreação e o Turismo, como para proteção aos Recursos Hídricos que ali afloram; Considerando que a área proposta se encontra potencialmente sob ameaça de impactos ambientais que podem advir das empresas instaladas ou serem instaladas no Distrito Industrial da Ilha de São Luís cujos limites fazem fronteira a Leste, a Oeste e ao Sul; Considerando que integram a vegetação local espécies de relevante interesse ecológico como: *Orbygnia martiana* (babaçu), *Euterpe oleracea/edulis* (juçara/açaí), *Mauritia flexuosa* (buriti), *Theobroma grandiflorum* (cupuaçu), *Platonia insignis* (bacuri) (MARANHÃO, 1991, p. 19 apud CHAVES, 2007, P. 105).

Sendo assim, o governo do Maranhão percebendo a fragilidade dessa região e a ameaça de degradação que a mesma sofria por ações antrópicas e devido ao crescimento do

Parque Industrial de São Luís foi então decretada esta área como uma unidade de conservação.

A Área de Proteção Ambiental (APA) do Maracanã (mapa 1) apresenta uma extensão de 1.831 hectares, e limita-se ao norte pelo Parque Estadual do Bacanga, a oeste pelo Módulo 09 do Distrito Industrial de São Luís, ao leste pela estrada BR-135, e ao sul pela localidade do Rio Grande (CHAVES, 2007).

Seu percurso, de apenas de 25 km do centro da cidade de São Luís, é asfaltado necessitando apenas de melhoria na sinalização (ARAÚJO, 2007).



Mapa 1: Mapa da ilha de São Luís com destaque para o bairro do Maracanã  
Fonte – MAPA Maracanã (2008)

### 6.1.1 Aspecto naturais

Segundo Marques (2005), a paisagem original do bairro possui aspecto de floresta com padrão amazônico, porém com a ação antrópica, a cobertura original foi alterada restando

formações secundárias com ocorrências de mata de capoeira<sup>34</sup> em diferentes estágios de desenvolvimento e está também situado numa zona em que ocorre a Floresta de Galeria ou Mata Ciliar, que se caracteriza por uma vegetação que cresce junto às margens de um rio e ao longo delas. Tal vegetação funciona como uma espécie de barreira, protegendo os cursos de água do assoreamento (O QUE é mata ciliar?, 2008).

O bairro apresenta também, uma variedade de espécies de plantas medicinais, leguminosas, gramíneas, frutas tradicionais, além da planta símbolo da região: a juçareira (MARQUES, 2005). Por causa da abundância dessa fruta é que se realiza no bairro uma das mais tradicionais festas da cidade de São Luís, a Festa da Juçara (foto 4), que homenageia, segundo a SETUR (2007), a fruta da palmeira *Euterpe oleracea*. Outras espécies também se destacam pelo valor econômico para a população, que são o buriti (*Mauritia Vinífera*) e Murici (*Byrsonima Crassifolia*).

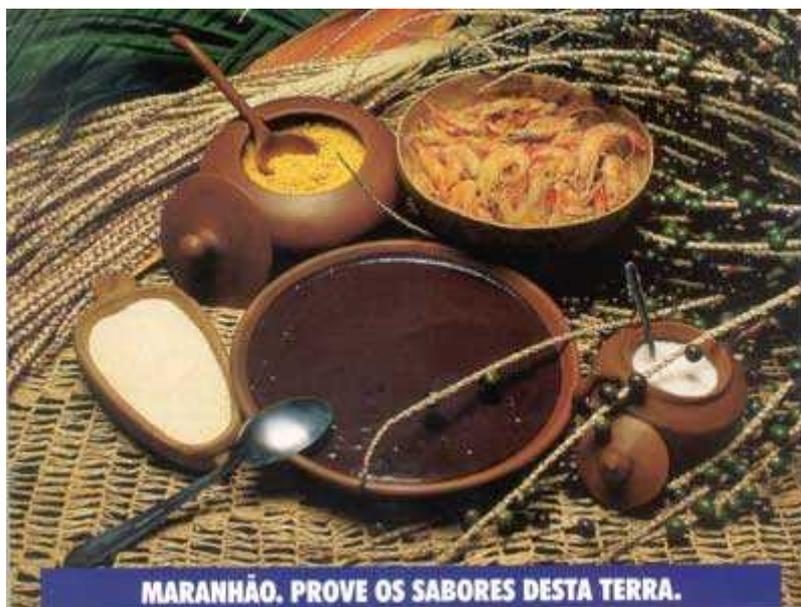


Foto 4: Juçara  
Fonte: AMAZÔNIA maranhense (2008)

Vale ressaltar, que os juçarais e buritizais são tombados pela Secretaria de Cultura e do Departamento de Patrimônio Histórico e Paisagístico, objetivando a proteção destes, que se constituem símbolo da APA do Maracanã, pela Lei Estadual nº 3.998/78, art. 2º, Inciso I. (LIMA, 2000). Porém, o que se pode observar atualmente é a exploração desmedida de tais frutos, que,

---

<sup>34</sup> “Vegetação secundária que nasce após a derrubada das florestas virgens. Mato que foi roçado, mato que substitui a mata secular derrubada” (CARVALHO, 1981 apud DICIONÁRIO AMBIENTAL).

[...] se encontram em processo de manejo escasso, necessitando de fiscalização e controle da exploração da vegetação nativa, mas fundamentalmente de um plano de manejo e gestão, coordenado por órgão responsável e, além disso, de ações estratégicas que envolvam todos os atores: setores público, privado e comunidade local (ARAÚJO, 2007, p. 62).

Esse fato é preocupante, pois os juçarais e buritizais se constituem fonte de renda para muitos da comunidade, principalmente para aqueles que sabem aproveitar a variedade de produtos advindos dessas árvores, pois deles podem ser aproveitados as fibras das folhas para confecção do artesanato e para ornamentação e também na culinária com a produção do palmito, doces, sorvetes, pudim, além do famoso suco, em especial o da juçara muito apreciado pelos ludovicenses.

Essas palmáceas, típicas de áreas de brejos, se encontram ameaçadas devido a ações antrópicas que vêm causando a diminuição dos corpos d'água que alimentam as áreas de brejo onde se encontram essas árvores, pela sua alta necessidade de água no solo (CHAVES, 2007). Vale ressaltar que segundo a autora as dificuldades encontradas para o gerenciamento, fiscalização e proteção dos recursos da APA do Maracanã é a acentuada pela ausência de um plano de manejo que regule a região.

Ou seja, passados 17 anos da criação da APA e a unidade ainda não possui o plano que segundo Kinker (2002), deve ser elaborado no prazo máximo de cinco anos após a data de sua criação e deve ser atualizado a cada cinco, haja vista a dinamicidade da natureza e as ações antrópicas sobre a mesma.

Vale ressaltar que o descaso não é somente do poder público, como o órgão gestor da unidade, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), mas também da própria população que muitas vezes desconhece a importância de proteger os recursos naturais e por falta de interesse ou incentivo não sabem como cobrar responsabilidade de tal órgão. Nesse caso, vêm-se a importância de um programa de educação ambiental que consiga efetivar uma visão crítica na sociedade capacitando-a para cobrar de forma concreta ações por parte dos órgãos públicos de meio ambiente.

Quanto à hidrografia, o bairro é cortado por dois rios, “a margem esquerda da estrada é cortada pelo Rio Grande, que nasce na Central (BR), desembocando no rio Cachoeiro (Estiva) e a margem direita da estrada formada pela presença de brejos, o rio Maracanã (também chamado de Pontilhão)” (CHAVES, 2007, p. 113).

A autora faz uma observação importante da situação do rio Maracanã, quando diz que:

O rio Maracanã, divisor natural entre a Área de Proteção Ambiental do Maracanã e o Parque Estadual do Bacanga encontra-se seriamente comprometido devido a destruição da mata ciliar e ao depósito de lixo que ocasionaram seu assoreamento. Outrora navegável e única via de transporte entre a região de Maracanã e o centro de São Luís, hoje não mais possibilita a navegabilidade em seu leito, devido ao estreitamento, obstrução e diminuição do volume d'água (p. 113).

Sendo assim, esse rio, vem sofrendo ações antrópicas causando assim, danos que podem ser observados ao longo de seu percurso, como: poluição das águas devido à lavagem de carro dentro do rio, assoreamento, poluição, além de lançamento de resíduos na água (MARQUES, 2005).

Esse rio segundo o agente ambiental Adriano Algarves,<sup>35</sup> recebe outras denominações dependendo do local por onde passa como rio Pontilhão ou rio Pantanal.

Segundo Chaves (2007), outro fator que agravou a situação do rio Maracanã e conseqüentemente provocou alterações no rio Bacanga e ainda em seu afluente o Bacanguinha localizado no Maracanã, foi a construção da Barragem do Bacelar situada na fazenda Bacuri. Essa barragem foi construída ilegalmente com o objetivo de reter as águas do Rio Bacanga e manter assim, água suficiente para abastecimento do gado e deixar os pastos sempre úmidos. A mando do IBAMA, o dono da fazenda teve que destruir a barragem, alterando um trecho do curso do rio, pois a destruição se deu no local errado criando assim, uma área de pasto alagado (MARQUES, 2005)

Há também outro rio na região, o Ambude, que tem sua nascente situada à margem esquerda da Avenida Rosa Mochel no sentido Maracanã-Vila Maranhão. Este também, apesar de apresentar mata ciliar razoavelmente preservada, também está passando por processo de degradação, pois, tem-se observado a existência de aterros às margens de sua nascente impedindo assim, a circulação normal da águas, que acabam sofrendo assoreamento em épocas de chuvas. “Sua confluência com o rio Maracanã é observada numa área de brejo em meio a juçaraís para depois desaguar no rio bacanga” (CHAVES, 2007, p. 114).

Quanto à fauna, destaca-se na região aves, répteis, peixes, anfíbios, além de mamíferos de pequeno porte (CHAVES, 2007).

---

<sup>35</sup> Entrevista concedida no dia 18 de outubro de 2008.

### 6.1.2 Aspectos econômicos

A principal ocupação da comunidade, segundo o agente ambiental Adriano Algarves, se dá por meio do artesanato local, venda da Juçara e de extração de barro e pedra. Esta última é justificada por Impur 2006 (apud CHAVES, 2007) devido aos grandes focos de exploração mineral, especialmente da areia e de pedra bruta (laterita) espalhados por áreas da zona rural do município de São Luís, destinado especialmente para a construção civil. Tal atividade se configura como uma forma de degradação do meio ambiente natural do bairro, pois segundo Chaves (2007), a grande carga de sedimentos provoca perda da qualidade das águas e assoreamento de cursos d'água.

Outros fatores que contribuem para a degradação do solo, segundo a autora, são as queimadas e extração de madeira para inserção de pastagens e para fins de urbanização, presentes ao longo da zona rural de São Luís, se estendendo para o território da APA do Maracanã e para o Parque Estadual do Bacanga.

Segundo Marques (2005), a comunidade da APA do Maracanã, vem passando por uma constante degradação do meio ambiente, pois situa-se próximo ao Distrito Industrial de São Luís, do Aterro Sanitário e do Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR). Essa afirmação é corroborada por muitos moradores do bairro, dentre eles um dos mais antigos agentes ambientais do Projeto Maracanã, Adriano Algarves, que diz que a passagem de carretas carregadas de mercadoria das indústrias pela avenida do Parque da Juçara (meio encontrado para diminuir o percurso até o porto do Itaqui), vem causando rachaduras nas casas próximas à avenida, devido ao peso das carretas.

O agente complementa ainda que há um projeto em andamento para duplicar a avenida que passa em frente ao Parque da Juçara, devido à pouca espessura da mesma, que estava causando acidentes com a população, porém, a duplicação da avenida, levaria a destruição e parte do Parque da Juçara. Apesar de ser uma APA, Adriano Algarves afirma que com a instalação da siderúrgica o quesito econômico-industrial prevalecerá, devido a existência de projetos que ameaçam retirar empresas que não estão sendo movimentadas de forma efetiva para instalação de outras “mais lucrativas”. Vale ressaltar que a duplicação dessa avenida vai contra as finalidades da criação de uma Área de Proteção Ambiental, pois esta prega o desenvolvimento da área que abriga a unidade de conservação, mas de forma

sustentável que não comprometa a qualidade de vida da população, bem como de seus aspectos naturais, tais como fauna e flora.

Essa afirmação é corroborada pelo artigo 6º do decreto de criação da APA que diz respeito sobre as atividades desenvolvidas em seu interior:

Fica determinado que, na APA do Maracanã, poderão ser desenvolvidas atividades múltiplas desde que sejam obedecidos critérios de conservação, segurança, racionalidade e observada a Legislação Ambiental (Federal, Estadual e Municipal) excetuando-se aquelas de caráter predatório e que possam provocar alterações drásticas na biota local e regional ou causem impactos ambientais (apud MARQUES, 2005, p. 34).

Sendo assim, a consolidação do ecoturismo constitui numa maneira sustentável para o incremento da atividade econômica da área, pois essa atividade se caracteriza por apresentar cunho interpretativo e educativo, de ínfimo impacto, e que busca a conservação, o entendimento e a apreciação do meio ambiente e da cultura visitada, incentivando a educação e a consciência ambiental, social e cultural por meio do contato e vivência direta com a localidade.

## **6.2 Situação dos recursos turísticos da APA do Maracanã**

Conforme abordado no item anterior, o bairro do Maracanã possui uma diversidade de atrativos naturais, como uma ampla área verde, onde são desenvolvidas as trilhas ecológicas, com vistas a uma ampla grande faixa de buritizais e juçarais, além de recursos hídricos. Porém, conforme aborda Marques (2005), apesar de despertar o interesse dos visitantes, a mesma não é caracterizada como um produto turístico<sup>36</sup> comercializável, devido à falta de infra-estrutura adequada, serviços de qualidade, natureza e cultura devidamente protegidas. Vale ressaltar que para uma localidade se configurar de fato como ecoturística, a mesma deve seguir os princípios abordados no capítulo 4 (ANEXO B).

Sendo assim, é perceptível que o Maracanã carece de boa parte desses princípios, sendo que um deles é que o bairro não apresenta o atrativo natural totalmente conservado, já

---

<sup>36</sup> Ruschmann esclarece que “o produto turístico natural baseia-se na venda dos aspectos ambientais das localidades e a estrutura receptiva deve ser pequena, refinada, integrada e harmoniosa em relação ao meio. [...]” (1997, p. 25).

que conforme abordado no item anterior, os aspectos hídrico e de flora se encontram ameaçados.

Em relação aos requisitos de implantação da atividade ecoturística em unidades de conservação, também abordado no capítulo anterior, o Maracanã carece de um centro de visitantes, que serve para o turista ter o primeiro contato com a localidade, através de palestras a respeito de como se comportar dentro da APA, como por exemplo, não jogar lixo no chão, não arrancar flores, entre outros quesitos de preservação, além de distribuídos panfletos informativos, e vídeo a respeito da localidade.

Porém, há no bairro o Viva Maracanã, com uma boa infra-estrutura para receber visitantes, tais como lanchonete, banheiros, arquibancada para atividades culturais e até um, contudo se encontra em situação de abandono, funcionando raramente quando ocorre festas no local ou quando autoridades vão visitar o local (CHAVES, 2007), esse fato se deve segundo ao agente ambiental Adriano Algarves à má administração do espaço, que atualmente está sob a responsabilidade de Humberto de Maracanã.

Vale ressaltar também, que não há um livro de registro de visitantes, sendo assim, não se sabe o perfil dos turistas que visitam o bairro.

Apesar de atividades desenvolvidas na área como a Festa da Juçara<sup>37</sup>, que é realizada no Parque da Juçara e as trilhas ecológicas somente a primeira se destaca como direcionada ao turismo, porém a cada ano percebe-se uma diminuição da atratividade dada a decrescente procura, afirmado por alguns moradores devido à má divulgação e falta de incentivo e apoio dos órgãos públicos. Outro quesito apontado, durante a pesquisa de campo, foi que com a mudança das barracas de palha para alvenaria, houve uma diminuição do fluxo de visitantes devido à perda de atratividade do Parque. Essa situação não é recente, pois, Marques (2005), identificou junto aos visitantes que quando perguntados sobre a nova infra-estrutura, a maioria não apreciou a mudança, justificando que “quebrava o encanto do contato com a vivência da zona rural” (p. 2).

Em relação às trilhas ecológicas, por não possuir ainda infra-estrutura adequada e necessária para o recebimento de turistas, tais como um centro de visitantes, um microônibus para deslocamento dos turistas até as trilhas, banheiros ecológicos, lanchonetes, entre outros conforme anexo B, as trilhas ainda não são consideradas atrativas num ponto de vista turístico, porém a mesma é bastante procurada por estudantes de ensino fundamental, médio e

---

<sup>37</sup> Segundo Chaves (2007), esse evento teve início em 1970 a partir de iniciativas de moradores locais ao perceberem a dificuldade da população em vender a grande quantidade de juçara produzida no bairro.

superior, interessados em conhecer um pouco mais da fauna e flora da região. Essas trilhas se configuram como parte do Projeto Maracanã, que se configura como um dos vários projetos de educação ambiental que são desenvolvidos na área.

### **6.3. Projetos de educação ambiental desenvolvidos na APA do Maracanã**

Na APA existem projetos de educação ambiental sendo desenvolvidos tanto por iniciativa das escolas como também por parte do poder público, mais precisamente pela Secretaria Municipal de Turismo (SETUR). Sendo:

1) Centro Educacional Sagrado Coração de Jesus (CESCO)

É uma escola privada mantida pela senhora Carminda Guimarães, esposa do falecido Joca Guimarães, que executa atividades educativas iniciadas pelo marido. Se configura como uma típica escola para a prática de ações voltadas à conservação do meio ambientais. Onde parte dos responsáveis dos alunos fazem o pagamento da mensalidade através de doações de frutas, roupas, mantimentos ou os mais diversos serviços como limpeza, manutenção, entre outros.

Dentro da escola, que se destaca por possuir áreas verdes (foto 5), com espécies de flora típica da região, são desenvolvidos cinco projetos objetivando a conscientização e construção de uma consciência ecológica nos alunos, sendo<sup>38</sup>:

---

<sup>38</sup> Adaptado de entrevistas realizadas com os agentes ambientais Adriano Algarves e Leila Nogueira.



Foto 5: Bosque ecológico: CESCO  
Fonte: SETUR (2008)

- a) O lixo como perspectiva de transformação ambiental: visa a reciclagem de papel coletado na escola e em comércio da comunidade a fim de produzir materiais necessários para a instituição como envelopes, cartões, agendas etc. O processo de reciclagem é realizado no próprio CESCO com os alunos e algumas pessoas da comunidade.
  - b) Manhã Criança Feliz: ações recreativas pedagógicas realizada no CESCO no último sábado de cada mês, onde voluntários resgatam brincadeiras antigas como, esconde-esconde, amarelinha, cola-descola etc., com crianças carentes da comunidade, onde no final da manhã é servido um “sopão”. O projeto visa a socialização das crianças.
  - c) Fazendo Cultura: realizado nas datas comemorativas, o projeto resgata danças culturais e tradicionais antigas da cultura do Maranhão, como Bumba-meu-boi, dança do coco, dança da juçara etc.
  - d) Amigos da Natureza: visa a preservação e recuperação de áreas degradadas com produção e plantio de mudas feitas pelos próprios alunos com auxílio dos professores e agentes ambientais complementando com a realização de trilhas ecológicas.
  - e) Operação Formiguinha: atividade do projeto “Amigos da Natureza” que objetiva a coleta de lixo em todo o percurso das três principais nascentes do Maracanã (Ambude, Guará, Maracanã).
- 2) Escola Augusto Mochel

- a) Protetores da Vida: projeto realizado com os alunos da escola visando a identificação de áreas degradadas do bairro para replantio com mudas nativas.

### 3) Projeto Maracanã

O Projeto Maracanã foi lançado pela a Prefeitura de São Luis, através da Secretaria Municipal de Turismo (antiga FUMTUR) no ano 2000, objetivando a utilização sustentável dos recursos naturais e culturais do bairro do Maracanã, ampliando a oferta de lazer e promovendo a geração de trabalho, renda e qualidade de vida para a comunidade (ARAÚJO, 2007). O projeto possui três linhas de atuação: a social, composta de palestras temáticas, como saúde humana, educação ambiental, agrícola, atendimento, cidadania e empreendedorismo. A cultural, através de resgate das manifestações culturais do bairro como o tambor de crioula, o bumba-meu-boi, festa da juçara, Divino Espírito Santo, entre outros, além de incentivo à produção e comercialização de produtos locais, gastronomia e artesanato. E a ação ambiental que visa à conservação dos recursos naturais, através de campanhas de sensibilização ambiental, plantio de mudas e algumas atividades educacionais como a reciclagem e aproveitamento do lixo, além da execução das trilhas (ARAÚJO, 2007), que são guiadas hoje por 19 agentes ambientais todos moradores do bairro e selecionados pelo projeto.

Atualmente três trilhas encontram-se em execução. A Baluarte: trilha com ruínas século XIX, como um forno de olaria, poços de pedra, a capela de São Benedito, além de plantas como a Palmeira Imperial e os juçarais. A trilha Joca Guimarães: recebeu o nome do falecido agrônomo Joca Guimarães, que contribuiu muito para a comunidade com seus conhecimentos; essa trilha passa por dentro de sua propriedade, onde pode ser observado projetos deixados pelo agrônomo e também palmeiras, principalmente juçara, tucum, anajá e também a nascente do rio Ambude que passa no decorrer da trilha. E a trilha do Hotel Fazenda do Maracanã, onde podemos encontrar juçara, andiroba, jatobá, ipê e animais como: paca, bicho preguiça, macaco prego, etc.

Segundo Araújo (2007), a intenção desse projeto é pautada na,

credibilidade de que, no processo de desenvolvimento sustentável, o turismo surge como ferramenta para fortalecer a economia, preservar a cultura e promover a melhoria da qualidade de vida local, destacando, entre seus eixos de atuação, ações voltadas para o turismo cultural, ecológico, lazer e eventos (p. 62).

Percebe-se com essa afirmação, a confiança que a Secretaria Municipal de Turismo tem na capacidade da atividade turística em desenvolver a comunidade e ainda

garantir a conservação dos recursos. Porém, essa confiança e credibilidade no turismo não é assimilada por todos, pois tanto os órgãos públicos, com exceção da SETUR e alguns moradores não possuem essa mesma visão, haja vista a desinformação e falta de estímulo observada por muitos em relação à atividade turística.

## **7 METODOLOGIA**

### **7.1 Tipo de pesquisa**

De acordo com Dencker (1998) a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, documental e empírica, por coletar dados em livros, revistas, sites e também pela busca in loco de informações sobre a empresa pesquisada.

Quanto aos fins é exploratória, pois é um tema pouco trabalhado e pesquisado no pelo setor acadêmico no que tange a educação ambiental e projetos no bairro do Maracanã. Além disso, é descritiva por descrever as ações que os projetos são desenvolvidos a partir das trilhas ecológicas que existem na região (GIL, 2006).

A análise dos dados caracteriza-se por quantitativa e qualitativa, por utilizar de forma objetiva e subjetiva a compreensão que os entrevistados repassaram (GIL, 2006).

### **7.2 Local da pesquisa**

O estudo foi realizado no bairro do Maracanã, situado na zona rural de São Luís, próximo a BR 135, na saída da cidade, principalmente nas ruas próximas aos colégios e ao parque da Juçara.

### **7.3 Universo e amostra**

O universo da pesquisa totalizou na comunidade residente do bairro do Maracanã, sendo que a amostra foi um total de 100. A escolha se deu por forma aleatória, por julgar-se que seja interessante ter uma amostra diversificada das concepções dos moradores que residem no Maracanã.

#### **7.4 Instrumento de coleta de dados**

O instrumento de coleta de dados foi aplicação de questionário (Apêndice A) contendo perguntas abertas e fechadas, entrevistas, conversas informais e observações diretas.

#### **7.5 Limitações da pesquisa**

Neste tópico apresento elementos que dificultaram em alguns momentos o bom andamento do trabalho.

Na pesquisa de campo, dificuldades foram encontradas, tais como desinformação e falta de interesse de uma parte da população abordada em responder o questionário. Desse modo, algumas questões não atingiram uma porcentagem de 100% do público abordado.

#### **7.6 Análise dos dados**

A coleta de dados deu-se entre os dias 15 e 19 de novembro de 2008, na APA do Maracanã, junto aos moradores no intuito de obter a opinião dos mesmos em relação à atividade turística realizada e os projetos de educação ambiental.

A aplicação dos questionários foi realizada junto aos moradores do Maracanã, no intuito de identificar alguns aspectos sobre seus conhecimentos acerca do turismo e sua contribuição para o desenvolvimento social, ambiental, local, cultural, econômico e sustentável da localidade. Para tanto, cada questionário contou com um total de 7 questões, sendo que na quinta pergunta subdivide-se em 3 questões, para melhor compreender a visão dos mesmos sobre o assunto.

Primeiramente, questionou-se a percepção dos moradores em relação a atividade turística no Maracanã, ou seja, de que forma eles vêem o turismo acontecendo na região. Onde obteve-se um percentual de 68,69% que responderam positivo e 31,31% responderam negativo, conforme gráfico 1:

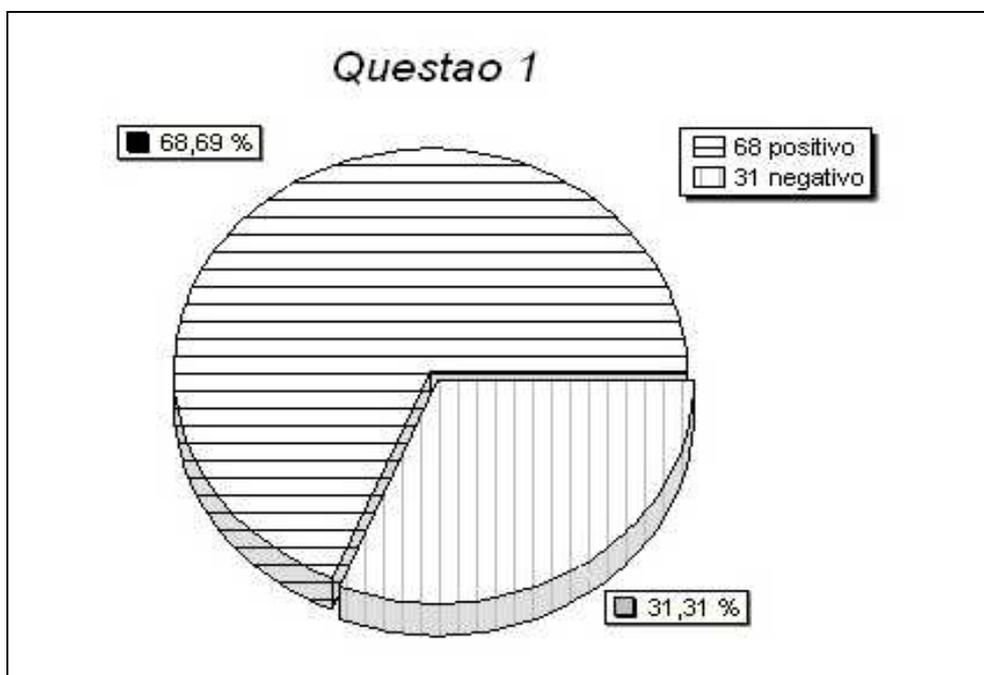


Gráfico 1 – Percepção da atividade turística no Maracanã.

Considerando a opinião dos moradores em relação ao turismo, a maioria dos respondentes está satisfeita com a atividade que vem sendo desenvolvida, justificando que esta traz renda e divulga a comunidade, ajudando assim a desenvolvê-la economicamente e a conservar os recursos naturais e culturais.

Dias (2003), afirma que as rendas geradas com a cobrança de taxas podem ser utilizadas especificamente para pagar o gerenciamento e a proteção das áreas mais ameaçadas do ponto de vista ambiental, conforme abordou-se no capítulo 4. Sendo assim, a atividade turística gera renda para a comunidade e ao mesmo tempo contribui para a conservação da mesma.

Boa parte dos moradores associa a questão, à Festa da Juçara, referindo-se a esta como a maior responsável pelo fluxo de visitantes. Quanto às pessoas que responderam negativo, a justificativa deu-se em relação à falta de iniciativa de órgãos públicos para melhorar o desenvolvimento da atividade, de interesse dos próprios turistas que ou não apresentavam interesse em conhecer a localidade ou porque não eram estimulados para tal, sendo assim, o afluxo de pessoas era justificado como fraco, principalmente devido à falta de divulgação, em especial da Festa da Juçara. Essa opinião prevaleceu principalmente entre os

moradores mais antigos, que justificaram que de uns anos para cá a divulgação tem decaído. Outro morador afirmou que depois que as barracas mudaram de palha para alvenaria a atratividade diminuiu. Esse fato é corroborado por Marques (2005), que identificou junto aos visitantes, quando perguntados sobre a nova infra-estrutura do parque (barracas de alvenaria), que a maioria não apreciou a mudança, justificando que “quebrava o encanto do contato com a vivência da zona rural” (p. 61).

Comprova-se que o turismo ao mesmo que promove mudanças positivas também contribui de maneira negativa, portanto, há a necessidade de um ordenamento e integração de todos os envolvidos para manter a “alma do lugar”, preservando a identidade cultural do Maracanã e da sua festa (principal produto turístico do local), e também incentivando o desenvolvimento na região.

Em seguida, questionou-se o conhecimento dos moradores a respeito de quanto tempo a atividade turística vem sendo desenvolvida na região (gráfico 2).

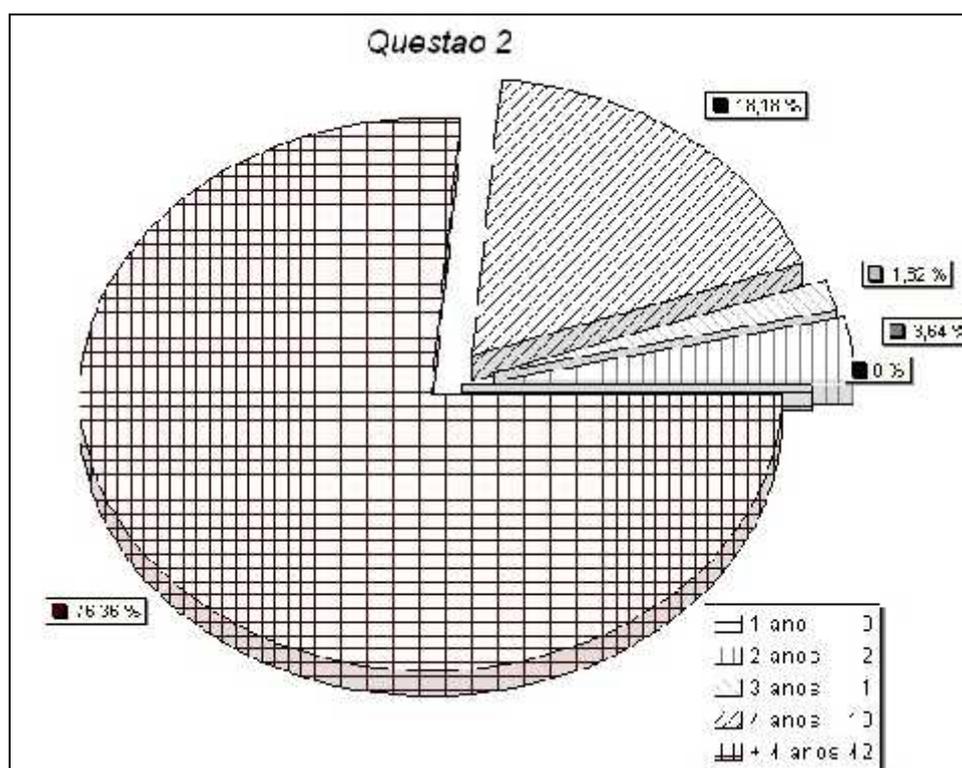


Gráfico 2 – Quanto tempo a atividade turística vem sendo desenvolvida na região

Como a aplicação foi aleatória, tem-se uma variação do conhecimento sobre a existência da atividade turística na localidade, sendo que 77% dos entrevistados responderam

mais de quatro anos e 18,18% afirmam que o turismo acontece há 4 anos na região. Somando estes resultados, tem-se um total de 95,18%, que é quase a totalidade da porcentagem.

Percebe-se assim, que a maioria tem conhecimento de quanto tempo a atividade turística vem sendo desenvolvida na região. Porém, associavam sempre a uma única atração, a Festa da Juçara, que se constitui uma das mais tradicionais da capital, pois segundo Chaves (2007), vem sendo desenvolvida desde 1970. Esse fato é explicado em razão de ser o único produto comercializável da região, já que as trilhas ecológicas, de acordo com Marques (2005), não apresentam infra-estrutura adequada, serviços de qualidade, natureza e cultura devidamente protegidas.

Em seguida, questionou-se a opinião dos moradores sobre a importância da APA do Maracanã para o turismo (gráfico 3).

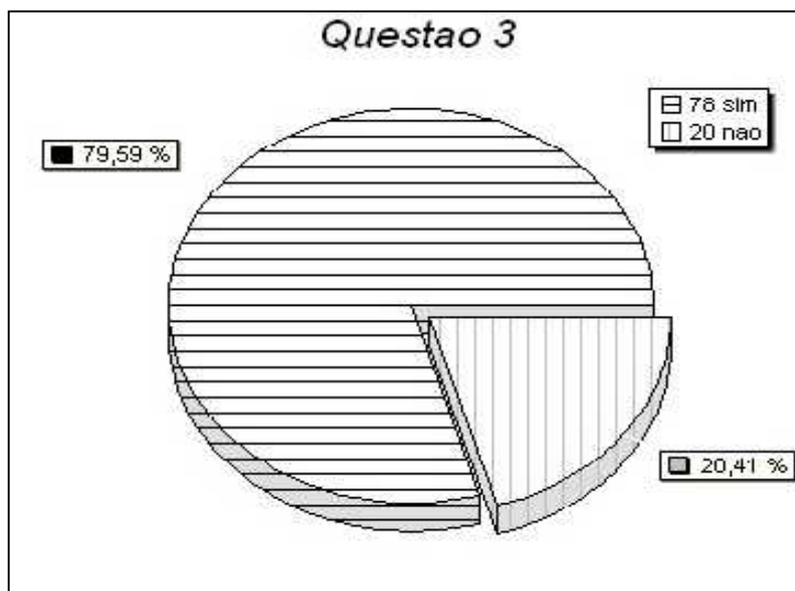


Gráfico 3 – Opinião da comunidade em relação à importância da APA do Maracanã para o turismo

Cerca de 80% responderam que sabem a importância da APA para o turismo, justificando que o fato de ser área protegida estimula ainda mais a atração de turistas, além de contribuir para a conservação dos recursos, dada a importância atribuída à região e conseqüentemente, conscientiza a população e o visitante a respeito do meio ambiente. Como complemento traz-se uma citação de um dos entrevistados. “Sim, pois são pessoas que vêm prestigiar nosso lugar e trazer muitos benefícios e é uma maneira de divulgar o Maracanã.”.

Esta concepção sobre a importância da APA para o turismo, mostra que os moradores estão abertos para a atividade turística, pois acreditam que a mesma é um fator de desenvolvimento, conforme colocado anteriormente no gráfico 1. Portanto, entende-se que o turismo deva ser desenvolvido de forma equilibrada, respeitando os aspectos naturais e a própria legislação da unidade de conservação no que tange a APA, para que o Maracanã possa preservar sua paisagem natural.

De acordo com Kinker (2002), o turista tem o potencial de aumentar a auto-estima da comunidade receptora, na medida em que ao valorizar os aspectos culturais da localidade, gera uma maior preocupação por parte desta em relação à preservação do meio ambiente.

Conforme abordado no capítulo 4, viu-se que cada vez mais é reconhecido o significado da atividade turística para a preservação do meio ambiente, na medida em que, quando bem planejado e gerenciado os impactos positivos superam os negativos. Contribuindo assim, para o desenvolvimento e conservação da localidade.

Tendo em vista o aumento do número de visitantes em busca de áreas protegidas, devido à conservação dos recursos ambientais e a autenticidade da cultura local, vale ressaltar que há contribuições educacionais a partir das visitas dos visitantes.

Sendo assim, a experiência se torna não só prazerosa para o turista, mas também enriquecedora no que diz respeito às informações passadas a respeito dos aspectos culturais, geográficos e históricos da comunidade.

Já outros 20,41% não souberam responder a importância que a APA tem para a atividade turística. Deixando claro então, a necessidade de realizar um processo de conscientização com essa parcela da população quanto à atividade turística.

Em seguida, complementando a questão anterior, pergunta-se a importância da APA para a comunidade, pois sabe-se que é necessário ter a percepção dos autóctones sobre sua participação no processo da atividade turística (gráfico 4).

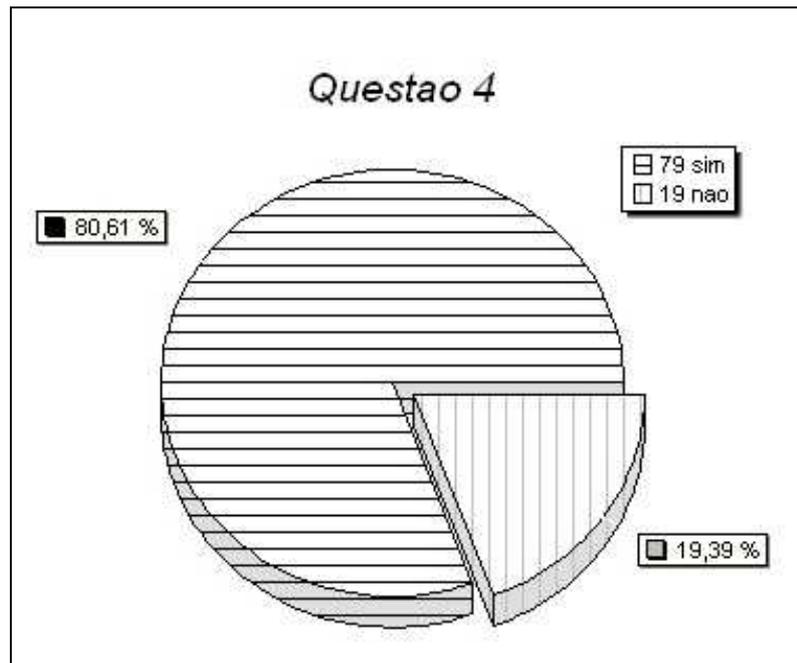


Gráfico 4 – Opinião da comunidade em relação à importância da APA do Maracanã para a comunidade.

A maioria das pessoas, 81,61%, reconhecem a importância da APA para a comunidade, justificando que o fato de ser uma área protegida evita a depredação da flora, tais como as árvores frutíferas que têm importância para a economia local como os juçarais, pois muitos vivem da venda dos derivados desta, além de manter uma salutar área natural para a prática de lazer para a comunidade e conseqüentemente mais qualidade de vida para a mesma, bem como conscientização da própria população e o engajamento em ações de preservação do meio ambiente. Como complemento traz-se uma citação de um dos entrevistados. “Favorece o crescimento da renda aos moradores que vendem juçara”.

Esta compreensão sobre a importância da APA, se dá também pelos projetos ambientais que são desenvolvidos pela esfera pública municipal, através de oficinas e ações em prol da educação ambiental, conforme viu-se no capítulo 6, que são fundamentais para o amadurecimento sobre como as unidades de conservação auxiliam no desenvolvimento sustentável de uma localidade. Por outro lado, esse conhecimento se dá também por saberem que ali existe uma riqueza natural, pois no gráfico 5 a seguir, vê que muitos moradores não participaram de cursos de educação ambiental, isso se dá pela aleatoriedade dos entrevistados.

Por outro lado, os 19,39% restantes, responderam que não sabem a importância da APA para a comunidade. Quanto a isso, Santilli (2005), elucida que se boa parte da sociedade brasileira, não está informada, conscientizada e convencida da importância das unidades de

conservação deve-se ao fato da maioria dessas unidades não terem sido concebidas e manejadas com a finalidade, de contribuir para promoção social, cultural e econômica da população, em especial as que vivem no interior ou nos arredores de áreas protegidas.

As pessoas que residem em áreas de conservação, devem estar conscientes de seu papel como contribuintes para o processo de preservação da mesma. Para tanto, é necessário um investimento dos setores público, privado e terceiro setor, para auxiliar os moradores a perceberem de que forma eles podem se beneficiar e vice-versa com os recursos naturais existentes no Maracanã.

Em seguida, perguntou-se aos moradores se já tinham participado de algum curso de educação ambiental (gráfico 5).

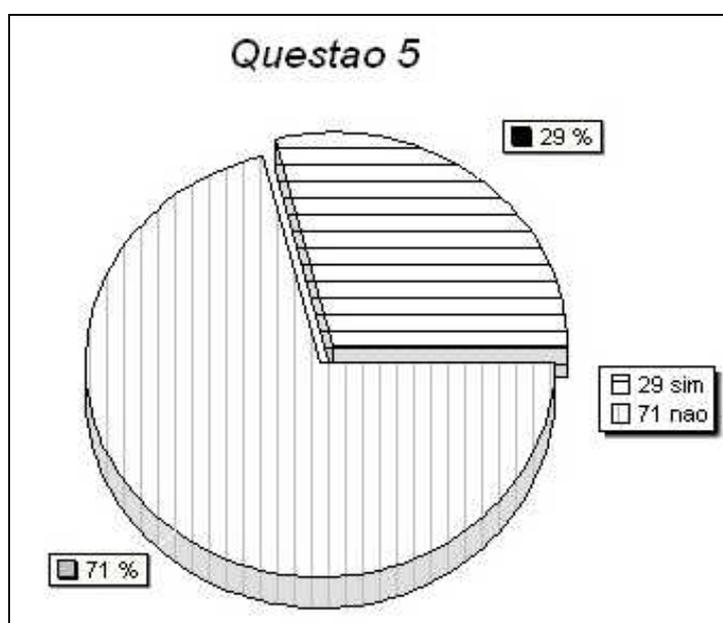


Gráfico 5 – a respeito dos cursos de educação ambiental

A maior parte, 71%, nunca participou de cursos a respeito de educação ambiental. Essa afirmação se justifica pelo fato da maioria dos entrevistados não entenderem o significado de uma UC e, muitos ao serem abordados não sabiam o que era área de proteção ambiental e outros ainda, que o bairro onde moram é uma área protegida. A desinformação por parte destes é patente.

Mais uma vez corrobora-se a participação do setor público em divulgar e promover aspectos ligados à educação, informando os autóctones que o Maracanã é uma APA, e que deve ser preservada para as gerações futuras e presentes, no intuito de absorver seu potencial, principalmente a juçara, como produto turístico, para comercializá-lo de forma

que possa render economicamente para a população, e que esta renda seja restituída em prol da preservação e desenvolvimento social e econômico do bairro.

Os que sabiam e tinham opiniões concretas a dar a respeito, em sua maioria eram os que já haviam participado de cursos de educação ambiental, totalizando 29% dos entrevistados. Estes, quando questionados sobre qual foi contribuição dada pelo curso de EA que haviam participado, as respostas que prevaleceram foram o fato de obterem uma maior conscientização em relação ao meio ambiente, bem como uma compreensão crítica a respeito deste, além de práticas como plantio de mudas, reciclagem de lixo, e de como revitalizar os rios, já que muitos sítios de moradores se localizam nas proximidades dos rios que cortam a região, nesse caso, segundo o agente ambiental Adriano Algarves<sup>39</sup>, há um processo ainda maior de conscientização com essas pessoas para a utilização de forma sustentável de parte do rio que passa em sua propriedade. Como complemento traz-se uma citação de alguns dos entrevistados. “Ajudou a transformar o ‘lixo’ em algo útil”. “Conhecimento de como proteger e valorizar o meio ambiente.” “Aprendi a preservar o rio e a fazer plantio”. “Faço plantio de mudas e dō materiais para reciclagem”.

Portanto, a educação ambiental conseguiu efetivar no cotidiano desses moradores em uma prática e um estilo de vida sustentável, corroborando assim, com uma das recomendações da conferência de Tibilisi, realizada em 1977, na qual destaca que a educação ambiental deve provocar uma conexão mais estreita entre os processos educativos e a realidade, estruturando suas atividades em torno dos problemas concretos que se impõe à comunidade; e focalizar a análise de tais problemas, através de uma perspectiva interdisciplinar e globalizadora, que permita uma compreensão adequada dos problemas ambientais, conforme destacado nos capítulo 3 e 5.

Com isso, confirma-se a contribuição da educação ambiental no processo de aprendizado de parte da população em relação ao meio em que está inserido e conseqüentemente num maior engajamento desses em ações de proteção do mesmo.

Porém, a significativa parcela da população que nunca participou de cursos relacionados com o tema, deixa clara a premência da adoção de um método que consiga atingir todos os moradores da APA com noções de educação ambiental, visto que esta, “constitui o modo mais adequado para promover uma educação mais ajustada à realidade, às necessidades, aos problemas e aspirações dos indivíduos e das sociedades no mundo atual”

---

<sup>39</sup> Entrevista concedida no dia 20 de novembro de 2008.

(DIAS, 2004, p. 211). Contribuindo assim, para todos estarem capacitados para lidar com as questões do cotidiano.

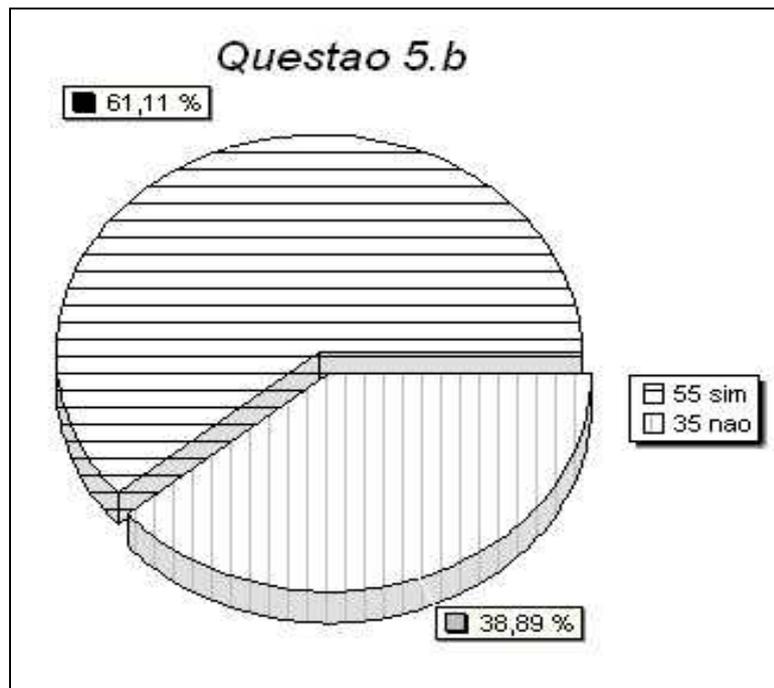


Gráfico 5.b – De que forma os projetos realizados têm contribuído para a preservação da APA do Maracanã

No gráfico 5.b pode-se notar que 61,11% dos respondentes concordam que os projetos que são realizados na área de educação ambiental têm contribuído para a preservação da APA do Maracanã. Justificando que tais projetos auxiliam para a conservação dos rios, da flora e fauna. Como complemento traz-se uma citação de alguns dos entrevistados. “Sim, pois é uma forma de passar conhecimento para as pessoas”. “A diminuição das queimada e do desmatamento”.

Essa questão vai de encontro com uma das recomendações de nº 7 da conferência de Tbilisi, que adverte que a educação ambiental deve ter por finalidade a criação de uma consciência que busque conservar a biosfera, melhorar a qualidade de vida e salvaguardar valores éticos, bem como o patrimônio cultural e natural, compreendendo “[...] lugares de interesse artístico e arqueológico, o meio natural e humano, incluindo sua fauna e flora, e os assentamentos humanos” (DIAS, 2004, p. 128). Sendo assim, a educação ambiental é uma ferramenta essencial para a manutenção e conservação dos recursos naturais existentes em unidades de conservação.

Os outros quase 39% discordam, acham que os projetos que vêm sendo realizado não têm contribuído para a conservação da APA, entretanto, quando perguntado o motivo, a

maioria respondeu que não conhece nenhum projeto de educação ambiental, até o pesquisador mencionar sobre o Projeto Maracanã que realiza trilhas ecológicas, somente assim, alguns lembravam, mas como não conheciam a fundo a atuação deste, respondiam de forma negativa.

Vale ressaltar que quando o pesquisador questionou essa situação ao Adriano Algarves, um dos mais antigos agentes ambientais do Projeto Maracanã, o mesmo respondeu que há muito tempo o projeto só vêm realizando as trilhas ecológicas, devido à falta de disponibilidade de tempo por parte da maioria dos agentes mais antigos, que possuem emprego fixo, restando somente os finais de semana para a prática do projeto e como o horário letivo é de segunda a sexta-feira, as palestras realizadas nas escolas, que se constitui numa outra etapa do projeto, conforme abordado no capítulo anterior vem sendo deixadas de lado, outro motivo apontado pelo agente se refere à transição política pela qual a Secretaria Municipal de Turismo (SETUR), mentora do projeto, vem passando, fazendo com que os novos agentes ambientais fiquem a mercê das raras decisões que vem sendo tomadas nesse período.

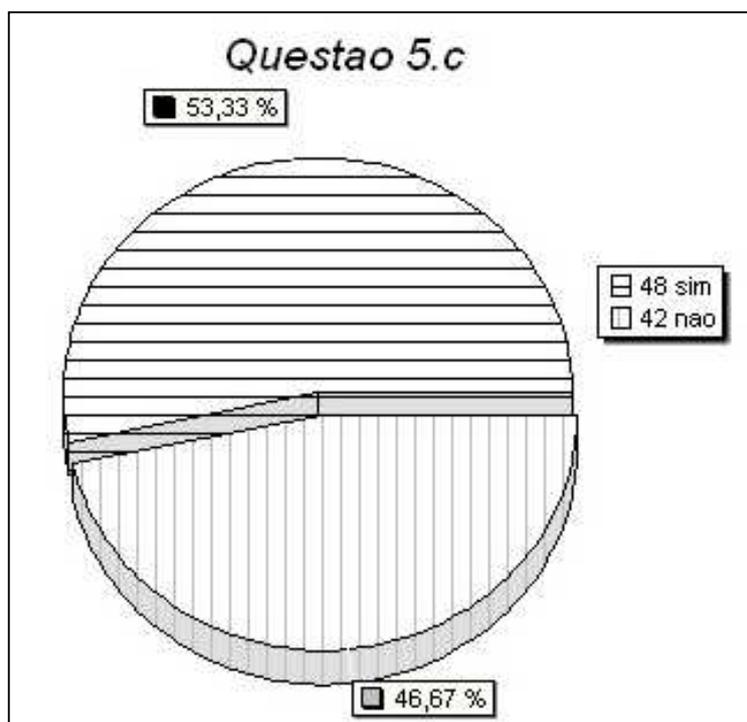


Gráfico 5.c – Como os projetos de educação ambiental contribuem para uma consciência ecológica da comunidade local

No que diz respeito à contribuição dos projetos realizados na área de educação ambiental para a efetivação de uma consciência ecológica na comunidade, apenas 53,33% dos

respondentes afirmaram positivamente em relação à questão, justificando pelo fato de terem obtido um conhecimento maior a respeito da importância de conservar a APA, passando a valorizá-la mais, além do aumento do número de jovens engajados no assunto. Como complemento traz-se uma citação de alguns dos entrevistados. “Sim, pois nós temos aprendido ao longo dos dias um pouco mais sobre o que fazer com o lixo, a não sujar os rios...”.

Porém, é considerável o número de pessoas que responderam negativamente, sendo cerca de 47%, a maioria das justificativas dava-se pelo fato de considerarem que muitas pessoas ainda desmatam árvores para construção civil e não estão de fato preocupados com a questão. “Acho que ainda é muito fraco, pois não vejo muitas pessoas preocupadas com a questão, aqui ainda tem muito desmatamento e queimadas”.

Essa questão pode ser explicada por Pedrini (1997), quando afirma que segundo estudos realizado pelo Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) da UFRJ, dentre os objetivos da EA, os que estão conseguindo ser atingidos com mais eficácia estão restritos somente à conscientização e difusão em escolas, unidades de conservação e comunidades. Não aparentando como objetivo principal uma guinada nos hábitos, posturas e condutas da sociedade.

Esse quesito é de suma importância para o entendimento da relação da comunidade do Maracanã com a conservação da APA, pois demonstra os motivos pelo qual a APA vem passando por degradação.

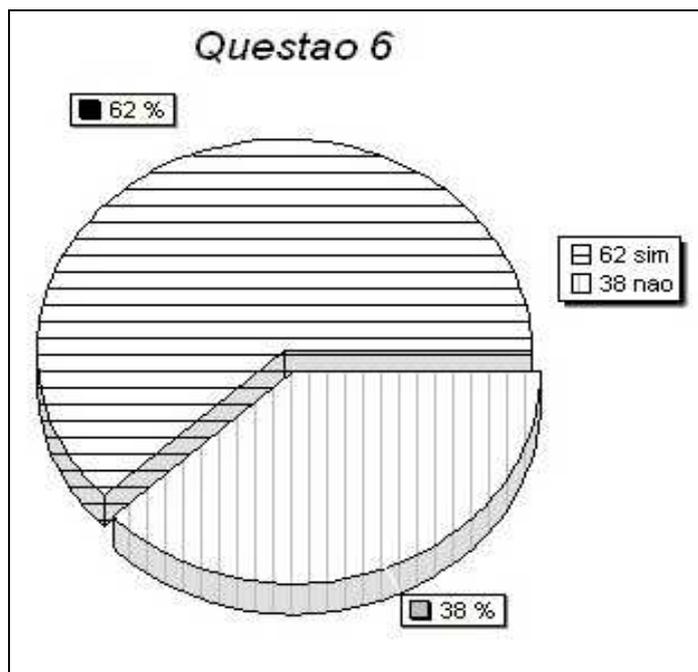


Gráfico 6 – A comunidade contribui para a APA do Maracanã

É proeminente o número de pessoas que dizem contribuir para a preservação da APA do Maracanã, sendo 62% dos entrevistados, se comparado com o fato de muitos nunca terem participado de cursos de educação ambiental, totalizando 71% dos entrevistados conforme abordado no gráfico 5. Quando perguntado de que forma eles contribuem, as respostas que prevaleceram foram, fazendo o plantio de mudas em áreas devastadas, doação de materiais para reciclagem, não jogando lixo nem fazendo queimadas ou derrubadas de árvores. Vale ressaltar que algumas dessas contribuições são feitas por moradores que participam de projetos de EA em conjunto com a comunidade e outros individualmente.

Porém, a maioria respondia mais como uma forma de prevenção, ao citar que não contribuía para a degradação do meio ambiente, dentre as respostas foram poucas as pessoas que responderam que contribuem de forma ativa para a conservação da APA do Maracanã. Como “Não sujando, não derrubando árvores, nem fazendo queimadas”.

Vale ressaltar que segundo Wells e Brandon (1992 apud Kinker 2002) para a efetiva manutenção da diversidade biológica é necessário o desenvolvimento de projetos específicos para o local que trabalhem a diversidade do ser humano e invistam em mudança de comportamento. Porém, para que isso possa acontecer de fato, é necessário incentivar a participação local em projetos que visem a conservação do meio ambiente

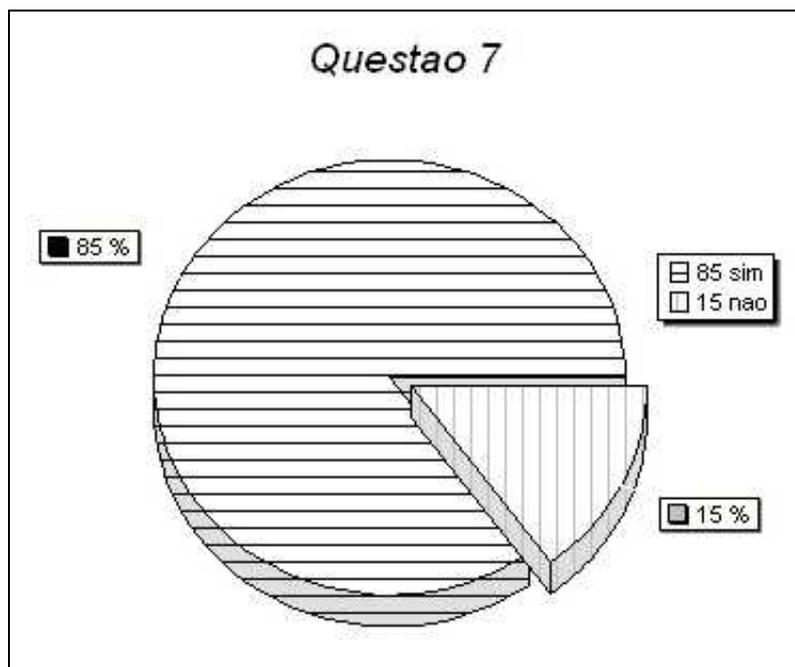


Gráfico 7 – Contribuição da educação ambiental para a APA do Maracanã

A maioria concorda que a educação ambiental é capaz de desenvolver a APA do Maracanã, representado 85% dos respondentes, justificando que a educação favorece o conhecimento maior em relação aos benefícios que uma área conservada traz para a comunidade e de como desenvolvê-la sem agredir os recursos naturais.

Vale ressaltar que tendo o ecoturismo como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de uma unidade de conservação, Kinker (2002), resalta que mais do que qualquer outra forma de turismo na natureza, o ecoturismo depende da qualidade do meio ambiente visitado. Sendo assim, para atingir e/ou manter essa qualidade, deve-se implementar na sociedade um programa de EA que atinja todos e estimule-os a participar de forma ativa de projetos que visam a conservação do meio ambiente em seus aspectos culturais, naturais e históricos, além de desenvolver meios de estimular a atividade turística como uma forma de desenvolver a comunidade.

Sendo assim, a EA contribui para o desenvolvimento de uma comunidade na medida em que tem o ecoturismo como uma modalidade essencial para o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental e a informação e conscientização para o desenvolvimento ético e uma equidade social. Complementando traz-se algumas considerações dos moradores. “Com certeza, pois não há nada melhor do que o aprendizado para que as pessoas passem a ter uma visão mais ampla de como a natureza é importante para as nossas vidas”. “Ensinando como

“crescer sem destruir”. “Fazendo com que a comunidade passe a valorizar mais o bairro e não destruir a área verde e os poucos rios que restam”.

## 8 CONCLUSÃO

Os desajustes da sociedade contemporânea tem sido alvo de notícias vinculadas pela mídia internacional. Tais inquietações vêm ocasionando na população uma outra maneira de pensar o mundo. Mesmo que de forma passiva pela maioria das pessoas, há de convir que a sociedade está cada vez mais preocupada com o furor de uma natureza que por muito tempo se achava dominada pela razão humana, hoje, compreende-se que os progressos tecnológicos não estão conseguindo vencer os avanços com que a natureza vem respondendo às ações desenvolvidas ao longo dos anos pelo homem.

Diante dessa consternação, a sociedade vem buscando meios harmônicos de convivência com esse novo estilo de vida, através de modelos menos predatórios para tentar manter e/ou superar o já estilo de vida capitalista, ou seja, buscar soluções que não agridam o meio ambiente e ao mesmo tempo não comprometa o conforto proporcionado pelos avanços tecnológicos.

Sendo assim, a grande ferramenta que vem ganhando voz a cada dia é a questão educacional. Esta, tem sido estimulada como uma ferramenta para o alcance de vidas sustentáveis, na medida em que busca a utilização responsável dos recursos e a forma equitativa de distribuição do mesmo, através de uma consciência ecológica e sólida a respeito dos reais impasses ambientais que vem causando danos à populações e que normalmente atinge pessoas de baixa renda, devido às circunstâncias do estilo de vida a que estes tem acesso.

A educação ambiental está inclusa em programas e projetos que visam a conservação do meio ambiente e um estilo harmônico e adaptável à nova realidade. Desse modo, tem sido desenvolvida dentro e fora de empresas, em escolas com o objetivo de educar desde cedo a população e também em diversas modalidades de atividades econômicas como é o caso do turismo.

Sendo assim, a implantação do ecoturismo complementado com trabalhos de educação ambiental se constitui em formas precisas para o alcance de uma nova mentalidade por meio de uma nova ética que proporciona atitudes e comportamentos consonantes com o meio ambiente, em especial o natural devido à sua fragilidade e excepcionalidade como é o caso das unidades de conservação.

Desse modo, o objeto de estudo dessa pesquisa foi a Área de Proteção Ambiental do Maracanã, localizada na zona rural de São Luís, devido à sua exuberância de paisagens e o estilo de vida campesino, que se trabalhado de forma adequada com um bom planejamento e gerenciamento da amadora atividade turística que se encontra na localidade, se tornará um atrativo a mais para a cidade de São Luís.

Porém, apesar de se constituir como unidade de conservação, a mesma se encontra ameaçada pelo descaso do poder público, pelas ações antrópicas sem punição e principalmente por uma população alheia e indiferente diante dessa situação.

Entretanto as poucas pessoas que se encontram engajadas em projetos de educação ambiental vêm tentando, através de ações educativas tais como coleta e reciclagem de lixo, revitalização de rios, entre outros, reverter essa situação e mostrar as potencialidades turísticas que a APA possui.

Desse modo, a educação ambiental pode contribuir para uma prática efetiva do turismo sustentável na APA do Maracanã, na medida em que se constitui numa maneira de desenvolver uma consciência ecológica na comunidade, fazendo com que a mesma reconheça a importância de manter a APA conservada tanto para o sustento econômico da comunidade e sua qualidade de vida, como para atrair visitantes, em especial os ecoturistas, geradores de emprego e renda e que buscam uma natureza conservada.

Sendo assim, o desenvolvimento de uma prática de ecoturismo na localidade precisa estar aliada a trabalhos de educação ambiental, que visem a conservação dos recursos naturais da APA, o engajamento da população na atividade através da produção do artesanato, condução de trilhas, comercialização de produtos desenvolvidos na localidade etc.

A partir do resultados obtidos, identificou-se que somente os esforços de poucos, como os projetos de educação ambiental da Secretaria Municipal de Turismo e de algumas escolas da comunidade, além ações de alguns moradores não estão suprindo a rapidez com que os recursos naturais da APA estão sendo devastados.

Chega-se a conclusão de que as pessoas que contribuem de fato para a conservação da APA são as que participam ou já participaram de cursos de educação ambiental, demonstrando assim, a capacidade da mesma na mudança de conduta e atitudes diante do meio ambiente.

Sugere-se então, uma cobrança maior da comunidade junto ao poder público para a realização primeira do plano de manejo da unidade para que seja estabelecido o zoneamento da APA, bem como as atividades a serem desenvolvidas no interior da mesma. Além disso,

implementar um amplo programa de educação ambiental que afete a todos para que seja implementada uma consciência ecológica na comunidade, onde a mesma possa estar apta a cobrar ações de conservação do meio ambiente e conseqüentemente de melhoria de qualidade de vida. Além de uma competência para denunciar agressões antrópicas sobre a mesma.

A pesquisa limitou-se a opiniões dos moradores em relação ao turismo e em conhecer o engajamento desses em projetos de educação ambiental e as ações para a conservação da APA do Maracanã. Sendo assim, sugere-se novos estudos em relação ao assunto buscando entender o descaso do poder público e também o perfil dos visitantes da APA não só na Festa da Juçara como também nas trilhas ecológicas e a opinião desses em relação ao repasse de informações dos agentes ambientais no decorrer da trilha, se os mesmos conseguiram propagar nos visitantes uma atitude mais consciente em relação ao meio ambiente, analisando desse modo a contribuição da educação ambiental para os visitantes.

## REFERÊNCIAS

AGENDA 21 BRASILEIRA. 2008. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=908>>. Acesso em: 17 set. 2008.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de\_ et al. **Política e Planejamento Ambiental**. 3ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2008.

AMAZÔNIA maranhense, 2008. [Juçara]. Disponível em <<http://www.amazoniamaranhense.com.br/images/otros/cultura/jucara.jpg>>. Acesso em 21 nov. 2008.

ANDRADE. Sueli Amália de Andrade. Considerações gerais sobre a problemática ambiental. In: LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino; MININNI-MEDINA, Naná (Coord.). **Educação Ambiental**: curso básico à distância: questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas. 2ª ed. ampl. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2001a. V3.

ANDRADE, Sueli Amália de. **Bases filosóficas-científicas do pensamento ambiental**. In: LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino; MININNI-MEDINA, Naná(Coord.). **Educação Ambiental**: curso básico à distância: questões ambientais: conceito, história, problemas e alternativas. 2ª ed. ampl. Brasília, DF, Ministério do Meio Ambiente, 2001b, v3.

ARAÚJO, Maria do Socorro (Org.). **São Luís, turismo e memória**: uma década de experiências da gestão pública municipal. São Luís: Secretaria Municipal de Turismo, 2007.

ARRUDA, Rinaldo. **“Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação**. In: Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Vol. 1.Conferências e palestras. Curitiba, 1997. Disponível em <<http://www.usp.br/nupaub/ArtigoCuritiba.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2008.

BAÍA dos Porcos. **Fernando de Noronha**, 2008. Disponível em <<http://www.brasilviagem.com/pontur/?CodAtr=65870>>. Acesso em 29 nov. 2008.

BARBOSA, Lucélia. **Mais energia, menos poluição**, 2008. Disponível em <[http://www.fne.org.br/fne/index.php/fne/jornal/edicao\\_76\\_set\\_08/mais\\_energia\\_menos\\_poluicao](http://www.fne.org.br/fne/index.php/fne/jornal/edicao_76_set_08/mais_energia_menos_poluicao)>. Acesso em: 19 set. 2008.

BRASIL. **Política Nacional de Meio Ambiente**. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Disponível em < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L6938org.htm>>. Acesso em: 20 set. 2008.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2008.

BRASIL, Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm)>. Acesso em: 21 set. 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília, DF, 2008.

CAMPOS, Raymundo Carlos Bandeira. **Estudos de História do Brasil**. São Paulo: Atual, 1999.

CHAO, Cheng Hsin Nery. **Universidade e educação ambiental**. 2005. 230 fl. Tese (Doutorado em Natal)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

CHAVES, Janete Rodrigues de Vasconcelos. **Projeto Maracanã – Do discurso à prática da sustentabilidade: estudo sobre as percepções dos agentes ambientais e os reflexos do desenvolvimento das ações no meio ambiente, no lazer e na qualidade de vida**. Dissertação (Mestrado em Saúde e Ambiente) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

COMISSÃO MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COSTA, Patrícia Cortês. **Unidades de Conservação**. São Paulo: Aleph, 2002. – (Serie Turismo).

DANIELLEB. **Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992)**. 2003. Disponível em: < [http://www.interlegis.gov.br/processo\\_legislativo/copy\\_of\\_20020319150524/20030625102846/20030625104533](http://www.interlegis.gov.br/processo_legislativo/copy_of_20020319150524/20030625102846/20030625104533)>. Acesso em: 10 nov. 2008.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental**: princípios e praticas. São Paulo: Gaia, 2004.

DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DICIONÁRIO ambiental, 2008. Disponível em <<http://www.ecolnews.com.br/dicionarioambiental>>. Acesso em: 15 out. 2008.

ENTENDA a Rio + 10. 2008. Disponível em <<http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/index.php.35.html>> Acesso em 18 set. 2008.

FEITOSA. Antonio Cordeiro. **Atlas escolar do Maranhão**: Espaço Geo-histórico e Cultural/ Antonio Cordeiro Feitosa, José Ribamar Trovão. – João Pessoa, PB. Editora Grafset, 2006.

FREITAS, Eduardo de. **Thomas Malthus**. 2008. Disponível em <http://www.brasilecola.com/geografia/thomas-malthus.htm>. Acesso em: 10 set. 2008.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. **Mata Atlântica**. Disponível em <<http://www.sosmatatlantica.org.br/index.php?section=press&action=listData>> Acesso em 07 nov.

GASES do efeito estufa., 2008. Disponível em <<http://www.carbonobrasil.com/mudancas.htm?id=125607>>. Acesso em: 19 set. 2008.

GLOSSÁRIO ecológico ilustrado, 2008. Disponível em <<http://www.unb.br/ig/glossario/index.html>>. Acesso em: 2 nov. 2008.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. Campinas, SP: Papirus, 1996. – (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

HISTÓRICO, 2008. Disponível em < <http://www.jbrj.gov.br/>>. Acesso em 30 nov. 2008.

HISTÓRICO institucional, 2008. Disponível em < <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=8&idConteudo=928#92>> . Acesso em: 21 set. 2008.

IBAMA. **Lista das Unidades de Conservação Federais**, 2006. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/fauna/>>. Acesso em: 29 nov. 2008.

IBGE. <ftp://geofpt.ibge.gov.br/documentos/recursosnaturais/ids/ids2008pdf>

IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**, 2008. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default.shtm>>. Acesso em: 19 set. 2008.

KINKER, Sonia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas, SP: Papirus, 2002. – (Coleção Turismo).

LIMA, Helosine Martins Moreira. **Do papel aos brejos do Maracanã**: estudo sobre as políticas públicas de ecoturismo na área de proteção ambiental do Maracanã. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo – UFMA), 2000.

LOURENÇO, Luana. **Pesquisa comparativa destaca que geração por hidrelétrica não é "isenta" de poluição**. 2007. Disponível em <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/10/19/materia.2007-10-19.8769220032/view>>. Acesso em: 16 set. 2008.

MAPA de São Luís, 2008. Disponível em [WWW.googlemaps.com.br](http://WWW.googlemaps.com.br). Acesso em: 30 nov. 2008.

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais. [Histórico], 2008. Disponível em <<http://www.sema.ma.gov.br/portal/portaoo?id=23>>. Acesso em: 5 out. 2008.

MARCOS, Reigota. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2001. – (Coleção primeiros passos; 292).

MARGULIS, Sergio, ed. **Meio Ambiente**: aspectos técnicos e econômicos. 2.ed. Brasília: IPEA, 1996.

MARIN, Denise Chispim; CASSIA, Rosana de. **Noruega doará US\$ 1 bilhão para o Fundo da Amazônia até 2015**. 2008. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/geral/not\\_ger242625,0.htm](http://www.estadao.com.br/geral/not_ger242625,0.htm)>. Acesso em: 16 set. 2008.

MELO, Maria José Campos Moura. **Ecoturismo e Gestão Ambiental Participativa no Parque Ambiental de Belém-PA**. Belém: UNAMA, 2003

MENDONÇA, Rita. Experimentando a sustentabilidade do turismo na natureza. In: TRIGO, Luís Gonzaga Godoi (Ed.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Rocca, 2005.

MININNI-MEDINA, Naná. Antecedentes históricos: conferências internacionais. In: LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino; MININNI-MEDINA, Naná. **Educação Ambiental**: curso básico à distância: documentos e legislação da educação ambiental. 2ª ed. ampl. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2001a. v4.

MININNI-MEDINA, Naná. Documentos nacionais de educação ambiental. In: LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino; MININNI-MEDINA, Naná (Coord.). **Educação Ambiental**: curso básico à distância: documentos e legislação de educação ambiental. 2ª ed. ampl. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2001b. v4.

MOLINA, Sérgio E. **Turismo e ecologia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001. – (Coleção Turismo).

NOGUEIRA, Elizabete. “**O Falso Milagre Econômico Operado pelo Regime Militar**”. 2008. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/08/427090.shtml>>. Acesso em 15 set. 2008.

OLIVA, Jaime Tadeu; MUHRINGER, Sônia Marina. A construção de uma metodologia participativa no diagnóstico. In: LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino; MININNI-MEDINA, Naná (Coord.). **Educação Ambiental**: curso básico à distância: educação e educação ambiental. 2ª ed. ampl. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2001, v2.

OMT. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Brookman, 2003.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão (Org.). **Educação ambiental**: reflexões e práticas contemporâneas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

O PROTOCOLO de Kyoto. 2008. Disponível em <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/2001-efeito\\_estufa\\_protocolo\\_de\\_kyoto.shtm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/2001-efeito_estufa_protocolo_de_kyoto.shtm)>. Acesso em: 16 de set. 2008.

PADILHA, Ivan (Ed.). **Meio ambiente: uma conta para depois**, 2008. Revista da Semana. SP, ed. 55, ano 2, n. 37, out. 2008.

PIRES, Paulo dos Santos. Entendendo o ecoturismo. In: TRIGO, Luís Gonzaga Godoi (Ed.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Rocca, 2005.

PEDROZO, Soraia Abreu. **Saiba o que é um projeto de MDL**. 2007. Disponível em <<http://invertia.terra.com.br/carbono/interna/0,,OI1660625-EI8939,00.htm>>. Acesso em 18 set. 2008.

PERGUNTAS e respostas sobre RPPN, 2006. Disponível em <[http://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/meio\\_ambiente\\_brasil/pantanal/pantanal\\_acoes\\_resultados/pantanal\\_arpa/reserva\\_patrimonio\\_natural/index.cfm](http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/meio_ambiente_brasil/pantanal/pantanal_acoes_resultados/pantanal_arpa/reserva_patrimonio_natural/index.cfm)>. Acesso em 10 nov. 2008.

PLANEJAMENTO Estratégico São Luís + 400 anos, 2008. Disponível em <<http://www.forumdedesenvolvimentosustentavel.saoluis.ma.gov.br/noticias/planejamentoSL400anos.html>>. Acesso em: 18 set. 2008.

PARQUE Yellowstone, 2008. Disponível em <[http://www.pdphoto.org/jons/pictures3/solstice\\_35\\_bg\\_062203.jpg](http://www.pdphoto.org/jons/pictures3/solstice_35_bg_062203.jpg)>. Acesso em 25 nov. 2008.

<PARQUE Nacional do Itatiaia, 2008. Disponível em <[www.crescentefertil.org.br/parquenacional/](http://www.crescentefertil.org.br/parquenacional/)>>. Acesso em: 15 set. 2008.

O QUE significa Hotspot?, 2008. Disponível em <<http://www.corredores.org.br/?pageId=faq#1315>>. Acesso em: 29 nov. 2008.

O QUE significa bioma?, 2008. Disponível em <<http://www.corredores.org.br/?pageId=faq#1315>>. Acesso em: 29 nov. 2008.

O QUE É licenciamento ambiental, 2008. Disponível em <[http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./estadual/index.html&conteudo=./estadual/pr\\_liambiental.html](http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./estadual/index.html&conteudo=./estadual/pr_liambiental.html)>. Acesso em: 27 nov. 2008.

O QUE é mata ciliar?, 2008. Disponível em <<http://www.corredores.org.br/?pageId=faq#1349>>. Acesso em: 29 nov. 2008

O QUE é o PNUMA?, 2008. Disponível em <<http://www.brasilpnuma.org.br/opnuma/oqueopnuma.htm>>. Acesso em 20 set. 2008.

RYLANDS, Anthony B.; BRANDON, Katrina. **Unidades de Conservação Brasileiras**. Nº1, vol. 1, 2005. Disponível em [www.unifap.br/ppgbio/doc/06\\_rylands\\_brandon.pdf](http://www.unifap.br/ppgbio/doc/06_rylands_brandon.pdf). Acesso em: 29 nov. 2008.

RENÉ DESCARTES, 2008. Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/biografias/ult1789u702.jhtm>>. Acesso em: 19 set. 2008.

ROSA, Antônio Carlos Machado da. As grandes linhas e orientações metodológicas da educação ambiental. In: LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino; MININNI-MEDINA, Naná (Coord.). **Educação ambiental: curso básico a distância: educação e educação ambiental I**. 2 ed. ampl. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2001, v.1.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 13ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 1997. – (Coleção Turismo).

SAIBA o que a Rio +10 conseguiu decidir, 2002. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u7146.shtml>>. Acesso em: 18 de set. 2008.

SÃO LUÍS. **Política Municipal de Meio Ambiente**. Lei nº 4.738, de 28 de dezembro de 2006. Disponível em: <[http://www.saoluis.ma.gov.br/documentos/LEGISLACAOMUNICIPAL/LEI4738\\_06\\_Politica\\_.pdf](http://www.saoluis.ma.gov.br/documentos/LEGISLACAOMUNICIPAL/LEI4738_06_Politica_.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2008.

SALVATI, Sérgio. **Perfil do Ecoturista**, 2008. Disponível em <[http://ecosfera.sites.uol.com.br/perf\\_eco.htm](http://ecosfera.sites.uol.com.br/perf_eco.htm)>. Acesso em 28 nov. 2008.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000. Vol. 1.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SOLDATELI, Márcio. Impactos ambientais negativos no contexto do turismo de natureza. In: TRIGO, Luís Gonzaga Godoi (Ed.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo; Rocca, 2005.

SANSOLO, Davis Gruber; CAVALHEIRO, Felisberto. Geografia e educação ambiental. In: SANTOS, José Eduardo dos; SATO, Michèle. **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2006.

SEABRA, Giovanni de Farias. **Ecos do Turismo: O turismo ecológico em áreas protegidas**. Campinas, SP: Papirus, 2001. – (Coleção Turismo).

SOARES, Marcello. **Impactos do Turismo: os efeitos do ecoturismo em unidades de conservação.** 2008. Artigo Disponível em <[www2.ifes.com.br/.../REVISTA%20DE%20TURISMO/.../IMPACTOS%20DO%20TURISMO%20-...](http://www2.ifes.com.br/.../REVISTA%20DE%20TURISMO/.../IMPACTOS%20DO%20TURISMO%20-...)>. Acesso em: 23 out. 2008.

TRIPÉ do desenvolvimento sustentável, 2008. Disponível em <<http://a21armamar.files.wordpress.com/2007/11/esquema2.gif>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

VIANA, Maurício Boratto; GANEM, Roseli Senna. **APAS Federais no Brasil.** Brasília, DF: Senado, 2005.

## APÉNDICE

## APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

**Objetivo:** demonstrar a percepção da comunidade que vive no interior da Área de Proteção Ambiental do Maracanã em relação a atividade turística realizada e os projetos de educação ambiental.

1. Como você percebe a atividade turística no Maracanã? Por quê?

Positiva ( )

Negativa ( )

---

---

2. Há quanto tempo o turismo é desenvolvido no Maracanã?

1 ano ( ) 2 anos ( ) 3 anos ( ) 4 anos ( ) mais de 4 anos ( ) não respondeu ( )

3. Você sabe qual é a importância da APA do Maracanã para o turismo?

Sim ( )

Não ( )

---

---

Não ( )

4. Você sabe qual é a importância da APA do Maracanã para a comunidade?

Sim ( )

---

---

Não ( )

5. Você já participou de algum curso de educação ambiental?

Sim ( )

Não ( )

a.

Se sim. Qual a contribuição?

---

---

b.

Os projetos que são realizados na área de educação ambiental têm contribuído para a preservação da APA do Maracanã?

Sim ( )

Não ( )

---

---

c.

Os projetos que são realizados na área de educação ambiental têm contribuído para uma consciência ecológica da comunidade local?

Sim ( )

Não ( )

---

---

6. Você contribui com a preservação da APA do  
Maracanã? Como?  
Sim ( ). Como?

---

---

Não ( )

7. Você acredita que a educação ambiental pode  
contribuir para o desenvolvimento da APA do Maracanã? Por quê?  
Sim ( ) Não ( )

---

---

## ANEXOS

## **ANEXO A: Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global(1992)<sup>40</sup>**

Este documento foi elaborado por um Grupo de Trabalho das ONGs, composto por representantes de diversos países – El Salvador, Venezuela, Suíça, Tunísia, Quênia, Canadá, Estados Unidos, Dinamarca, Alemanha, Jamaica e Brasil-e apresentado em 7 de junho de 1992, por ocasião da Rio-92.

O documento praticamente repete as recomendações de Tbilisi e algumas observações do documento Cuidando do Planeta Terra – uma estratégia para o futuro da vida, formulado pela UICN, Pnuma e WWF, em 1991. Apresentamos aqui um resumo dos princípios:

1. A Educação é um direito de todos; somos todos aprendizes e educadores.
2. A EA deve ter como base o pensamento crítico e inovador, promovendo a transformação e a construção da sociedade.
3. A EA tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.
4. A EA não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores, para a transformação social.
5. A EA deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo, de forma interdisciplinar.
6. A EA deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas.
7. A EA deve tratar as questões globais críticas, suas causas e interrelações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico.
8. A EA deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e a cultura local.
9. A EA deve estimular as comunidades para que retomem a condução dos seus próprios destinos.
10. A EA valoriza as diferentes formas de conhecimento.
11. A EA deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana.
12. A EA deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições.

---

<sup>40</sup> Documento extraído de Dias (2004).

13. A EA requer a democratização dos meios de comunicação e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade.

14. A EA deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta...

**ANEXO B:** Princípios e critérios que qualquer atividade que qualquer atividade que se intitule “ecoturismo” deve considerar.<sup>41</sup>

- O atrativo principal é a natureza conservada.
  - Quanto mais qualidade ambiental tiver a área natural visitada, ou seja, quanto mais conservada, maior será seu diferencial no mercado.
  - O aspecto cultural complementa a visita.
- Produz mínimo impacto no meio ambiente natural e cultural.
  - Não degrada o recurso.
  - Concentra-se em valores intrínsecos (facilidades e serviços servem para facilitar o acesso ao recurso, mas não são atrativos por si só e não podem degradar ou descaracterizar o ambiente).
  - Depois de implantado, não pode ameaçar os programas de conservação das áreas protegidas, gerando uma pressão interna ainda maior do que a pressão externa em geral exercida sobre essas unidades.
- Em relação à infra-estrutura:
  - utiliza arquitetura ambiental e culturalmente adequada;
  - dá preferência ao uso de materiais reciclados/recicláveis e regionais (que existam em abundância na região);
  - utiliza fontes de energia renováveis ;
  - preocupa-se com a destinação do lixo e esgoto.
- Em relação à operação:
  - utiliza análises de capacidade de carga e metodologias de planejamento e monitoração da visitação, como o Limite Aceitável de Mudança (LAC), ou o Monitoramento do Impacto da Visitação (VIM), como ferramentas de gerenciamento da atividade;
  - controla/ajusta o número de turistas e/ou seu comportamento no ambiente visitado, mesmo que intuitivamente (no caso de não ser possível utilizar uma das diversas metodologias de monitoramento existentes para o controle do impacto do visitante em ambientes naturais);
  - monitora constantemente/periodicamente o ambiente para adequação das variáveis;

---

<sup>41</sup> Documento extraído de Honey, 1999 (apud KINKER, 2002, p. 22- 23- 24).

- orienta o comportamento e/ou educa os turistas.
- Desperta e sensibiliza o turista e a comunidade local, a fim de formar uma consciência ambientalista.
  - Promove e incentiva uma nova ética e um novo comportamento do turista em relação ao ambiente visitado.
  - Possibilita ao turista a vivência em áreas naturais conservadas/preservadas e conduz a visita, com o objetivo de criar gradativamente uma consciência ambientalista, por meio da interpretação do ambiente.
  - Leva a comunidade receptora a valorizar seu local de moradia, a natureza que a cerca e sua própria cultura.
- Promove benefícios diretos e indiretos para a conservação das áreas visitadas.
  - Contribui financeiramente para proteção/conservação do meio ambiente e manutenção e melhoria da infra-estrutura disponível, por meio da arrecadação de fundos, taxas de ingresso, taxas ambientais etc.
- Promove benefícios econômicos e o fortalecimento das comunidades locais.
  - Deve ser a base para um turismo desenvolvido pela comunidade local.
  - Gera fonte alternativa de renda e outros benefícios materiais para as comunidades locais – da suporte para o desenvolvimento econômico.
  - Promove o consumo de bens e serviços de guias/empresários/proprietários locais.
  - Incentiva a criação de cooperativas e novos empreendimentos locais.
- Promove/estimula o respeito pelas comunidades locais.
  - Orienta o turista, disponibilizando informações que valorizam o ambiente visitado (ecoturistas aceitam o ambiente como ele é e não esperam que ele mude ou seja modificado para sua conveniência).
  - Promove o respeito à cultura local, orientando o turista sobre costumes, crenças e normas sociais locais.
  - Não se impõe em uma comunidade sem que seja convidado ou aceito por ela.

**ANEXO C:** A Lei nº 9.985/00 traz em seu Capítulo II, art. 4º os objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)<sup>42</sup>:

I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;

II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;

III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;

IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;

VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;

IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;

XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

---

<sup>42</sup> Documento extraído da Lei nº 9.985/00